



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIADE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

KARINA DE CARVALHO BROTHERHOOD

**“SEM ENERGIA, NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO!”
A PETROBRAS NO GOVERNO GEISEL (1974-1979)**

Niterói

2020

KARINA DE CARVALHO BROTHERHOOD

**LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA**

**“SEM ENERGIA, NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO!”
A PETROBRAS NO GOVERNO GEISEL (1974-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Vivian Zampa

Niterói

2020

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

B875 Brotherhood, Karina de Carvalho.
“Sem energia, não há desenvolvimento!” A Petrobras no governo Geisel (1974-1979) / Karina de Carvalho Brotherhood. -- Niterói, RJ, 2020.
168p.; il., maps., tabs.
Referências: p. 161-168.

Orientador: PhD. Vivian Cristina da Silva Zampa.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. PETROBRAS. 2. Brasil - Política e governo - 1974-1979. 3. Indústria petrolífera - Aspectos políticos - Brasil. 4. Brasil. Presidente (1974-1979 : Geisel). I. Título.

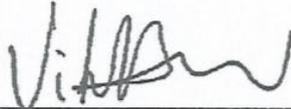
CDD 327.0981

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

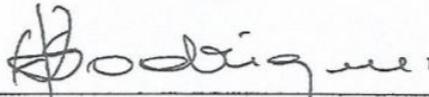
Folha de Aprovação

**"SEM ENERGIA, NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO!"
A PETROBRÁS NO GOVERNO GEISEL (1974-1979)**

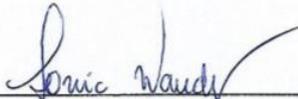
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 31 de julho de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina da Silva Zampa
Professora Colaboradora do PPGH em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)



Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof.ª Dr.ª Sônia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley
Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

A Dissertação tem por objetivo analisar a importância da Petrobras S.A segundo os parâmetros da política energética desenvolvida pelo presidente Ernesto Geisel, entre os anos de 1974 a 1979, quando seu governo buscava ampliar e modernizar a produção do petróleo e seus derivados no Brasil, após a crise de 1973. Neste período foi apresentado um planejamento político, econômico e social, denominado de II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND -, que indicava as ações que o País deveria seguir para alcançar resultados positivos para a prospecção e extração de petróleo em um espaçamento curto de tempo, atentando também para a produção de novas fontes alternativas para o setor energético brasileiro. Este projeto relacionou-se diretamente às novas orientações da política externa, bem como aos trabalhos de pesquisa e de produção da Petrobras S.A, com a finalidade de enfrentar e solucionar a crise energética no Brasil.

Palavra-Chave: governo Geisel; Petrobrás; setor energético; política externa.

Abstract

The dissertation aims to analyze the importance of Petrobras SA according to the parameters of the energy policy developed by President Ernesto Geisel, between the years 1974 to 1979, when his government sought to expand and modernize the production of oil and its derivatives in Brazil, after the crisis of 1973. In this period, a political, economic and social plan was presented, called the II National Development Plan - II PND -, which indicated the actions that the country should follow to achieve positive results for the prospecting and extraction of oil in a short time spacing, also paying attention to the production of new alternative sources for the Brazilian energy sector. This project was directly related to the new orientations of foreign policy, as well as to the research and production work of Petrobras S.A, with the purpose of facing and solving the energy crisis in Brazil.

Keyword: Geisel government; Petrobras; energy sector; foreign policy.

Agradecimentos

Agradeço a fé, a esperança e a perseverança. Em meio ao caos e perdas, consegui reunir forças para ter sido aprovada no mestrado e lutar pelo sonho de me transformar em Mestre em História.

Para essa grande conquista, quero agradecer ao professor Fernando da Silva Rodrigues e a minha orientadora Vivian Zampa. Ambos me apoiaram e me receberam na Universo de forma generosa e humana. Hoje, tenho um profundo sentimento de gratidão por dividirem comigo um pouco de sua sapiência e paciência, e por serem mais que professores, hoje, são amigos! Agradeço, igualmente, à professora Sônia Wanderley pela participação na Banca de Qualificação e pelas importantes contribuições para essa Dissertação.

Agradeço também as minhas amigas Fernanda das Graças Corrêa e Susan Caldeira, elas que sempre estiveram ao meu lado me apoiando. E a Marcela Gonçalves, pois, além de ser minha amiga, atuou de forma profissional ao fazer a revisão da minha dissertação. Muito obrigada mesmo, amiga!

Agradeço ao meu companheiro, Carlos Andre Nascimento Francisco e a minha filha, Guilhermina Brotherhood Francisco. Ingressei no mestrado quando *Gui* completou um ano. Meu sonho era mostrar a minha filha que, em nenhum momento ela me limitou ou me impediu de conquistar algo. Quero que ela se inspire em sua mãe para ser uma pessoa confiante, forte para que sempre lute por seus sonhos. A você, Andre, agradeço por seu companheirismo e por me ajudar, principalmente, nesse período de pandemia causada pelo Covid-19. Dividimos as tarefas e os cuidados essenciais com nossa filha. Mas, o fato de ter ficado com ela sempre na parte da noite para que eu conseguisse redigir minha dissertação e durante as manhãs, para que eu pudesse descansar das noites não dormidas foi crucial para o meu sucesso.

E por fim, agradeço ao corpo docente e discente da Universo e em especial, a professora Vitória Schettini, por me inspirar a acrescentar o estudo de economia em minha dissertação e a Coordenadora Márcia Amantino, por manter um nível de excelência ao Curso Stricto Sensu da Universo - Niterói.

Obrigada, Universo, por ter sorrido para mim!

Abreviaturas

II PND - II Plano Nacional do Desenvolvimento.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

PIB - Produto Interno Bruto.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada.

ESG - Escola Superior de Guerra.

DSN - Doutrina de Segurança Nacional.

SNI - Serviço Nacional de Informações.

ONU - Organização das Nações Unidas.

II GM - II Guerra Mundial.

CNP - Conselho Nacional de Petróleo.

CNAP - Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo.

CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello.

Proálcool - Programa Nacional do Alcool.

SUPEX - Conselho de Administração e Superintendência de Contratos de Exploração.

Interbras - Petrobras Comércio Internacional S.A

DEXPRO - Departamento de Exploração e Produção.

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica.

TNP - Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

RFA – República Federal da Alemanha.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Contrato de Risco – 1976	127
Tabela 2 - Contrato de Risco 1978	129
Tabela 3 - Braspetro – 1976	135
Tabela 4 - Braspetro – 1977	136
Tabela 5 - Braspetro – 1978	137
Tabela 6 - Interbras – 1976	139
Tabela 7 - Negócios executados pela Interbras – 1976	140
Tabela 8 - Negócios executados pela Interbras – 1977	141
Tabela 9 - Negócios executados pela Interbras – 1978	142
Tabela 10 - Plataforma Continental - 1976 a 1978	150
Tabela 11 - Bacia Sedimentares Terrestre – 1979	150
Tabela 12 - Plataforma Continental – 1979	151
Tabela 13 - Resultados Consolidados da Petrobras - 1976-1979	152

Lista de Mapas

Mapa 1 – Bacias Sedimentares e Contratos de Risco	130
Mapa 2- Exploração Petrolífera na Plataforma Continental do Rio de Janeiro	149

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I - “A Modernização só pode vir se o País se desenvolver”	30
1.1- Desenvolvimento-Autoritário-Conservador	31
1.2 – Política e Economia dos Governos Cívico-Militares	42
1.3 - II PND – “Pra frente é que se anda Brasil”	54
Capítulo II - “A própria continuidade depende da capacidade de mudança”	75
2.1- Desenvolvimento e Pragmatismo Responsável	75
2.2 - Política Externa Brasileira e Desenvolvimento	84
2.3 - As Conquistas da Política Externa Brasileira e o desenvolvimento energético	97
Capítulo III - “O Desenvolvimento tem que ser, de certa forma, homogêneo”	107
3.1 – O uso do Petróleo como uma Arma Política	108
3.2 – Os Novos Rumos para a Petrobras	111
3.2.1 – Programa do óleo de Xisto	116
3.2.2 – Programa de Carvão	118
3.2.3 – Programa Nacional do Álcool	120
3.2.4 – Contrato de Cláusula de Risco	121
3.2.5 – Braspetro	132
3.2.6 – Interbras	138
3.3 - Plataforma Continental: Uma conquista da Petrobras e do Governo Brasileiro	143
Considerações Finais	154
Fontes	161
Bibliografia	163

Introdução

A Dissertação apresentada tem por objetivo analisar de que maneira a energia se configurou como um instrumento de poder no Governo de Ernesto Geisel entre os anos de 1974 a 1979, a fim de problematizar a relação entre a política nacional-desenvolvimentista e conservadora, com os avanços tecnológicos da Petrobras S.A.

Geisel foi designado em dezembro de 1952, como *membro permanente da Escola Superior de Guerra – ESG*¹ -. Cabe ressaltar que, dentre os presidentes militares entre 1964 a 1985, apenas ele e Castello Branco² participaram de forma ativa na ESG.

A ESG foi criada em 1948, oferecendo cursos *extensivos a oficiais das três armas*³. No mesmo ano, o general César Obino, *Comandante do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) visitou o National War College dos Estados Unidos da América (EUA)*⁴, adotando parte das orientações teóricas que a Instituição oferecia para os assuntos militares. Com o interesse brasileiro, *os norte-americanos, por sua parte, enviaram uma Missão Militar para colaborar na criação de uma instituição congênere no Brasil*⁵. Assim, nascia a ESG e a parceria entre os militares brasileiros com os estadunidenses.

Após sua criação, a ESG teve por objetivo formar uma *elite decisória nacional*⁶ e construir as *bases do poder nacional*⁷. Ao mesmo tempo, buscou formular conceitos ligados à segurança e à estratégia nacional. Para os esguianos, a Segurança Nacional pode ser definida como sendo *a capacidade que o Estado dá à Nação para impor os seus objetivos a todas as forças oponentes*⁸, enquanto a Estratégia Nacional referia-se à *arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional*⁹.

¹ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

² GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 113.

³ GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança. Desenvolvimento e geopolítica. Revista da Escola Superior de Guerra, [S.l.], v. 34, n. 70, p. 13-38, jan./abr. 2019, p. 15.

⁴ GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: ..., p. 15.

⁵ GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: ..., p. 15.

⁶ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017, p. 22.

⁷ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ..., p. 22.*

⁸ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 54.

⁹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: ..., p. 62.*

Ambos foram pensados de forma intrínseca à figura do Estado, considerado o agente responsável por definir os objetivos nacionais de um país.

O Estado desenvolvimentista sob os moldes da década de 1930, fora defendido pela ESG até a década de 1950, passando por mudanças devido à conjuntura da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Após essa maior aproximação entre as duas nações as práticas ligadas à intervenção do Estado na economia foram condenadas.¹⁰ Gaspari explica que *os presidentes Truman e Eisenhower queriam orçamentos equilibrados, mas condenavam sobretudo a interferência do Estado brasileiro na economia*¹¹. Por outro lado, a crise política do segundo governo Vargas contribuiu para que militares conservadores ligados à ala conhecida como Cruzada Democrática¹² associassem o nacionalismo às pautas dos grupos de esquerda do país, assim como às *iniciativas nacionalistas como ameaças à segurança e aos negócios americanos*¹³.

Lígia Osório Silva interpreta esse momento a partir da dimensão da polarização no pensamento ideológico militar, onde havia os adeptos do *nacionalismo de esquerda e o liberalismo pró-estadunidense de direita*¹⁴. A linha adepta ao liberalismo pró-estadunidense de direita, pelo menos desde 1946, desejava apoio;

(...) para uma agenda de reformas econômicas e institucionais com um conteúdo adequado ao alinhamento com os Estados Unidos e a “modernização conservadora”, isto é, acatava-se a necessidade de mudanças, mas sem a participação popular¹⁵.

¹⁰ Gaspari, Elio. A ditadura encurralada..., p. 121.

¹¹ Gaspari, Elio. A ditadura encurralada..., p. 121.

¹² A Cruzada Democrática foi um movimento organizado em 1952 com a finalidade de concorrer às eleições para a presidência do Clube Militar daquele ano. Formada por oficiais da ala conservadora e pró Estados Unidos das Forças Armadas, o grupo rivalizou com militares da chamada ala nacionalista no Clube entre as décadas de 1950 e 1960. Para os membros da Cruzada Democrática, os oficiais nacionalistas colaboravam, de forma consciente ou inconsciente, para a infiltração comunista nas Forças Armadas, de forma a associar o nacionalismo com essa postura. Ainda sob essa perspectiva, no plano externo o grupo defendia a colaboração militar e econômica do país com os Estados Unidos, tendo em vista a defesa do hemisfério ocidental. Cf.: LAMARÃO, Sérgio. Cruzada Democrática (Verbete CPDOC). Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzada-democratica>>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

¹³ Gaspari, Elio. A ditadura encurralada..., p. 121.

¹⁴ SILVIA, Lígia Osório. “Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas 1944-1964”. In: (orgs.) BARBOSA, Jefferson Rodrigues...et al. *Militares e Política no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 67-104, 2018, p. 80.

¹⁵ SILVIA, Lígia Osório. “Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas 1944-1964” ..., p. 92.

Barcellos também destaca a dicotomia do pensamento militar no período, asseverando que parte dos militares brasileiros uniram-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e ao o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de forma a tornarem-se destacados do nacionalismo desenvolvimentista para o país.¹⁶ Esse grupo defendia *um projeto de desenvolvimento autônomo nacional que transformasse a base produtiva e superasse a dependência econômica externa do Brasil*¹⁷. Já o grupo formado pelos militares contrários a essa posição aproximou-se da ala liberal, que tinha dentre seus representantes mais destacados a *União Democrática Nacional (UDN) e instituições civis como IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)*¹⁸. Esse grupo, de uma forma geral, defendia o *alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a participação e desregulamentação do capital internacional na economia brasileira*¹⁹.

Essa aliança se fortaleceu durante a década de 1960, tendo como desfecho o Golpe Civil-Militar de 1964, que levou à presidência do Brasil o general Castello Branco – da linha esguiana liberal. Não por acaso, o início de seu governo contou com o apoio de grupos que criticavam a linha nacionalista *como a UDN, o jornalista Carlos Lacerda e instituições como o IBAD e IPES, além do apoio financeiro e ideológico da CIA e do Departamento de Estado estadunidense*²⁰.

Com a chegada dos militares ao poder foram postas em prática as perspectivas da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual, o Estado era *o agente da Estratégia Nacional, encarregado de colocar o Poder Nacional à disposição dos Objetivos Nacionais*²¹. Dessa forma, a personificação do Estado era figurada como *uma vontade soberana; ele representa o poder de mobilizar tudo o que há na nação e não aceita a interferência de qualquer outra vontade*²². Essa “vontade soberana” a qual o estudioso dos regimes militares

¹⁶ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel*: ..., p. 23.

¹⁷ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel*: ..., p. 23.

¹⁸ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel*: ..., p. 23.

¹⁹ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel*: ..., p. 23.

²⁰ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel*: ..., p. 35.

²¹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*: ..., p. 72-73.

²² COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*: ..., p. 73.

na América Latina Comblin se refere, aponta como característica do Estado uma transmutação na formulação conceitual do Poder Nacional e dos Objetivos Nacionais.

O Poder Nacional era um instrumento da política nacional militar, que tinha por objetivo abranger *todas as capacidades e disponibilidades do Estado, ou seja, seus recursos humanos, naturais, políticos, econômicos, sociais, psicológicos e militares*²³, associados aos Objetivos Nacionais, que eram subdivididos pela DSN em;

Objetivos Nacionais Permanentes, isto é, dos valores perseguidos pela nação. Eles incluíam a soberania, a integração nacional, a integridade territorial, a democracia e o progresso. Estes seriam os interesses vitais do Brasil; eram operacionalizados nos Objetivos Nacionais Atuais. Além disso, o Manual listava os óbices e pressões a serem enfrentados e determinava o Conceito Estratégico Nacional que daria forma a este enfrentamento nos campos econômicos, político, psicossocial e militar²⁴.

Com a chegada dos militares à presidência, na década de 1960, permanece a divisão entre *linha dura x esguianos*²⁵. Castello Branco assumiu a presidência da república, levando ao poder a linha esguiana, conhecida como a escola de Sorbone²⁶. Em seu Governo não foi priorizado o *projeto autonomista de grande potência*²⁷, dando-se ênfase às *diretrizes da ortodoxia liberal*²⁸, que ressaltavam a baixa interferência do Estado na economia nacional, perspectiva defendida pelos grupos que contribuíram para derrubar o governo de João Goulart.

²³ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: ...*, p. 58.

²⁴ Apud, Miguel, 2002. BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 23.

²⁵ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 35.

²⁶ Castello Branco também reconhecido como o líder do grupo da “Sorbone” – oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), instituição patrocinada pelos militares, cujos cursos de um ano atraíram igual número da elite militar e civil. Outros conhecidos oficiais da Sorbone eram os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Este grupo mais moderado do que a linha dura, defendia a livre iniciativa, uma política externa anticomunista, a adoção preferencialmente de soluções técnicas e fidelidade à democracia, achando, no entanto, que a curto prazo o governo arbitrário se impunha como uma necessidade. A coesão desses oficiais da Sorbone resultou das experiências comuns que viveram na FEB, durante a Segunda Guerra Mundial; na ESG e em cursos em instituições militares do exterior, especialmente nos Estados Unidos. Esses oficiais ficaram mais tarde conhecidos como castelistas e desempenhariam importante papel em subsequentes governos militares. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 52.

²⁷ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 35

²⁸ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 36.

Em 1967, quando estava prestes a sair do Governo, Castello palestrou na ESG, debatendo a questão em torno do binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Ele se inspirou no discurso do Secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara que, na cidade de Montreal, acrescentou ao tema da *doutrina de segurança nacional: o tema do desenvolvimento*²⁹.

Conforme analisado, frente à dicotomia em torno dos projetos políticos dos militares, a linha liberal foi vencedora após o golpe de 1964. Esse grupo apoiava o desenvolvimento por meio do capital estrangeiro, restringindo a intervenção do Estado em setores estratégicos, como o petróleo. Todavia, após McNamara, Secretário de Defesa estadunidense destacar em pronunciamento que *numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento*³⁰, os debates em torno do desenvolvimento nacionalista voltam a ser apresentados na ESG a partir de 1967, reforçando o papel do Estado como agente regulador do binômio nacional.

Com a indicação para assumir a presidência, Costa e Silva, põe em destaque a chamada “linha dura”, que, de forma geral, se opunha ao pensamento esguiano de Castello Branco, defendendo medidas mais radicais em torno da política anticomunista e das ações do Governo em torno do desenvolvimento econômico nacional. Com Costa e Silva foi construída uma nova política de *crescimento e desenvolvimento do país*³¹, que foi seguida pelo presidente Médici. Skidmore, ao analisar o perfil político de Costa e Silva, pondera

Ele não era da “sorbonne” nem jamais fora influenciado por ela, não participara da FEB e pouco tinha vínculo estreito com os Estados Unidos. O novo perfil ministerial sugeria possivelmente uma posição mais nacionalista. O Brasil se afastaria da instintiva dependência dos Estados Unidos revelada pelo governo Castello Branco³².

A partir do governo Costa e Silva, os conceitos “Segurança e Desenvolvimento” voltaram para a agenda da *política externa e a interna que se submeteram ao binômio estratégico com grande ênfase nos governos militares, mas principalmente, no governo Geisel que buscou aprofundar o projeto “Brasil Grande Potência”*³³. Geisel, de forma

²⁹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: ...*, p. 65.

³⁰ MCNAMARA, Robert. *A essência da Segurança: Reflexões de um Secretário da Defesa dos Estados Unidos*. São Paulo: IBRASA, 1968, p. 173.

³¹ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 38.

³² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: ...*, p. 140-141.

³³ BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 40.

diferente de Castello Branco, optou por permanecer com a política desenvolvimentista de seus dois antecessores, investindo no setor energético como um instrumento relevante do binômio segurança e desenvolvimento nacional.

Para Fiori, os militares esguianos que seguiram a DSN, entendiam o conceito de desenvolvimentismo como sendo;

A matriz teórica e estratégica que teve mais importância (...) foi a teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985 (...) o desenvolvimentismo militar (...) se transformou em uma ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da defesa nacional³⁴.

A candidatura de Geisel para a presidência foi homologada pela Arena, em 14 de setembro de 1973, tendo como vice, o general Adalberto Pereira dos Santos. Ambos foram eleitos pelo *Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974, recebendo quatrocentos votos contra 76 dados ao deputado Ulisses Guimarães e ao jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho*³⁵, assumindo o Poder em 15 de março do mesmo ano.

Em 1973, a conjuntura mundial foi abalada com Primeiro Choque do Petróleo. Esse fato levou o Estado brasileiro a rever sua política e ações. Dessa forma, Boris Fausto comenta

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu à primeira crise internacional do petróleo, como consequência da chamada Guerra de Yan Kippur, movida pelos Estados árabes contra Israel. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo.

O novo governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). (...) A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois se propunha o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu, construída no rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai a partir de um convênio firmado entre os dois governos³⁶.

Portanto, para o País não entrar em uma crise de recessão, o Governo adotou a política nacional-desenvolvimentista, investindo, dentre outros, na modernização tecnológica do

³⁴ Fiori, 2015, Apud. BARCELLO, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da "Grande Estratégia" do governo Geisel*: ..., p. 41.

³⁵ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>.

³⁶ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: USP, 2006, pp. 273-274.

setor energético, de forma a dar continuidade à política econômica – Milagre Econômico – dos governos Costa e Silva e Médici. Os investimentos tinham como intuito garantir a estabilidade e a manutenção do poder político e econômico, essenciais para a permanência do regime militar brasileiro.

Como medida política, Geisel optou por investir na modernização tecnológica do setor energético, pautando-se na DSN, pois, o Presidente em exercício acreditava que *a nação não se desenvolve espontaneamente. É preciso haver alguém que a oriente e a impulsione, e esse papel cabe ao governo*³⁷.

No intuito de entender quais foram as ações empreendidas por Geisel e seus ministros para conter a escassez do petróleo e seus derivados no país, Luiz Rosa aponta;

- a) Monopólio estatal do petróleo foi quebrado (contrato de risco).
- b) Criou-se um Plano Nacional do álcool visando à substituição da gasolina.
- c) Firmou-se um acordo nuclear com a república Federal Alemã para fazer face à demanda crescente de eletricidade;
- d) Foi lançado às pressas... um ambicioso plano visando o uso do carvão mineral nacional³⁸.

Ao longo dos capítulos, analisar-se-á se essas medidas contribuíram para amenizar os danos causados pela crise energética. Para isso, será verificada a problemática: se houve de fato uma política voltada para o desenvolvimento energético adotada pelo governo Geisel, que garantiu a estabilidade econômica para o país dentro do contexto da crise do petróleo de 1973. Em seguida, pretende-se analisar a ação da política externa nacional e sua contribuição para a ampliação de recursos tecnológicos e financeiros para o setor energético nacional, e por fim, que a Petrobras foi um instrumento de poder para a política-estratégica do nacional-desenvolvimentismo geiseliano.

Na década 1970, o País era extremamente dependente do petróleo internacional, mesmo após a criação da Petrobras S.A em 1953, especialmente porque a quantidade que a estatal prospectava e extraía em poços terrestres/*onshore* era insuficiente para abastecer o consumo nacional. A partir de 1953, havia a esperança de que a Petrobras conseguiria descobrir poços de petróleo em quantidade suficiente para diminuir, de forma gradativa, a dependência brasileira do combustível estrangeiro. Por conseguinte, com o apoio do

³⁷ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 287.

³⁸ ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e crise. Petrópolis/Rj: Ed. Vozes, 1984, pp. 13-14.

Governo, a Petrobras investiu em estudos geológicos e sísmicos no Recôncavo Baiano e o resultado foi a descoberta de novos poços *onshore*/em terra na direção da costa de Sergipe e Alagoas, o que contribuiu para expandir *a produção dos campos na Bahia, na qual intensificava-se a pesquisa em outros Estados, e, em abril de 1955, jorrou petróleo em Nova Olinda, no Amazonas*³⁹. Todavia, a euforia durou pouco e, com o passar dos anos, a quantidade de novos poços *Onshore* diminuíram, como havia previsto Link em seu Relatório divulgado em 1961⁴⁰.

A ala governista não concordou com o cenário apresentado pelo geólogo americano e sua equipe, ao enfatizar que, se *a Petrobras quisesse achar petróleo, deveria buscá-lo no exterior*⁴¹. Após essas afirmações, Walter Link pediu demissão e saiu do Brasil às pressas, deixando o Governo e a Petrobras sem muita expectativa com relação ao futuro do mercado *Onshore*.

Assim, a década de 1960 não trouxe muitos avanços para a prospecção do petróleo no Brasil, e a baixa produtividade dessa fonte energética poderia prejudicar o futuro da Nação. Conforme Ferolla e Metri

O setor energético nacional sempre foi considerado por líderes de diversas tendências, salvo exceções recentes, como estratégico para o desenvolvimento do país, e, nele, esperança da sociedade foram depositadas para que gerações futuras pudessem usufruir dias melhores⁴².

Para o presidente Geisel, questões referentes à energia nuclear, petróleo, telecomunicação, hidrelétricas, rodovias, hidrovias e ferrovias deveriam ser atribuições exclusivas do governo, pois estes recursos, segundo ele, *acarretam uma grande vulnerabilidade da soberania nacional*⁴³. Nesse sentido, era importante desenvolver o setor energético, pois a ausência do petróleo em território nacional poderia causar danos à política e economia do governo militar brasileiro.

³⁹ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso: A luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal, 1947-1953, 1953-1981*. São Paulo: Editora IPSIS, 2004, pp.394-395.

⁴⁰ Walter Link, foi contratado pelo primeiro presidente da Petrobras – general Juracy Magalhães – no ano de 1954 para ocupar o cargo de Chefe do Departamento de exploração. Ele era um geólogo americano reconhecido como um dos responsáveis por empreendimento bem sucedidos da Standard Oil of New Jersey. Ele dirigiu a exploração da Estatal até 1961. HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual*. Rio de Janeiro: Synergia, 2008, p. 122.

⁴¹ HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil: ...*, p. 123.

⁴² FEROLLA, S. X; METRI, Paulo. *Nem todo o petróleo é nosso*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 35.

⁴³ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p.291.

Durante os anos de 1974 a 1979 ocorreram investimentos para ampliar a exploração do petróleo em bacias sedimentares terrestres e marítimas, assim como solicitações para desenvolver o Programa do Proálcool, que tinha por objetivo reduzir a importação e a dependência do petróleo, misturando até 20% de álcool anidro na gasolina. Para Ferolla e Metri⁴⁴, esta foi uma estratégia alternativa encontrada pelo Presidente para diminuir os custos com a gasolina.

O Governo obteve, a princípio, resultados positivos com a implantação da política desenvolvimentista do setor energético a partir da criação do programa do Proálcool, com a construção de usinas hidrelétricas e com a descoberta de poços *Onshore* (na costa) na região do Nordeste.

A natureza do desenvolvimento regional refere-se diretamente ao plano energético. Isto é, as dinâmicas dominantes do desenvolvimento nordestino (...) permeia o sistema energético da região.

O estado como agente centralizador que articula ambos os processos, apropria-se das decisões de política energética, submetendo-as às dinâmicas essenciais do desenvolvimento implementado para a região. De uma articulação efetivamente voltada para a região, quando da criação da CHESF e da construção da Usina de Paulo Afonso, passa o Estado. Através da Petrobrás e da Eletrobrás, a priorizar o funcionamento de um “sistema energético nacional” cuja lógica transcende às necessidades e especificidades do Nordeste.

Desse modo, o processo de desenvolvimento efetivado via industrialização redirecionou a estrutura energética regional no sentido de uma homogeneização energética, reproduzindo no Nordeste um perfil de consumo muito semelhante ao do Sudeste⁴⁵.

Sobre a importância do setor energético e o desenvolvimento, o ex-presidente Geisel, em entrevista concedida ao CPDOC entre 1993 e 1994 ressaltou que

(...) um dos programas prioritários que tínhamos era realmente o de energia, que é um setor vital ao desenvolvimento. O Brasil não tem petróleo suficiente, ao contrário de outros países em que grande parte na energia elétrica é produzida por óleo combustível. (...) tendo em vista o crescimento do consumo do país, o crescimento populacional, o aumento da atividade industrial, e o que imaginávamos para o futuro do país, que deveríamos implementar também um programa de energia nuclear⁴⁶.

Logo, a estratégia que o Governo encontrou para manter a estabilidade do Poder político e do crescimento econômico foi investir no desenvolvimento do setor energético,

⁴⁴ FEROLLA, S. X; METRI, Paulo. *Nem todo o petróleo é nosso...*, p. 44.

⁴⁵ ROSA, Luiz Pinguelli (org.). *Energia e crise...*, p. 148.

⁴⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, pp. 303-304.

defendendo a *manutenção do padrão de crescimento do governo anterior*⁴⁷. Esse crescimento, ao qual Picollo se refere, era o período do Milagre Econômico brasileiro que deu *continuidade à estratégia de industrialização da diversificação das exportações, mediante proteção e forte participação estatal*⁴⁸, entre os anos de 1968 a 1974. Nesse sentido, Geisel, além de ter que superar a Crise do Petróleo, também tinha incumbência de manter a estabilidade econômica alcançada pelos presidentes militares anteriores, herdeiros da política do binômio nacional.

Desse modo, Geisel adotou como estratégias para diminuir a dependência do Brasil em relação ao petróleo comercializado no exterior, investir no *desenvolvimento tecnológico da indústria de base e infraestrutura, minimizando as vulnerabilidades e buscando novas alternativas para o setor energético brasileiro*⁴⁹.

Com anseio de adquirir novas fontes energéticas, o Governo acelerou os projetos de implantação de usinas nucleares no Brasil, rompendo o Acordo Nuclear com os Estados Unidos e recorrendo a novos parceiros no continente europeu a fim de conseguir a transferência de todo o processo tecnológico para produzir energia nuclear. Esse desejo gerou desconfiança por parte dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, que passaram a questionar as intenções brasileiras quanto à produção e a construção de usinas nucleares no país.

Em 1975, o Brasil fechou um contrato com a Alemanha Ocidental, como se observa no texto de Fernanda Corrêa

A crise petrolífera contribuiu para que o governo Geisel decidisse acelerar os esforços tecnológicos na área nuclear, recorrendo à Alemanha. O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, assinado em 27 de junho de 1975, representou a definição da posição estratégica do governo Geisel, frente à crise energética de 1973. Para sua execução, foi criada a Empresa Nucleares Brasileira S.A (Nuclebrás), em 1974.⁵⁰

⁴⁷ PICOLLO, Mônica. “Política Econômica em tempos de transição política: em busca do ‘milagre’ perdido”. In: (org.) MARTINS, Mônica de S. N.; CAMPO, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 260.

⁴⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. “A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos Antônio. *Teorias e Políticas do desenvolvimento latino-americano*. - 1, ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, p. 73.

⁴⁹ República Federativa do Brasil. *II PND: II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1975, p. 81-84.

⁵⁰ CORRÊA, Fernanda das Graças. *O projeto do submarino nuclear brasileiro: uma história de ciência, tecnologia e soberania*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010, p. 44.

O Acordo nuclear também foi uma proposta do Estado brasileiro para suprir a crise energética ocasionada pelo choque do petróleo em 1973. Todavia, para esse trabalho de dissertação, serão priorizados os investimentos feitos pelo Governo na Petrobras, que tinha como missão descobrir poços de petróleo em tempo recorde e desenvolver projetos voltados para a produção de energias alternativas como o Programa do Proálcool, do óleo de xisto e da gaseificação do carvão. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, a Estatal investiu na ampliação da ação de suas subsidiárias que atuavam no exterior, como a Braspetro e a Interbras, além de permitir a prática exploratória de bacias sedimentares terrestres e marítimas brasileiras sob as normas dos contratos de risco.

O governo Geisel e as ações políticas voltadas ao desenvolvimento energético brasileiro constituem uma questão pouco explorada pela historiografia, tendo mais impacto em áreas das Relações Internacionais, Ciência Política, Estudos Estratégicos da defesa e da Segurança, Economia, Engenharia do Petróleo etc. Assim sendo, por entender que a energia constitui uma relevante dimensão de poder no projeto político de um país, propõe-se problematizar diferentes dimensões do setor energético brasileiro no governo Geisel, no campo da História.

O objetivo geral traçado para a Dissertação está pautado em compreender de que maneira a política autoritária-desenvolvimentista, seguida por esse presidente, contribuiu para fortalecer a economia nacional, impulsionando o país a desenvolver e ampliar o estudo e a pesquisa no setor energético brasileiro. Por conseguinte, os objetivos específicos que serão apresentados ao longo dos três capítulos são: compreender a trajetória da Política Econômica do Governo Geisel, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do setor energético do País; analisar as contribuições da política externa brasileira, para o desenvolvimento energético; e identificar e analisar as estratégias do Governo, para desenvolver a Petrobras, transformando-a em um instrumento de poder em sua política de Estado.

As orientações teóricas dessa dissertação perpassam o campo da História Política em diálogo com a História Econômica. Tal escolha se deu devido à transversalidade do tema, que não só verificará as ações políticas, mas também avaliará o peso da economia interna e externa na condução do governo Geisel, recortando como objeto de estudo a energia e o desenvolvimento nacional. Assim, pretende-se analisar os efeitos das decisões adotadas tanto

na esfera política quanto na esfera econômica – mais precisamente no desenvolvimento do setor energético.

A partir dos estudos desenvolvidos por Rémond, compreende-se que o campo político não possui fronteiras e associa-se diretamente às práticas de poder;

Assim a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder... praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: existe uma política para a habitação assim como para a energia⁵¹.

O político se comunica com os vários setores que compõe a sociedade, exercendo sua influência, seja ela positiva ou negativa. Nessa perspectiva, é possível analisar a atuação do poder na política externa, na economia e no desenvolvimento energético durante o governo Geisel;

Não pretendo que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social⁵².

Ao analisar as definições apresentadas no texto “História do Poder, História Política” observa-se o quão variado é esse tema, e como se pode abordá-lo a partir das Instituições Políticas⁵³;

O que muda constantemente é o contexto ideológico do comportamento que depende, por sua vez, da evolução da moral, da tecnologia, da educação, da religião, dos padrões de riqueza e das relações internacionais. Sendo a política a arte do possível, a história política, atenta ao anterior, tende determinar o que era ou parecia possível em dada época aos participantes do jogo político⁵⁴.

⁵¹ RÉMOND. “Do Político”. In: _____. (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 441-454, p. 444.

⁵² RÉMOND. *Do Político...*, p. 447.

⁵³ Segundo o Dicionário de Sociologia, uma Instituição é um conjunto duradouro de ideias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade. As Instituições Políticas, destinam-se a gerar, organizar e aplicar o poder coletivo, com vistas a atingir metas tais como manter a ordem e a estabilidade social, defendê-las contra ameaças externas, solucionar litígios e aplicar a lei e, dependendo da sociedade, proteger os grupos dominantes e seus interesses. JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 130.

⁵⁴ CARDOS, Ciro Flamarion. *História do Poder, História Política*. In: *Estudos Iberos - Americanos*. Porto Alegre, v. 23, n.1, pp. 123-141, 1997, p. 136-137.

A partir destas dimensões, as principais instituições trabalhadas nessa dissertação serão o Estado brasileiro sob o governo Geisel e a Petrobrás, a partir da análise das relações de poder e das políticas públicas estabelecidas entre 1974 e 1979. Segundo Francisco Falcon;

Reconhece-se que é fundamental que o historiador político passe do estudo institucional do Estado para o estudo de poder; e que devem ser eliminadas as pseudoquestões tradicionais – como o conceito de soberania⁵⁵.

O estudo sobre as decisões e o emprego do poder, dentro da história política, pode ser analisado também pela perspectiva econômica, segundo Rémond, há por exemplo, a intervenção do Estado neste setor, em momentos de crise do capitalismo liberal;

As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram a política à oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, à recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior. Uma escolha política que pode nada dever à análise econômica, e obedecer apenas a considerações ideológicas, como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia consequências incalculáveis⁵⁶.

A citação acima reforça a importância da proposta de se debater a ação de governos ditos liberais na área econômica, exemplificando como o Estado pode interferir nas políticas voltadas a esse campo.

Em torno dessa dimensão, no caso específico do Brasil durante a ditadura civil-militar⁵⁷, será trabalhado o conceito modernização conservadora. Para discuti-lo, utilizar-se-á como base teórica a obra de Barrington Moore Jr *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*⁵⁸, publicada pela primeira vez em 1959. Para compreender como as sociedades analisadas na obra de Moore

⁵⁵ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 124.

⁵⁶ RÉMOND, Réne. Por uma História Presente. In: _____. (org.). *Por uma História Política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 13-36, p. 23

⁵⁷ O conceito ditadura civil-militar, aqui adotado, parte do pressuposto de que os governos militares que se sustentaram por 21 anos no Brasil, para além do uso da repressão política e da violência, tiveram como base o apoio de grupos civis para a sua manutenção. Cf.: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵⁸ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

Jr. alcançaram a modernização conservadora é necessário entender a trajetória que levou as elites dominantes a estabelecer pactos políticos entre terratenentes⁵⁹ com a burguesia, objetivando o desenvolvimento capitalista. Com anseio de alcançar o poder, esse grupo instituiu regimes políticos autoritários, nos quais desenvolveram um acordo entre os grupos dominantes a fim de conduzir o poder político do país, excluindo o restante da população do direito à democracia. Sobre o conceito Modernização Conservadora, destaca-se que;

Há também variantes e substituições significativas, dentro do padrão geral que levou ao fascismo, a que poderíamos chamar subalternativas, se quisessem ser exatos e técnicos, dentro da alternativa mais importante da modernização conservadora, através de uma revolução vinda de cima... Numa fase posterior do curso da modernização, é provável que apareça um fato novo e crucial, sob a forma de uma coligação grosseira entre os sectores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emergentes. Tratava-se, de longe, de uma configuração política do século XIX, embora prosseguisse no século XX (...) uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio, e que, por isso, se lança nos braços de uma aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro.⁶⁰

Por temer uma revolução camponesa e a instalação de um sistema comunista na política nacional, como ocorreu na Rússia (1917) e na China (1949), os grupos econômicos urbanos e rurais se uniram, entregando o poder ou permitindo que um regime autoritário assumisse o governo do país. Em troca, essa elite solicitou a condução de um desenvolvimento econômico.

A problematização de Moore Jr. será discutida no primeiro capítulo da Dissertação, a partir do conceito modernização conservadora, para explicar a estrutura do governo civil-militar. O conceito vincula-se a determinados aspectos da economia, o que justifica a opção de estabelecer um diálogo entre a História Política e a História Econômica. Com o uso dessas duas dimensões serão indicadas e discutidas as medidas políticas adotadas pelo governo Geisel, com foco no desenvolvimento e na modernização tecnológica do país. Seguindo esse enfoque, a pesquisa será pautada também em torno da História Econômica, que aborda três

⁵⁹ Terratenente é um termo formado por dois vocábulos latinos: terra (idem) e tenens (“que tem”). O conceito, posto isto, refere-se a qualquer pessoa que possua terras. O seu uso costuma estar vinculado com quem é dono de grandes extensões agrícola. Em geral, os terratenentes opõem-se às mudanças sociais por constituírem uma classe privilegiada e, por conseguinte, qualquer alteração no status quo é contrária aos seus interesses.

⁶⁰ MOORE JUNIOR. *As origens sociais...*, p. 503.

aspectos primordiais para estudar as atividades econômicas, que são a produção, a circulação e o consumo.

A incorporação da História Econômica na orientação teórica da dissertação possibilitará a compreensão das medidas adotadas durante o governo Geisel nesse campo, com o recorte no objeto de estudo proposto. Com base nos três aspectos estudados pela História Econômica, podem-se aferir os investimentos do governo voltados ao setor energético, com destaque à Petrobrás na aquisição de novas tecnologias, na implantação de plataformas marítimas, nos estudos sísmicos, e no estudo da geologia marítima, com intuito de descobrir novos campos petrolíferos no litoral, correspondendo aos limites estipulados pela Plataforma Continental Brasileira. As políticas voltadas a essa área possibilitaram, dentre outros, a exploração do solo num raio de 200 milhas, como descreveu Armando Falcão, Ministro do Estado da Justiça durante os anos de 1974 e 1979;

De 1969 a 1973 consolidou econômica e financeiramente a empresa; fê-la ingressar na pesquisa de petróleo na Plataforma Continental brasileira – de onde vêm hoje 90% do petróleo bruto extraído do país - expandiu a exploração e produção do petróleo no exterior, através da BRASPETRO; fez exportar, pela primeira vez, derivados produzidos no Brasil para os mercados emergentes da África e Oriente Médio; colocou a Petrobras, em regime de livre concorrência, na distribuição interna de produtos com a criação da BR; deu partida efetiva à petroquímica nacional com a construção do polo petroquímico de Camaçari, Bahia - hoje um dos maiores do mundo⁶¹.

Ciro Flamarion e Héctor Brignoli explicam que a base para entender o estudo da *teoria econômica é, naturalmente, obrigatória para a análise dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista*⁶² e que dentro desse vasto domínio, existe o conceito de conjuntura que pode ser caracterizado como tudo que esteja em movimento. Nesse sentido, serão discutidas as elevações e as quedas referentes à produção de energia, o preço do combustível, tanto no mercado nacional quanto internacional, e a observação das perdas e/ou lucros para o Governo no setor entre 1974 e 1979, com base nos dados fornecidos nos Boletins da Petrobras e pelo II PND referentes à década de 1970.

Para alcançar esses objetivos foram verificados dados econômicos, utilizando os estudos macro e microeconômicos, entendidos como;

⁶¹ FALÇÃO, Armando. *Geisel: do tenente ao Presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p.153.

⁶² CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLLI, Héctor. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 260.

O estudo das variáveis econômicas globais, relativas a um determinado conjunto (grupo de países, país, região, etc.) – produção, circulação monetária, importação, exportação, crédito, etc. e microeconomia, o estudo econômico das unidades de produção, das empresas agrícolas, de mineração, comerciais, industriais, bancárias, etc. as variações macroeconômicas, afetam naturalmente, as empresas, mas há certa especificidade dos campos de estudo⁶³

Essas ferramentas foram relevantes para problematizar como as estratégias voltadas para o setor energético contribuíram para desenvolver a economia do país e fortalecer a política nacional-desenvolvimentista do governo Geisel.

Uma outra ferramenta usada foi a História Serial. Essa forma de abordagem possibilitou a quantificação dos dados coletados das fontes por meio de gráficos, quando os documentos reunidos em série foram examinados. Dentre eles estiveram os Relatórios Consolidados da Petrobrás, com os balanços anuais da empresa ao longo do período estudado e os números e informações descritas no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Já para a abordagem dos discursos proferidos pelo presidente Geisel e representantes de seu governo, uma outra fonte trabalhada, foi utilizado o método da análise de discurso. Nesta perspectiva, foi dispensada atenção às repetições de conceitos, palavras e expressões dentro dos discursos e dos textos, contrapondo textos distintos e verificando suas contradições e similitudes. Da mesma forma, também se comparou o discurso com o contexto político-histórico-econômico-social, ou seja, identificamos quais poderiam ser as motivações que levaram o autor a produzir as informações. Seguindo a ideia de que um texto possui visões complexas, foram verificadas, portanto, três dimensões: intratexto, intertexto e o contexto. Segundo José Barros D'Assunção,

o intratexto corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o intertexto refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos; e o contexto corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve⁶⁴.

Por meio destas dimensões tornou-se possível trabalhar duas questões importantes: a primeira refere-se ao fato de que um texto é escrito por um autor, que tem uma base

⁶³ CARDOSO; BRIGNOLLI. *Os Métodos da História...*, p. 266.

⁶⁴ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidade e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 137.

ideológica e está escrevendo para alguém; e a segunda remete à análise da política econômica que o país vivenciava entre os anos de 1974 a 1979.

Essas foram as orientações teóricas e metodológicas que embasaram a Dissertação. Pretendeu-se, a partir delas, portanto, problematizar a atuação do governo Geisel na condução de decisões políticas voltadas à área da energia no Brasil na década de 1970. Por fim, como última reflexão, cabe reiterar o campo da História Política na orientação teórica da Dissertação, uma vez que;

A história política consiste em estudar, para qualquer corte do objeto social, como o poder é buscado, exercido, desafiado, abusado e negado. Isso implica a abertura do historiador da política à interação, em dados momentos em conjunturas de enorme variedade de forças políticas, sociais e econômicas, culturais e psicológicas, bem como o uso de materiais documentais extremamente variados, em especial para a história contemporânea. E a história política não deve ser exageradamente racionalista: é preciso não esquecer as pressões da época e das circunstâncias que inexoravelmente deram forma às reações de políticos acossados por elas. Eles não estavam interessados em proclamar verdades válidas universalmente, e sim, em apaziguar, administrar, empurrar com a barriga; ao fazê-lo, iam relacionando como fossem possíveis, seus princípios com as realidades que encontrassem⁶⁵.

Com base nas referidas orientações e recortes, a dissertação dividir-se-á em três capítulos, cujos títulos foram inspirados em falas do presidente Geisel, que contribuem para as reflexões propostas em cada um deles.

Na seção um do primeiro capítulo “A Modernização só pode vir se o país se desenvolver” a proposta é desenvolver um debate sobre o conceito desenvolvimento autoritário conservador. O objetivo desse debate é apresentar a definição conceitual de Estado autoritário, e analisar de que maneira o autoritarismo relacionou-se à política e ao desenvolvimento econômico na década de 1970.

Na seção dois, será problematizada a política econômica dos presidentes militares de 1964 a 1974, de forma a ressaltar os desafios que o Governo Geisel herdou para manter a estabilidade política, com vistas a minimizar os danos econômicos dentro do país.

A terceira seção do capítulo, por sua vez, analisará o lançamento do II Plano Nacional do Desenvolvimento, com foco principal nos itens referentes aos investimentos econômicos feitos pelo Governo no setor energético. Essa análise terá significativa relevância para os

⁶⁵ CARDOS. *História do Poder...*, pp. 138-139.

entendimentos dos capítulos seguintes. O objetivo será discutir por meio de documentação oficial da época e de relatos transcritos, como a Crise de 1973 direcionou as ações do Governo, tanto em decisões domésticas quanto externas, enfatizando a questão do Petróleo.

O capítulo dois “A própria continuidade depende da capacidade de mudança” será dedicado às ações do Governo Geisel frente aos abalos oriundos da Crise do petróleo de 1973. Para isso, serão analisados projetos relacionados à Política Externa Brasileira, assim como sua ação e reação perante o novo cenário internacional, a partir das novas alianças econômicas estabelecidas na América, África, Ásia e Europa. Esse estudo permitirá a compreensão das decisões que o Governo adotou a partir de 1974, a fim de amenizar os impactos causados pela Crise do Petróleo e da situação de vulnerabilidade vivenciada pelo Brasil.

No terceiro capítulo, “Desenvolvimento tem que ser de certa forma, homogêneo”, a abordagem será sobre o cenário em que a Petrobras se encontrava entre as décadas de 1960 e 1970. Para tal, serão debatidas questões como a extração do petróleo *Onshore*, e quais fatores levaram a Petrobras, e o Governo, a investir em pesquisas nas bacias sedimentares marítimas e nos contratos de Risco. Para essas averiguações serão utilizadas bibliografias especializadas sobre o tema, observando os novos desafios que a Estatal enfrentava para os objetivos do governo na busca de minimizar os gastos com o Petróleo, criando projetos de energias alternativas e subsidiárias.

CAPÍTULO I - “A Modernização só pode vir se o país se desenvolver”.

*Um país do tamanho do Brasil, com os problemas atuais e os que o futuro pode nos reservar, com uma população numerosa e crescente, não tendo petróleo, será um país sem futuro, perdido*⁶⁶. Essa era a visão do Presidente Ernesto Geisel, que governou o país entre os anos de 1974 a 1979, ao se referir sobre as consequências causadas pela Crise do Petróleo, deflagradas a partir do ano de 1973, que desnudou as vulnerabilidades energéticas do país.

A proposta desse capítulo é problematizar as características políticas e econômicas do governo Geisel, para analisar uma das questões mais sensíveis do período – a energética – que estava na iminência de entrar em colapso. Para tal, discutiremos o projeto desenvolvido no governo do presidente, em torno da conquista de novas tecnologias e investimentos financeiros, voltados para custear o desenvolvimento nacional. Neste processo, destacaremos as estratégias do campo da política externa brasileira, a atuação da Petrobras, e o II Plano Nacional do Desenvolvimento – II PND.

Um outro objetivo será refletir sobre o pensamento político autoritário, notadamente no regime militar implantando em 1964, correlacionado com a ideia de desenvolvimento nacional. Essa análise irá corroborar para que haja um entendimento sobre o perfil do Presidente e a postura política adotada por ele. Para discutir o conceito do autoritarismo serão apresentadas as teorias desenvolvidas por Thomas Hobbes - pensador inglês do século XVII – pioneiro na elaboração da teoria do Contrato Social, segundo o qual dever-se-ia transferir todo o poder que emanava do povo para um único soberano, o Estado. A partir desta discussão, analisaremos autores que abordaram a temática autoritária, com o intuito de pensá-la associada ao conceito desenvolvimento, especialmente na segunda metade do século XX. Para essa discussão elegeu-se como obra referencial o livro de Barrington Moore Jr, “As origens sociais da ditadura e da democracia”, publicado na década de 1970.

Após o debate teórico, analisar-se-á a conjuntura econômica do Brasil durante o regime militar e o conceito de desenvolvimento entre os anos de 1960 a 1970, além dos modelos seguidos pelos presidentes gerais brasileiros do mesmo período.

Após essas análises, será discutida a Crise do Petróleo em 1973, e como esse conflito internacional afetou a economia brasileira que estava vivenciando um crescimento

⁶⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p.308.

econômico elevado, o que acabou interferindo diretamente nas decisões políticas e econômicas do Governo Geisel, referentes à micro e à macroeconomia⁶⁷.

Ao final do primeiro capítulo, serão ponderadas as propostas contidas no II PND, aprovadas por Geisel e seus ministros, em 1974, com o intuito de nortear as estratégias que o Governo adotara para superar os novos desafios configurados pelo sistema internacional a partir da referida crise. Para tal, parte-se da hipótese de que as propostas contidas no II PND foram pensadas como mecanismos de averiguação das ações voltadas à aquisição de novas tecnologias e investimentos para o setor energético, precisamente, para a Petrobras.

Ao final do capítulo I procurar-se-á problematizar as ações que coordenaram as decisões políticas e econômicas do governo Geisel, junto à análise da conjuntura econômica internacional e nacional, essa última voltada para a sua reordenação, objetivando tecnologia, energia e novos mercados consumidores.

1.1 - Desenvolvimento-Autoritário-Conservador.

O fato de os países menores dependerem econômica e politicamente dos grandes poderosos significa que as causas decisivas de sua política residem fora de suas fronteiras. Significa igualmente, que os seus problemas políticos não são efetivamente comparáveis aos dos países maiores⁶⁸.

O filósofo inglês Thomas Hobbes é um dos pensadores políticos clássicos do Estado Moderno que teve relevância na defesa dos princípios e práticas autoritárias necessárias ao Estado. Considerado um Contratualista, escreveu que a origem do Estado e/ou da sociedade, está num contrato: *os homens viveriam naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política*⁶⁹. Hobbes desenvolveu a ideia de que a sociedade passa a existir juntamente com a criação do Estado, pertencendo há um só corpo, ou seja, não existe *primeiro a sociedade e depois o poder (Estado). Porque, se há governo, é justamente para*

⁶⁷ Macroeconomia é o estudo das variáveis econômicas globais, relativas a um determinado conjunto (grupo de países, país, região, etc.) – produção, circulação monetária, importação, exportação, crédito, etc. - e microeconomia, o estudo econômico das unidades de produção, das empresas agrícolas, de mineração, comerciais, industriais, bancárias, etc. as variações macroeconômicas, afetam naturalmente, as empresas mas há uma certa especificidade dos campos de estudo. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLLI, Héctor. *Os Métodos da História...*, p. 266.

⁶⁸ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p.11.

⁶⁹ RIBEIRO, Renato J. “Hobbes: o medo e a esperança”. In: WELFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2008, p. 53.

*que os homens possam conviver em paz: sem governo, já vimos, nós nos matamos uns aos outros*⁷⁰. Nessa citação, ele expõe que o poder do Estado deveria ser ilimitado e que sem ele, não há sociedade.

Com base nessa teoria, o Estado se transfigura no monstro mitológico, o *Leviatã*, cabendo ao soberano proteger seus súditos, e impor o medo. *Porque sem medo, ninguém renunciaria a toda a liberdade que tem naturalmente*⁷¹. Com essa dupla personalidade, o Estado promoveria um sentimento de esperança nos cidadãos, que acreditariam que com um Governo forte e autoritário conquistariam uma vida melhor, com mais paz e segurança.

Na perspectiva de que o Estado é um provedor da paz, Gunter Frankenberg, explica que Hobbes, em suas análises, se baseou *na discrepância entre condição natural e condição social, ele concebe uma soberania abstrata e constrói o Estado como uma máquina de paz*⁷². Dessa forma, Hobbes criou a imagem de que o soberano não estaria governando para si mesmo como Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, sugeriu. O soberano estaria trabalhando em prol dos *interesses daqueles que querem uma maximização dos lucros na sociedade burguesa da concorrência que ascende diante de seus olhos*⁷³, criando uma correlação entre autopreservação e o bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, caberia ao soberano preservar seu poder a qualquer custo e à sociedade, renunciar seus direitos – direito de resistir em nome da segurança – doando-os de forma absoluta ao governante, concedendo a ele plenos poderes em troca da paz e da segurança. Assim, a teoria do contrato social de Hobbes procurou, dentre outros, explicar a relevância do Estado autoritário, no qual a sociedade, dependente de sua proteção, renunciaria a seus direitos.

Em uma outra via explicativa do século XX para o estado autoritário, Barrington Moore Jr, publicando pela primeira vez em 1957, escreveu sobre o conceito modernização conservadora, associada a esses regimes, analisando a questão do medo como sendo um dos fatores que motivaram o surgimento de governos pautados na perda dos direitos de resistir, em nome da segurança e da modernização. Segundo o autor,

⁷⁰ RIBEIRO, Renato J. “Hobbes:” ..., p. 63.

⁷¹ RIBEIRO, Renato J. “Hobbes:” ..., p. 71.

⁷² FRANKENBERG, Günter. *Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o Estado de exceção*. Tradução de Gercelia Mendes. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 27.

⁷³ FRANKENBERG, Günter. *Técnicas de Estado: ...*, p. 27.

*sua obra pretende explicar os diversos papéis políticos desempenhados pelas altas classes terratenentes e pelos camponeses na transformação das sociedades agrárias, em sociedades industriais modernas*⁷⁴.

De acordo com Moore Jr, para haver a modernização dentro das sociedades industriais modernas, as elites rurais – terratenentes e burguesia – deveriam renunciar ao poder que lhes pertencia, apoiando a instauração de um regime autoritário por temer um levante revolucionário comunista. Em troca do apoio e do poder concedido ao novo regime político, eles pediam ao Estado que desenvolvesse a economia nacional, como ocorreu na Alemanha e no Japão, durante o desenvolvimento dos regimes fascistas. Desta forma, após a instauração de um governo autoritário, no qual as ações políticas passavam a ser exercidas de cima para baixo, excluindo a população da tomada de decisões, Moore Jr observa que;

Numa fase posterior do curso da modernização, é provável que apareça um fator novo e crucial, sob a forma de uma coligação grosseira entre os sectores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emergentes. Tratava-se, de longe, de uma configuração política do século XIX, embora prosseguisse no século XX (...) uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio, e que, por isso, se lança nos braços de uma aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro⁷⁵.

Moore Jr. também explica que havia três formas de sociedade moderna;

A primeira aliou o capitalismo à democracia parlamentar, após uma série de revoluções: Revolução Puritana, Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana (...). O segundo caminho também era capitalista, mas na ausência de um forte surto revolucionário, passou de formas políticas reacionárias até culminar no fascismo. Vale apenas sublinhar que, através de uma revolução vinda de cima, a indústria efetivamente se desenvolveu e floresceu na Alemanha e no Japão. A terceira via é, evidentemente, a comunista⁷⁶.

Dentre as três formas supracitadas, compreende-se que o segundo caminho apontado pelo autor aproxima-se da política desenvolvida no Brasil nos governos militares. Ressalta-se, todavia, que o Brasil não vivenciou um regime fascista nesse período, o que também será analisado.

⁷⁴ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 9.

⁷⁵ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 503.

⁷⁶ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 477.

Concernente ao pensamento de que a revolução ocorreu de cima para baixo, e o método adotado para haver a modernização em sociedades que optaram uma linha conservadora, Moore Jr escreve;

Numa extensão muito limitada, estes três tipos – as revoluções burguesas que culminaram na forma ocidental de democracia, as revoluções conservadoras vindas de cima, que terminaram no fascismo, e as revoluções camponesas que levaram ao comunismo – podem construir vias e opções alternativas. (...) Os métodos de modernização escolhidos por um país alteram as dimensões do problema para os países seguintes que escolham o mesmo método, como Veblen reconheceu, quando cunhou a expressão, agora em voga, “as vantagens do atraso”, sem a anterior modernização democrática da Inglaterra, os métodos reacionários adotados pela Alemanha e pelo Japão, dificilmente teriam sido possíveis. Sem as experiências capitalistas e reacionárias, o método comunista teria sido algo inteiramente diferente, se tivesse mesmo chegado a existir⁷⁷.

Pontos importantes são abordados nessa citação: o primeiro trata sobre o caráter das revoluções conservadoras que ele menciona e o perfil conservador das revoluções que ocorria de cima para baixo⁷⁸. O segundo versa sobre o desenvolvimento da modernização, no qual Moore Jr. cita a expressão de Veblen “as vantagens do atraso”. Compreende-se que essa concepção se aproxima das discussões em torno da problemática do desenvolvimento nos países latino-americanos durante os governos autoritários, tal qual fora pensada por estudiosos do pensamento cepalino. Por fim, a discussão do desenvolvimento modernizante ocorrido na Alemanha e no Japão, considerado como um milagre econômico encerrará as análises. Esse conceito será utilizado para pensar o crescimento econômico brasileiro entre 1967 e 1973, período em que o Brasil alcançou taxas médias de crescimento elevadas e sem precedentes.⁷⁹

Ainda sobre as características da modernização conservadora ocorridas na Alemanha e no Japão, o autor nomeia de *segunda rota para o mundo da indústria moderna, rota capitalista e reacionária*⁸⁰, pois, transformou a política desses países em nações fortes e

⁷⁷ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 478.

⁷⁸ Essa questão será discutida após as análises acerca dos acontecimentos que antecederam o Governo civil-militar iniciado em 1964 no Brasil

⁷⁹ LAGO, Luiz Aranha Correia do. Milagre econômico Brasileiro. In: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

⁸⁰ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 499.

autoritárias, estabelecendo bases para que houvesse conciliação com os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil a partir da década de 1960.

Sobre os regimes conservadores, Moore Jr afirma que;

regimes conservadores fizeram muito não só ao destruírem a ordem antiga, mas ao estabelecerem a nova ordem. O Estado auxiliou a construção industrial de diversos modos importantes. Serviu de motor de acumulação do capitalismo primário, compilando recursos e dirigindo-os para a construção de fábricas. Dominando a mão-de-obra, também desempenhou um papel importante de modo algum inteiramente repressivo⁸¹.

Segundo o autor, para que a modernização conservadora alcançasse algum êxito, os governantes poderiam *usar ou construir uma máquina burocrática suficientemente poderosa, incluindo instruções de repressão, os militares e a política para se libertarem da influência, na sociedade, de pressões externas reacionárias e populares*⁸², ocorrendo assim, a separação entre Governo e sociedade.

Com a formação de um Governo conservador-autoritário, tanto a sociedade, suas leis, e o controle do desenvolvimento econômico estariam subordinados à vontade do chefe político. Assim, países como Alemanha e Japão implantaram a linha do *militarismo que uniu as classes superiores*⁸³. Os aspectos políticos, sociais e econômicos que estes se encontravam quando adotaram a linha da modernização conservadora foram;

Uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das classes antigas e ainda dominantes, principalmente recrutados no campo, para levarem a cabo as alterações políticas e econômicas necessárias para uma sociedade industrial moderna, sob os auspícios de um regime semiparlamentar. O desenvolvimento industrial pode avançar rapidamente sob tais auspícios. Mas o resultado, após um período breve e instável de democracia tem sido o fascismo⁸⁴.

No que concerne ao conceito de autoritarismo e modernização, Milton Lahuerta, afirmou que existia *um relativo consenso entre os estudiosos de que a história do Brasil é marcada por soluções que excluem as grandes massas dos processos políticos, servem a interesses restritos e são antidemocráticas*⁸⁵. Nesse ponto, pode-se verificar uma similitude

⁸¹ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: ..., p. 507.

⁸² MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: ..., p. 508.

⁸³ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: ..., p. 508.

⁸⁴ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: ..., p. 14-15.

⁸⁵ LAHUERTA, Milton. "O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia". In: AGGIO, Alberto & _____. *Pensar o Século XX*. São Paulo: editora da Unesp. 2003, p.217.

nos pensamentos apresentados por Moore Jr e Lahuerta sobre os temas que tangenciavam a exclusão das massas nos processos decisórios da política.

As exclusões que ocorreram no Brasil foram oriundas, dentre outros, da história política brasileira, que vivenciou três séculos sob a gestão colonial e quase um século de regime imperial. Nessas formas de governo, marcadas pela experiência da escravidão, as massas foram excluídas do processo político representativo. Mesmo após a implantação de um sistema presidencialista democrático, a partir de 1889, a população permaneceu excluída das decisões políticas, nas quais as elites aristocráticas ofereceram de forma *incondicional à sociedade brasileira um projeto de modernização a qualquer custo, centrado na transformação econômica*⁸⁶.

O “Dicionário de Política”, organizado por Norberto Bobbio, apresenta um importante referencial para definir o conceito de autoritarismo, enquanto, dentre outros, uma prática adotada e seguida por diversas nações. No referido verbete, Mario Stoppino analisou três características do autoritarismo: estrutura dos sistemas políticos; disposições psicológicas a respeito do poder; e ideologias políticas. De acordo com essa análise, a que mais se compatibiliza à pesquisa é a primeira forma do autoritarismo:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas⁸⁷.

Essa definição pode ser aplicada ao regime autoritário brasileiro de 1964-1985, bem como a outros países no século XX. Ao prosseguir na leitura das definições e explicações sobre o que é o autoritarismo, Stoppino pondera que as ideologias *autoritárias negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico*⁸⁸, segundo o qual os homens são excluídos ou têm sua participação no governo enfraquecida, como será debatido adiante. Por conseguinte, analisando-se o autoritarismo de forma conceitual, serão verificadas suas ramificações e subdivisões ou, qualificações aplicadas a partir da década de 1960 na América do Sul e especialmente no Brasil.

⁸⁶ LAHUERTA, Milton. “O século XX brasileiro: ...”, p. 219.

⁸⁷ STOPPINO, Mario. “Autoritarismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, p. 94.

⁸⁸ STOPPINO, Mario. “Autoritarismo” ..., p. 94.

Na publicação organizada por David Collier, “O novo autoritarismo na América Latina”, advinda de um Seminário realizado na Universidade de Princeton, em 1977, autores como ele, Fernando Henrique Cardoso, Albert Hirschman, José Serra, Julio Cotler e Guillermo O’Donnell debateram a obra deste último, um relevante cientista político argentino, que analisa as características fundamentais do sistema político da América do Sul entre as décadas de 1960 e 1970, definindo o que ele chamou de autoritarismo burocrático.

Collier, ao escrever sobre o governo instaurado no Brasil e na Argentina na década de 1960, ressalta que;

Esses golpes inauguraram períodos de domínio pelos militares como instituição, durante os quais as forças armadas procuraram promover o crescimento industrial acelerado baseados em novos investimentos estrangeiros maciços. Eles eliminaram também ou controlaram drasticamente as eleições de todos os tipos: introduziram novas restrições importantes nos sindicatos trabalhistas; e adotaram programas de austeridade econômica que impuseram controles de salário ao “setor popular” urbano⁸⁹.

Para o autor, o autoritarismo que surgia na América do Sul – no caso Argentina e Brasil – tinha como agente da mudança os militares, que deixaram de seguir o modelo anterior, no qual só poderia existir um governante, adotando a partir de 1964, no Brasil – o modelo de Instituição, de forma a criar um perfil tecnocrático e burocrático para a formulação política do Governo militar brasileiro. Sobre esse modelo de gestão política, conceituado de Autoritarismo Burocrático, Collier pondera

Estes sistemas são ‘excludentes’ e enfaticamente não democráticos. Os atores da coalizão dominantes incluem tecnocratas de alto nível – militares e civis, dentro e fora do estado – trabalhando em associação íntima com o capital estrangeiro. Essa nova elite elimina a competição eleitoral e controla severamente a participação política do setor popular. A política pública está preocupada fundamentalmente em promover a industrialização avançada⁹⁰.

O’Donnell, ao discutir o autoritarismo burocrático na América Latina, explica que o mesmo não poderia ser confundido com o fascismo ocorrido na Itália, Alemanha e Japão, pois, suas bases políticas emergiam de um contexto econômico e social diferentes⁹¹ – conceito este, que será analisado no debate sobre os governos militares do Brasil no pós 1964.

⁸⁹ COLLIER, David. “Introdução”. In: (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 11

⁹⁰ COLLIER, David. “Resumo do modelo autoritário-burocrático”. In: (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 32.

⁹¹ COLLIER, David. “Resumo do modelo autoritário-burocrático” ..., p. 32.

Por mais que as reflexões sobre o autoritarismo tenham sofrido alterações, o perfil de exclusão social nas questões que tangenciavam as decisões políticas, bem como o projeto de desenvolvimento econômico a todo custo e a aliança dos governantes com as elites dominantes mantiveram-se intactas para esse modelo no século XX, como fora analisado a partir de diferentes dimensões nas obras de Moore Jr, Lahuerta, Stoppino e Collier.

Para compreender o desenvolvimento do modelo autoritário iniciado em 1964 no Brasil é relevante citar Daniel Aarão Reis Filho, um historiador que escreveu sobre o governo Goulart, as propostas reformistas ou “Reforma de Base”⁹², a destituição do então presidente e a constituição dos governos militares brasileiros. Segundo Reis Filho, as elites urbanas e agrárias, temendo uma revolução socialista por conta das propostas descritas nas reformas de base, uniram-se levantando a bandeira em defesa do conservadorismo, o que contribuiu para (...) *as forças conservadoras triunfarem com um golpe de Estado. Na composição heterogênea que então empalmou o poder eram muitos os que anunciavam o fim da ‘República e das tradições varguistas*⁹³, tendo como objetivo central dessa união, o fim da cultura política nacional-estatista até então desenvolvida⁹⁴. O resultado desse processo foi a implantação de um novo modelo autoritário no Brasil.

O que chama a atenção nesse parágrafo a respeito da política econômica brasileira são os traços similares aos descritos por Moore Jr ao analisar os motivos que levaram as elites rurais e a burguesia comercial a apoiarem o movimento conservador-autoritário em troca da modernização, por medo de uma revolução camponesa, fato mencionado anteriormente.

⁹² Essa proposta tinha por objetivo fazer com que o crescimento econômico no Brasil, fosse autossustentado, incluindo a capacidade de compra dos trabalhadores. Essa transição dependeria, por um lado, da ação do Estado, isto é, de investimentos governamentais que pudessem exercer uma demanda autônoma capaz de compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados; e, por outro, de mecanismos para superar a deficiência da demanda interna, como por exemplo, uma reforma agrária que contribuísse para a implantação e a diversificação do consumo doméstico e para a melhor distribuição de renda. PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4, 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 211-212.

⁹³ REIS FILHO, Daniel Aarão. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 12.

⁹⁴ Programa político autonomista em torno da estruturação de um Estado nacional, base do que se convencionou chamar de nacional-estatismo. Nacional, pela ambição de tomar cada povo como uma única identidade. Estatal, por ser considerado o Estado o melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 19.

Nesse sentido, a caracterização do autoritarismo-burocrático, desenvolvido por O'Donnell, possui três aspectos decisivos para explicar o processo do desenvolvimento econômico vivenciado pelos países da América Latina. Para tanto, é preciso avaliar o que ele denominou de Papéis Tecnocráticos;

Os níveis mais altos de diferenciação social que acompanham a industrialização levam também a um papel grandemente aumentado dos tecnocratas na sociedade – tanto no setor privado como nas burocracias civis e militares no setor público. Os tecnocratas têm um baixo nível de tolerância pelas crises políticas e econômicas em curso e consideram os altos níveis de politização do setor popular como um obstáculo ao crescimento econômico. Entre os militares, essa nova orientação tecnocrática se reflete no que outro autor chamou de ‘novos profissionalismos’ orientado no sentido da intervenção militar ativa na vida política, econômica e social. A comunicação crescente entre os tecnocratas militares e civis e a frustração crescente deles com as condições políticas e econômicas existentes encorajam a emergência de uma ‘coalizão de golpe’ que em última análise estabeleça um sistema repressivo ‘autoritário-burocrático’ a fim de terminar com as crises políticas e econômicas⁹⁵.

Essa teoria pode ser averiguada no processo político brasileiro, quando Reis Filho discorre sobre os movimentos que antecederam ao golpe de 1964. De acordo com o historiador, houve uma *Ampla Aliança Social entre civis e militares que permitiu a vitória do golpe de Estado em 1964*⁹⁶ e a união desses grupos heterogêneos teve um objetivo próprio:

É inegável que o golpe militar e civil foi empreendido sob bandeiras defensivas. Não para construir um novo regime. O que a maioria desejava era salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã. Do ponto de vista das Forças Armadas, tratava-se de garantir a hierarquia e a disciplina⁹⁷.

Com relação à interpretação de que o golpe de 1964 não foi uma ação movida apenas pelos militares, Hélio Jaguaribe também fez menções a participação popular nesse processo, além de ressaltar que não era novidade para as elites brasileiras usarem as Forças Armadas para defender seus interesses e privilégios;

No caso presente, essas classes sentiam que para manter esta ordem tiveram que pagar um preço muito alto, ou seja a tomada pelos militares de todo o poder político, ficando elas relegadas a uma posição subordinada, se bem

⁹⁵ COLLIER, David. “Resumo do modelo autoritário-burocrático” ..., p. 35.

⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*: ..., p. 47.

⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*: ..., p. 48.

que economicamente independente, de simples assistente e de mera seguidora⁹⁸.

Rodrigo Patto Sá Motta também segue a tese de que o golpe de 1964 não poderia ser caracterizado apenas como um movimento exclusivamente motivado pelos militares, por ter havido uma intensa participação civil durante todo o processo político, motivado pelo medo e pelo desejo da modernização conservadora em frear os avanços da “Reforma de Base”. Motta é um dos autores que trabalham com o conceito modernização conservadora, desenvolvida por Moore Jr, aplicando-a na conjuntura cultural e política brasileira. Em sua análise;

O conceito de modernização conservadora pode servir como síntese dos paradoxos e contradições do regime militar. O grande paradoxo da ditadura era expressar, simultaneamente, impulsos conservadores e modernizadores que, por vezes, geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implica desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contratos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além da expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril. Gerando potenciais tensões e instabilidades nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias.⁹⁹

Sua conclusão acerca do perfil do Governo civil-militar brasileiro é de que *ele foi simultaneamente autoritário e conservador*¹⁰⁰.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, ao estudar na década de 1970 o perfil dos regimes autoritários burocráticos, explica que;

Impõe regras de exclusão política em benefício do setor privado da economia. Compreende-se que os interesses econômicos predominantes que apoiam esses regimes favorecem a aceleração da acumulação de capital através do controle da força de trabalho – medida essa que parece ser uma concomitante do desenvolvimento capitalista bem-sucedido¹⁰¹.

⁹⁸ JAGUARIBE, Hélio. *Problemas do desenvolvimento Latino-Americano: estudos de política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1967, p. 25.

⁹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; _____. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 29.

¹⁰⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política” ..., p. 30.

¹⁰¹ CARDOSO, Fernando Henrique. “Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina”. In: (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 46.

Nessa perspectiva, os países latino-americanos que seguiram o regime da autocracia-burocrática foram Argentina, Brasil e México, cujos sistemas políticos contavam com a participação de militares e/ou civis, *em graus e sob formas variáveis, existe uma política repressiva e liberticida*¹⁰². Esse mecanismo de repressão e liberdade objetivava viabilizar o desenvolvimento da economia nacional, por meio do capital estrangeiro, contando com mecanismos burocráticos e autocráticos para efetivar as ações políticas. Assim, Cardoso pondera

As classes economicamente dominantes quando opinam fazem-no quase corporativamente por seu entrosamento direto com o aparelho do Estado e este está controlado por um sistema burocrático (de predominância civil, no caso do México, ou militar, nos outros casos) baseados em conhecimentos técnicos, movidos por objetivos desenvolvimentistas, organizado hierarquicamente e controlado autocraticamente não por um líder, mas por setores funcionais da sociedade.¹⁰³

Observa-se na citação acima que Cardoso enfatiza a diferença desse novo autoritarismo na América Latina, no qual o poder não estava mais concentrado nas mãos de uma só pessoa, mas de uma Instituição. Por outro lado, ele também reforçou a ideia de que o desenvolvimento econômico nessas sociedades desencadeava de forma simultânea a retração da liberdade, uma vez que *nos regimes burocrático-repressivos, o acento é nitidamente 'economicista', em detrimento da liberdade*¹⁰⁴. Isso poderia ocorrer por dois motivos: primeiro, para desenvolver a economia e segundo, para proteger a nação do “inimigo interno” – o comunismo. Assim, Cardoso entende que *o golpe de 1964 acabou por ter consequências 'revolucionárias', no plano econômico*¹⁰⁵.

Simon Schwartzman¹⁰⁶, ao estudar os problemas referentes às questões sociais e econômicas frente ao poder político, em 1975, desenvolveu dois modelos analíticos: o primeiro, ligado à natureza do processo de modernização e o segundo à mobilização social e às características do sistema político. No tocante ao primeiro modelo, Schwartzman pondera que, para ocorrer a modernização em um país seria necessário haver desenvolvimento econômico. Para o segundo, o autor observa que os regimes autoritários tendiam a limitar a

¹⁰² CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979, p. 24.

¹⁰³ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: ...*, p. 24-25.

¹⁰⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: ...*, p. 25.

¹⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: ...*, p. 53.

¹⁰⁶ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, Unesp, 2010.

participação popular na esfera das decisões do poder. Essa lógica de desenvolvimento, vinculada à limitação da liberdade também foi estudada, desenvolvida e debatida por Milton Lahuerta, segundo o qual, *o século XX revela uma adesão incondicional da sociedade brasileira a um projeto de modernização a qualquer custo, centrado na transformação econômica e que se traduziu em diversos momentos em políticas de 'salto para frente'*¹⁰⁷.

A partir das considerações acima, conclui-se que existiu correlação entre a política autoritária conservadora e o projeto de desenvolvimento econômico adotado por países latino-americanos que a seguiram, tal como o Brasil.

1.2 – Política e Economia dos Governo Civis-Militares

Com base nas análises sobre a política autoritária verificou-se a existência de um perfil modernizante que contribuía para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970. A partir desse momento, a discussão será sobre a política e a economia desenvolvidas no Brasil nos governos militares, analisando a conjuntura do período, a instabilidade econômica ocorrida a partir de 1960 e as ações dos governos militares de 1964 a 1973, com o objetivo de estancar os gastos e elevar o Produto Interno Bruto – PIB – do país.

Em seguida, a proposta será desenvolver um breve debate acerca da política econômica pelo Governo militar com o objetivo de discutir as perspectivas da macro e micro economia brasileira para, posteriormente verificar se a política autoritária-conservadora interferiu ou não nos rumos do crescimento do PIB, e quais foram suas contribuições para o desenvolvimento nacional.

No início desse capítulo, apresentou-se a teoria sobre a política autoritária como sendo a força motriz do desenvolvimento econômico nacional. A proposta será, nesse momento, refletir sobre a adoção do modelo autoritário, a partir da perspectiva econômica e do conceito desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970.

Ao analisar o desenvolvimento por vias econômicas e políticas no contexto da transformação global contemporânea, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira explicou que *no processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político*

¹⁰⁷ LAHUERTA, Milton. “O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia” ..., p. 219.

*pode transformar-se em determinados momentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento*¹⁰⁸. Sua fala explicita que, em alguns casos, a condução política poderia ser motivadora e impulsionadora do crescimento econômico de um país, podendo o Estado estimular essa ação. Ao discutir essa influência, Pereira citou a conjuntura político-econômica do Japão, da Alemanha e da Rússia - assim, como Moore Jr - explicando que, na maior parte dos casos analisados - incluindo também o Brasil a partir da década de 1930 – o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominante ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja de empresários burgueses, seja de políticos, militares nacionalistas¹⁰⁹.

Nesta perspectiva, para pensar a chegada e a constituição dos governos militares no Brasil, Pereira o classificou como sendo um país capitalista em estágio de desenvolvimento, que buscava os avanços para o setor econômico, com o apoio de um governo forte e autoritário, contando com a aliança de uma burguesia empresarial e dos militares nacionalistas¹¹⁰.

Sonia Regina de Mendonça, ao analisar a participação dos militares e da burguesia industrial brasileira, como parte integrante do movimento em prol da redefinição de poder no Brasil na década de 1960, pondera que;

O golpe de 1964 correspondeu, portanto, à redefinição do pacto do poder no país. Sua articulação originou-se numa primorosa composição entre dois segmentos básicos – os militares e o empresariado industrial – manifestada institucionalmente no ‘complexo’ Escola Superior de Guerra (ESG) – Instituto de Pesquisas econômicas Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD). Aliando os princípios da doutrina de segurança nacional à sólida campanha de mobilização da opinião pública contra o ‘comunismo’, a ação destes organismos logrou produzir o clima propício ao 31 de março, bem como capitalizar o apoio e a legitimidade de outros setores sociais alheios ao pacto (como as classes médias, por exemplo)¹¹¹.

Nesse excerto, são apresentados os atores que estavam envolvidos na ação que culminou com o início do Governo civil-militar de 1964. As elites brasileiras apoiaram a

¹⁰⁸ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967*. Rio de Janeiro: editora Zahar editores, 1968, p. 16.

¹⁰⁹ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 19.

¹¹⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 19.

¹¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2, ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 74.

tomada de poder por parte dos militares por temerem uma revolução comunista no país, assim como perder o seu poder hegemônico nas questões políticas e sociais.

Em consonância com essa proposição, uma das correntes que contribuiu para a constituição da ação militar autoritária no período foi a teoria desenvolvimentista, segundo a qual o papel do Estado era de poder *intervir no curto prazo para controlar o ciclo dos negócios, mas também podia coordenar intervenções de longo prazo visando não apenas manter o pleno emprego, mas crescer, desenvolver-se*¹¹². A ideia do desenvolvimento tardio, em que pese seus problemas, era vista como uma possibilidade para os países atrasados poderem avançar economicamente, seguindo os exemplos bem sucedidos das potências econômicas. Nesse sentido, o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento econômico de forma acelerada com a intervenção de um Estado forte. Nesta perspectiva, Fiori escreve;

Entendendo-o como aceitação da intervenção do Estado como agente indutor, ordenador e alocador de recursos, definidor de alguns preços fundamentais da economia e protetor, poderíamos dizer que a economia europeia, entre as décadas de 1950 e 1980, foi também desenvolvimentista¹¹³.

O cientista político Ben Ross Schneider, por sua vez, avalia a correlação entre o autoritarismo e o desenvolvimentismo, descrevendo que os Estados desenvolvimentistas;

São projetados para mudar rapidamente e de forma permanente o ranking global de um país. A ambição é mais do que apenas o discurso do governo e as promessas de campanha; Estados desenvolvimentistas corroboram essas ambições com extensos investimentos materiais e institucionais¹¹⁴.

Se o desenvolvimento econômico constituía-se em uma perspectiva almejada no Brasil desde o governo Vargas, cabe ressaltar que ao longo da década de 1960, a conjuntura política e econômica do país não estava equilibrada, mesmo depois das “Reformas de Base” tomarem corpo.¹¹⁵ Segundo os autores Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, o cenário econômico do país estava em situação crítica, apresentando baixo crescimento e com uma inflação de 80% ao ano. Assim, com o

¹¹² FIORI, José Luís. “As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos Antônio. *Teorias e Políticas do desenvolvimento latino-americano*. - 1, ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, p. 21.

¹¹³ FIORI, José Luís. “As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina” ..., p. 22.

¹¹⁴ SCHNEIDER, Ben Ross. *O Estado Desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas*. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013, p. 11.

¹¹⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 24.

objetivo de conter esse processo inflacionário e retomar o crescimento lançou-se o Plano Trienal, coordenado pelo economista Celso Furtado. O plano apontava para o setor externo e o setor público como principais causas da inflação, e, para aliviar a pressão do setor público, sugeria aumentar a carga fiscal, reduzir o dispêndio e captar recursos do setor privado por intermédio do mercado de capitais. Apesar do empenho governamental, não havia condições objetivas para o sucesso do Plano Trienal. Em 1963, a inflação aumentou para 82% e o crescimento do produto foi quase nulo¹¹⁶.

Nesse ínterim, mediante ao clima de discordância sobre a condução da economia brasileira surgiu a aliança entre a burguesia empresarial, os militares e os setores de direita. Segundo a interpretação de Bresser-Pereira, durante a Revolução de 1930, a burguesia havia se unido com o governo de cunho nacionalista-desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas. Esse governo foi o berço do pensamento e do desenvolvimento industrial e burguês. Entretanto, com o passar dos anos, grupos de esquerda também almejavam o crescimento industrial. Sendo assim, a industrialização deixou de ser *uma ideologia da burguesia industrial para se tornar uma ideologia das esquerdas*¹¹⁷. À medida que o movimento de esquerda crescia e ganhava força *dentro dos sindicatos e em meio aos trabalhadores, ao longo das décadas de 1950 e 1960, os burgueses fizeram alianças com a aristocracia rural, e com o capital estrangeiro*¹¹⁸.

De acordo com as análises de Pereira, esses fatores contribuíram para culminância do golpe de 1964, que contou com o apoio das elites aristocráticas brasileiras. Essa união pôs fim ao governo de João Goulart, inaugurando no país *uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo*¹¹⁹.

Os embates políticos que antecederam ao golpe estiveram presentes pelo menos desde o transcorrer das eleições presidenciais de 1961 e foram se radicalizando à proporção que grupos conservadores avançavam mais na defesa de suas causas. Os conservadores foram progressivamente influenciados por líderes liberais radicais, que colocavam como pano de fundo o medo de ocorrer no Brasil o mesmo que havia acontecido em Cuba, em 1959. Assim, esse grupo argumentava

¹¹⁶ LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. “Transformações Econômicas no Período Militar (1964-1985)”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 56.

¹¹⁷ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 119.

¹¹⁸ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 119

¹¹⁹ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 120

Se a revolução comunista está às portas, é preciso que nos unamos para resistir, é preciso que não cedamos nada, é preciso juntarmos todas as nossas forças contra os comunistas. Em outras palavras, é preciso que nos radicalizemos. E assim, um grande número de pessoas, que até há pouco não eram radicais, que tinham tendências conservadoras, mas não imobilistas, subitamente se radicalizaram em direção à direita, sem saberem que estão sendo vítimas de um processo de manipulação política por parte dos líderes radicais, que se beneficiam grandemente dessas circunstâncias¹²⁰.

A partir da radicalização promovida pela ala da direita, a esquerda também buscou intensificar sua luta. Assim, (...) *nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando-se.*¹²¹ Segundo autores como Argelina Figueiredo, a falta de diálogo e de entendimento político entre as duas alas impulsionou o movimento de 1964. Portanto, *o confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas*¹²². Essa interpretação aproxima-se da perspectiva de Moore Jr¹²³, segundo a qual, a união da burguesia industrial e dos terratenentes em prol de um governo militar foi entendida como a solução para frear o avanço comunista no país e assegurar os seus interesses econômicos.

A participação dos empresários brasileiros na deposição do presidente João Goulart, em 1964, foi apresentada por Renato Lemos, que indicou haver uma relação entre segmentos empresariais, *a operação golpista contra João Goulart e as estruturas do Estado pós-1964 constituiu uma das expressões mais significativas da participação civil no regime ditatorial*¹²⁴.

A conjuntura econômica brasileira, no início da década de 1960, contou com vetores dissonantes aos interesses políticos de João Goulart em dar continuidade às “Reformas de Base” e ao projeto nacional-desenvolvimentista em vigor. Neste processo, houve a radicalização da ala da direita liberal, que proporcionou a participação de setores

¹²⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 124-125.

¹²¹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade...*, p. 24.

¹²² FIGUEIREDO, Argelina Cheibub de. “Introdução”. In: _____. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 30-31.

¹²³ MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: ...*, p. 9

¹²⁴ LEMOS, Renato L.do C.N. e. “O grupo permanente de mobilização industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós 1964”. In: (org.) MARTINS, Mônica de S. N; CAMPO, Pedro H. P; BRANDÃO, Rafael V. da M. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 73.

conservadores na luta contra o avanço comunista no Brasil e conseqüentemente, o fortalecimento dos liberais conservadores que apoiaram a deposição do presidente.

Após o golpe civil-militar de 1964, o país entrou em uma nova fase, que pode ser pensada a partir do conceito modernização conservadora autoritária. Neste período, entre os anos de 1964 a 1974, os presidentes-generais que assumiram a presidência foram: Marechal Humberto Castello Branco (1964-67); Arthur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici (1969-74). De uma forma geral, seus governos adotaram medidas políticas e econômicas continuístas, visando à manutenção da estabilidade política e a retomada do crescimento econômico brasileiro.

Sobre a retomada do crescimento econômico, Jennifer Hermann assegura que havia uma homogeneidade política que *foi sustentada por um regime de exceção, instituída no país pelo golpe militar que depôs o então presidente João Goulart, em 31 de março de 1964. A partir de agosto de 1965, o país começou a dar sinais de melhoras, saindo da fase de crise aguda para voltar ao estágio de crise crônica*¹²⁵.

Para Fernando Henrique Cardoso são três os atores que contribuíram para o crescimento econômico durante as décadas de 1960 e 1970, durante os governos militares: *o setor econômico controlado diretamente pelo Estado, os capitalistas locais e as empresas multinacionais ou os trustes*¹²⁶. Na prática, Castello Branco iniciou sua política econômica escolhendo para ocupar os ministérios do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Octávio Bulhões. Ambos preferiram combater de forma gradual a inflação, expandindo as exportações, de forma a retomar o crescimento econômico do país. Não obstante, o resultado da política econômica não gerou o resultado desejado, principalmente no que se referia a frear os avanços da inflação. *Entretanto, as reformas institucionais realizadas nesse período criaram as bases para um modelo de crescimento econômico, cuja forma definitiva só viria aparecer no governo seguinte*¹²⁷.

Na análise do economista João Paulo Reis Velloso, ministro do Planejamento na gestão de Médici, o governo de Castello Branco optou em seguir a teoria neoliberal, resultando em uma *estratégia, essencialmente, constituía no controle da inflação e na*

¹²⁵ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 132.

¹²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: ...*, p. 13.

¹²⁷ PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: ...”, p. 216.

*reorganização econômica, para fazer voltar a funcionar o sistema de mercado*¹²⁸. Nesta perspectiva, para Daniel Aarão, o novo governo pretendia;

(...) romper com as ambições autonomistas do nacional-estatismo, propondo um alinhamento estratégico com os Estados Unidos (...) ao mesmo tempo, o seu liberalismo queria promover uma redução drástica no Estado e uma abertura radical aos fluxos do capital internacional, revogando as limitações políticas e econômicas formuladas pelo governo deposto.¹²⁹

Outro fator importante do Governo Castello Branco foi sua postura autoritária tecnocrata. Pereira pondera que além da governança dos militares, havia este grupo que atuava de forma direta na esfera econômica, ocupando *cargos econômicos chaves do Brasil, com exceção da presidência do Banco do Brasil*¹³⁰.

Sendo fiel a linha autoritária-tecnocrata¹³¹ o presidente Castello Branco também excluiu parte da população do processo decisório;

Não se pode dizer, portanto, que esse tenha sido um Governo representativo da velha aristocracia brasileira, sequer da agricultura. Finalmente, também estão ausentes os empresários, e particularmente os empresários industriais. São eles, justamente com os operários industriais, os maiores prejudicados pela política governamental. Da elaboração desta não participaram de forma alguma. No máximo foram chamados em determinados momentos formais para aplaudir, receber instruções e prestar colaboração¹³².

Joseph Comblin, também destaca em seu estudo o papel do Estado Militar, e a anulação da participação do povo nos assuntos políticos do país. Para Comblin, a diferença entre um Estado autoritário para um Estado Militar era;

o elitismo radical do sistema. Um personagem some inteiramente de cena: o povo. não há mais povos. Uma vez eliminados os povos, o que resta? Massas. Ora as massas são inteiramente incapazes de conceber ou de querer os Objetivos Nacionais. Além do mais são facilmente manipuladas¹³³.

¹²⁸ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; de Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 123.

¹²⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil...*, p. 55.

¹³⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 169.

¹³¹ Vide o conceito de Collier sobre Autoritarismo Burocrático na página, 37-38.

¹³² BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 169-170.

¹³³ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: ...*, p. 75.

Ele ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional¹³⁴ descrevia o Estado como uma *vontade soberana; ele representa o poder de mobilizar tudo o que há na nação, e não aceita a interferência de qualquer outra vontade*¹³⁵, ficando também como atribuições dele, garantir a segurança nacional e o desenvolvimento do país.

Sobre o binômio segurança e desenvolvimento, difundido pelos governos militares latinos, Comblin assevera que a partir do discurso do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, em 1967, na cidade de Montreal, houve a inclusão do tema de desenvolvimento no que concernia o pensamento doutrinário de segurança nacional. No discurso do Secretário de Defesa, McNamara;

Numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento. segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional. Embora possa envolvê-la. É desenvolvimento; e sem desenvolvimento não pode haver segurança. Uma nação em desenvolvimento, que não se desenvolve, não pode, na realidade, permanecer segura, devido à desagradável razão de seus cidadãos não poderem desfazer-se da natureza humana¹³⁶.

Destarte, McNamara reforça a ideia de que *desenvolvimento significa progresso econômico, social e político*¹³⁷. No mesmo ano, o presidente Castello Branco lançou o binômio “*segurança e desenvolvimento*” em discurso inaugural do ano letivo da Escola Superior de Guerra em 1967. Desde então sua doutrina tornou-se clássica¹³⁸.

O sucessor de Castello Branco foi Artur da Costa e Silva. Este Presidente, ao assumir o Governo em março de 1967, nomeou como Ministro da Fazenda Delfim Netto, e para Ministro do Planejamento Hélio Beltrão. Nesta época, o cenário econômico não apresentava grande crescimento do PIB brasileiro, o que levou a equipe ministerial a mudar os rumos adotados pelo governo anterior no que tangenciava questões pertinentes ao desenvolvimento econômico nacional, pois a mudança dos Ministros tinha o intuito de atingir *taxas mais altas*

¹³⁴ A Doutrina de segurança Nacional pode ser analisada a partir de quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*: ..., p. 50.

¹³⁵ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*: ..., p. 73.

¹³⁶ MCNAMARA, Robert. *A Essência da Segurança*: ..., p. 173.

¹³⁷ MCNAMARA, Robert. *A Essência da Segurança*: ..., p. 175.

¹³⁸ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*: ..., p. 73.

*de crescimento econômico, induzidas principalmente pelo gasto público, articuladas com uma política ainda mais gradual de controle da inflação*¹³⁹.

Seu governo, assim como o do Castello Branco, manteve a linha do autoritarismo-tecnocrata, com caráter excludente;

Socialmente, o Governo Costa e Silva, da mesma forma que o anterior, era um Governo de classe média tradicional, dirigido por militares e tecnocratas, com a virtual exclusão dos demais grupos econômicos-sociais, particularmente dos empresários, dos fazendeiros, dos trabalhadores, dos políticos, dos estudantes¹⁴⁰.

O Presidente Costa e Silva saiu do cargo após constatar uma doença grave que o levou a óbito em 1969. Neste processo, o general Emílio Garrastazu Médici foi indicado pela Junta Militar para ser o sucessor. Ele manteve no ministério da Fazenda Delfim Netto e, para ocupar a pasta do Planejamento nomeou o economista João Paulo Reis Velloso. Os objetivos do governo se constituíam em;

Metas e bases para a ação do governo, de setembro de 1970, são definidos os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais. O principal problema do governo era superar o subdesenvolvimento de forma a reduzir a distância que separava o Brasil dos países desenvolvidos. Para alcançá-los até o fim do século XX, precisaria crescer pelo menos 7% ao ano, incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia.¹⁴¹

Jennifer Herman, ao ponderar a conduta dos três primeiros generais-presidentes, no que se refere às suas escolhas econômicas, pontua que;

De 1964 a 1967 caracterizou-se como uma fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando ao enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica do início do período. Os anos de 1964-1967 foram marcados pela implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) – e de importantes reformas estruturais – do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho. (...) A segunda fase, de 1968 a 1973 caracterizou-se por uma política monetária expansiva e por vigoroso crescimento da atividade econômica (média anual de 11,1%) acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Essas condições justificaram a ‘alcunha’ de ‘milagre brasileiro’ para esse período¹⁴².

¹³⁹ PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: ...”, p, 220

¹⁴⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 181.

¹⁴¹ PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: ...”, p, 221.

¹⁴² HERMANN, Jennifer. “Reformas, endividamento externo e o ‘milagre’ econômico (1964-73)”. In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 50-51.

Os anos de 1968 a 1974 são considerados o momento do “milagre econômico brasileiro”. Esse período foi denominado de “milagre” porque o país conseguiu conciliar de forma positiva o crescimento econômico, com taxas baixas da inflação, ampliando de forma crescente o PIB nacional, apoiado no desenvolvimento alcançado pela Alemanha e pelo Japão após a implantação de uma política de recuperação e de crescimento econômico. A partir desta dimensão;

A expressão “Milagre Econômico” foi utilizada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968.¹⁴³

O momento do “milagre econômico” pode ser pensado como uma *continuidade à estratégia de industrialização da diversificação das exportações, mediante proteção e forte participação estatal*¹⁴⁴, na medida em que proporcionou ao país um *boom* em vários setores da economia brasileira de forma a forçar a queda da inflação, possibilitando e ampliando as ofertas de emprego. Velloso observa que tudo isso ocorreu devido às decisões políticas seguidas pelos três primeiros presidentes militares brasileiros, o que permitiu o sucesso do milagre econômico brasileiro. Nesta perspectiva, o pesquisador elaborou três argumentos para justificar o seu ponto de vista;

O primeiro momento foi quando, na sucessão presidencial, de Castello Branco para Costa e Silva, o novo governo assumiu atitude, em geral, revisionista com relação à política econômica anterior. (...) O segundo momento foi quando o Governo Médici, no início de 1970, optou pelo super crescimento. (...) o crescimento do país está entregue à iniciativa privada, a função do governo é garantir os estímulos e responder pela retaguarda de infraestrutura. (...) Em terceiro lugar, constituiu fator de impulsionamento, também, a definida opção pela forma imediata de crescer mais facilmente, ou seja, através dos setores de consumo final¹⁴⁵.

Sonia Regina Mendonça analisa que a política econômica adotada pelos presidentes militares marcou um momento que *significou senão a garantia de lucros faraônicos às*

¹⁴³ PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: ...”, p. 219.

¹⁴⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. “A trajetória histórica do pensamento da Cepal: ...”, p. 73.

¹⁴⁵ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 133-134.

*empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras)*¹⁴⁶. Já Thomas Skidmore avalia de forma mais aprofundada as questões relacionadas ao governo militar e o milagre econômico no qual, *observadores tanto brasileiros quanto estrangeiros concordavam que o rápido crescimento estava 'legitimando' o regime, especialmente aos olhos da classe média*¹⁴⁷. Da mesma forma, o autor ressalta que a figura de Delfim Netto conseguiu alcançar as metas estabelecidas para frear a inflação e desenvolver a economia, contrariando as previsões pessimistas feitas pelos economistas, como foi o caso de Celso Furtado, que acreditava que *o melhor que se podia esperar era a estagnação da metade dos anos 60*¹⁴⁸. Daniel Aarão Reis Filho, por sua vez, pondera, em uma outra perspectiva

A verdade é que o *Milagre*, embora gerando desigualdades de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos, Consideráveis estratos das classes médias, por exemplo, com acesso ao crédito farto e fácil, puderam adquirir, em massa, a casa própria e o primeiro automóvel. Os funcionários públicos, principalmente das estatais, viveram também um período bastante favorável, apoiados em toda uma série de planos assistenciais (...).¹⁴⁹

Segundo Carlos Aguiar Medeiros, é possível pensar o modelo econômico desenvolvido no Brasil a partir da perspectiva política autoritária, delineada por Thomas Hobbes, na medida em que *a subordinação da economia ao poder político, tal como efetuada por Hobbes, requer uma expansão econômica que viabilize o progresso material dos indivíduos*¹⁵⁰. Essa proposição permite-nos refletir sobre dois aspectos caros ao regime militar brasileiro – *a irredutibilidade da política na economia e vice-versa, e a possibilidade e a necessidade da ação do governo no curso do desenvolvimento econômico*¹⁵¹.

Para o debate sobre as orientações econômicas adotadas pelos três primeiros presidentes militares brasileiros, entre 1964 e 1974, cabe mencionar o estudo de Bresser-Pereira sobre o desenvolvimento econômico brasileiro de 1930 a 1970. Tendo como foco este período, o autor indicou três modelos econômicos: *o liberalismo clássico, o liberalismo*

¹⁴⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: ...*, p. 75.

¹⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: ...*, p. 276.

¹⁴⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: ...*, p. 276.

¹⁴⁹ REIS FILHO, REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade...*, p. 59-60.

¹⁵⁰ MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “O processo de desenvolvimento econômico: anotações críticas ao ‘neo institucionalismo’ e ao ‘nacionalismo metodológico’”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos A. *Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, p. 133.

¹⁵¹ MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “O processo de desenvolvimento econômico: ...”, p. 133.

*intervencionista e o nacionalismo desenvolvimentista*¹⁵². O liberalismo clássico pode ser entendido como uma *ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do laissez faire, mas não pode ser com ele identificado, em vista do simples fato de que o liberalismo puro está hoje morto*¹⁵³. Portanto, não sendo compatível com a forma de governo implantada no Brasil, pós 1964;

É ideologia que defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas ideias quando veem que o próprio sistema está em jogo, como aconteceu em 1964.¹⁵⁴

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar foi adotado por Castello Branco, sendo seguido por Costa e Silva e Médici. Essa ideologia *baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal*¹⁵⁵, mantendo intactas as práticas capitalistas, conduzida por militares e tecnocratas.

De acordo com Pereira, esse projeto *condena qualquer possibilidade de o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar vir a promover o desenvolvimento econômico Brasileiro*¹⁵⁶, por haver uma contradição na formulação da ideologia econômica adotada pelos três primeiros presidentes militares brasileiros. Todavia, ele escreveu esta obra em 1967, e, mesmo não adicionando em suas pesquisas a questão do Milagre Econômico, fez uma ressalva, explicando que o desenvolvimento nacional poderia ocorrer, somente se o Governo militar adotasse *uma feição nacionalista*¹⁵⁷.

Por fim, o terceiro modelo, que também seguia a política capitalista, era o nacionalismo desenvolvimentista. Essa linha, é a que mais se adequa a política econômica adotada pelo Presidente Ernesto Geisel, sendo definido;

(...) pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorrerá na medida em que a própria nação o colocar como projeto, definir os sacrifícios que são necessários para atingi-los, e cientificar-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço.¹⁵⁸

¹⁵² BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 203.

¹⁵³ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 203.

¹⁵⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 203.

¹⁵⁵ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 204.

¹⁵⁶ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 204.

¹⁵⁷ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 04.

¹⁵⁸ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967...*, p. 206.

Daniel Aarão Reis Filho, em uma perspectiva próxima, ressalta que a partir de 1968, o programa liberal-internacionalista iniciado por Castelo Branco *transformara-se em coisa do passado*, uma vez que o Estado, nesse período, voltava a (...) *incentivar, regular, financiar e proteger, intervindo ativamente nos mais variados setores econômicos. Além disso reforçava o papel das estatais, tais como a do setor petrolífero.*¹⁵⁹

As análises de Pereira e de Reis Filho são importantes para a reflexão sobre a política econômica do Governo Geisel, que voltou a pautar-se, em certa medida, nas orientações do nacional-desenvolvimentismo e de uma atuação mais contundente do Estado em torno do desenvolvimento de áreas consideradas cruciais, dentre elas a do setor energético, o que trataremos a seguir.

1.3 - II PND – “Pra Frente é que se anda Brasil!”

No ano de 1973, o então presidente Médici fez um pronunciamento no Palácio do Planalto, em Brasília, indicando que o seu sucessor seria o General Ernesto Geisel. A candidatura de Geisel foi homologada no dia 14 de setembro desse ano e a posse em 15 de março de 1974.

Acerca de sua nomeação para presidência, Geisel, em entrevista concedida à Maria Celina D’Araújo e a Celso Castro no início da década de 1990, citou a versão que seu amigo João Batista de Oliveira Figueiredo¹⁶⁰ lhe confidenciou;

Houve uma reunião do Médici com Leitão de Abreu, Figueiredo e Fontoura. Analisaram a situação, conversaram sobre a sucessão e, por fim, Médici teria declarado o seguinte: “se o país estivesse inteiramente normalizado, se não houvesse mais nada de subversão, o candidato natural seria o Leitão; se o país tivesse problemas graves, envolvendo a área militar, seria o general Adalberto Pereira dos Santos. Como não há nenhum problema grave na área militar, nem o país está suficientemente tranquilo para o governo de um civil como o Leitão de Abreu, acho que, para administrar o país e seu desenvolvimento, o melhor nome mesmo é o Ernesto”. Vou admitir que o que o Figueiredo conta seja verdadeiro. Admito também, que meu irmão tenha tido alguma influência, não tanto no meu interesse, mas porque achava que eu era a pessoa mais indicada¹⁶¹.

¹⁵⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 82.

¹⁶⁰ Durante seu governo, Figueiredo assumiu o cargo de Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

¹⁶¹ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel ...*, p. 258.

Geisel explicou na entrevista que, provavelmente, houve a influência de seu irmão para sua nomeação à presidência, entretanto, que também Médici teria feito a indicação após analisar vários nomes que poderiam ocupar a cadeira. Paulo Ribeiro da Cunha, ao debater esse momento pondera

Não há dúvidas que já tinha sido restabelecido o posicionamento do Alto Comando e a hierarquia, algo que pode ser expresso numa tímida tentativa de alguns setores em indicar o então coronel da reserva Jarbas Passarinho à sucessão. Consta que o general Orlando Geisel bateu o martelo em contrário com o seguinte argumento: gosto muito desse menino, mas não estou acostumado a bater continência para coronéis¹⁶².

Elio Gaspari descreve esse momento como algo que já vinha sendo cogitado desde 1970. Segundo ele, Geisel *era um dos nome mais fortes para a sucessão de Médici. No final de 1971 dizia: “não mexo uma palha, mas também não me nego”*. Não mostrava entusiasmo pelo lugar: *“como é que se chega ao meu nome?”*¹⁶³. Já Daniel Aarão Reis sinaliza que Geisel foi *designado e ungido em junho do ano anterior pelo general Médici, através de uma escolha solitária, Geisel foi “eleito” em 15 de janeiro pelo Congresso Nacional e tomou posse em 15 de março*¹⁶⁴.

Todavia, Gaspari sucinta que além da influência do irmão do Ernesto, outro fator pode ter favorecido a escolha de Geisel por parte do presidente Médici, sobre o qual ele cita que Ernesto *de um lado foi general, já está fora há algum tempo. Na administração, na empresa. Não é isso? É um sujeito também empresário. Isso mostra uma evolução*¹⁶⁵. Nessa fala observa-se a importância conferida ao pragmatismo político, pois, em 1973, o mundo passava pela primeira crise do petróleo e Ernesto havia sido escolhido também por Médici para ocupar a pasta da presidência da Petrobras. Mediante à crise e às futuras projeções que ela poderia causar no sistema econômico do Brasil, a escolha por Geisel pode ter sido intencional.

Ao analisar um excerto descrito por Gaspari, no qual cita um diálogo entre Figueiredo e Médici sobre a escolha de Geisel a presidência, diz: *eu tenho pena dele. Aliás, nós sabíamos*

¹⁶² CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Militares na Política ou Política entre os Militares: uma falsa questão”. In: _____; BARBOSA, Jeferson R; GONÇALVES, Leandro P; VIANNA, Marly de A. G. *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 52.

¹⁶³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada...*, p. 24.

¹⁶⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 93.

¹⁶⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada...*, p. 203.

*e comentávamos o rabo-de-foguete que ele ia pegar. O mundo é outro*¹⁶⁶. A partir desse diálogo, fica subentendido que o Governo já esperava ser atingido pela crise do petróleo a partir de 1974.

No dia 11 de julho, de 1973, Geisel fez um discurso se despedindo da Petrobras. Nele, o futuro presidente da república ressaltou que sua saída da Instituição estava diretamente ligada à sua indicação por Médici para ocupar a presidência do Brasil;

Após ter exercido durante mais de três anos e meio a presidência da Petrobrás, dela me afasto agora por ter sido indicado, como é do conhecimento público, para servir em outro posto, pelo eminente presidente Emílio Garrastazu Médici, na sua qualidade superior dirigente das forças que representam a Revolução de março de 1964. Esse posto – devo declarar – não o desejei, mas não me foi possível recusá-lo. O encargo de presidir a nação é missão que não se postula, mas a cuja aceitação tampouco se pode egoisticamente opor uma negativa. Tive que render à imposição de um dever¹⁶⁷.

Ao assumir a presidência da República, Geisel escolheu como auxiliares diretos três pessoas de sua confiança, *Golbery do Couto e Silva*¹⁶⁸, *Oficial-General da Reserva do Exército e ministro aposentado do Tribunal de Contas da União*; o coronel do Exército *Gustavo Moraes Rego*¹⁶⁹ e o professor *Heitor*¹⁷⁰ *Ferreira de Aquino*¹⁷¹, na perspectiva de que esses, em colaboração com ele, definiriam as novas diretrizes do Governo. Juntamente com seus auxiliares, Geisel compôs a pasta ministerial de seu governo reunindo todos no dia 19 de março, para fixar as *normas gerais e orientações*¹⁷².

Nessa reunião, ele comunicou aos ministros presentes que *enviaria ao Congresso projetos de lei transformando o Ministério do Planejamento em Secretaria do Planejamento, adjunta da Presidência da República*¹⁷³. Essa pasta foi ocupada por João Paulo dos Reis Velloso. Ainda sobre a reunião, Geisel em entrevista concedida à Fundação Getúlio Vargas – FGV – revelou que no dia de sua posse foi para o seu gabinete lavrar o decreto de nomeação

¹⁶⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada...*, p. 214.

¹⁶⁷ GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Volume I, 1974, p.5-6.

¹⁶⁸ O General Golbery do Couto e Silva, assumiu a pasta do ministério de Estado, chefe do Gabinete Civil da Presidência.

¹⁶⁹ O Coronel Gustavo Moraes Rego, assumiu a pasta de Assessor Especial do Presidente.

¹⁷⁰ Heitor Ferreira de Aquino, assumiu o cargo de Secretário Particular do presidente.

¹⁷¹ FALCÃO, Armando. *Geisel*: ..., p. 170.

¹⁷² FALCÃO, Armando. *Geisel*: ..., p. 176.

¹⁷³ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

dos ministros. *E talvez ali eu já tenha convocado uma reunião do ministério para um ou dois dias depois, para dar aos ministros algumas ideias sobre o programa de governo*¹⁷⁴.

Na primeira parte desse capítulo, discutiu-se o caráter político e econômico do governo militar brasileiro implantado a partir de 1964. Neste processo, Geisel foi o quarto presidente a assumir o mandato. Sobre sua forma de conduzir o governo e adotar ou não uma medida ou proposta, Walder Góes afirma que um presidente de linha autoritária não poderia agir de forma unilateral nos governos militares;

Uma simplificação, pois o presidente não decide no vácuo. Independentemente da natureza das instituições brasileiras e da organização de seus mecanismos, as decisões de Geisel são moldadas por realidades que muitas vezes estão fora de seu controle. Ele pode ignorá-las ou negligenciá-las, e frequentemente elas se colocam fora de seu campo de percepção. Um presidente, porém, jamais escapará à sua influência, embora isso não signifique que na hora final da decisão ele não se encontre sozinho para escolher entre as alternativas¹⁷⁵.

Concernente ao fato de que o presidente não tomava decisão sem antes ouvir seus ministros e/ou seus auxiliares diretos, Geisel esclareceu que ele, juntamente com o corpo ministerial, se reunia mensalmente para discutir e debater os problemas econômicos e sociais. No entanto, os assuntos políticos eram analisados diariamente com seus auxiliares diretos. Essas reuniões, na fala de Geisel, eram *uma forma adequada de dar unidade ao governo*¹⁷⁶, para poder ouvir seus ministros e suas colocações e soluções para no fim, poder deliberar a decisão mais adequada.

No que tange ao papel de tomada da decisão final, tanto Falcão¹⁷⁷, então Ministro de Estado da Justiça – entre 1974 a 1979 -, quanto Geisel concordavam que isso competia ao presidente. Referente a esta fala, Falcão analisa que *no quinquênio de 1974-1979, o condutor máximo dos assuntos políticos gerais, o coordenador final de tudo era o presidente*¹⁷⁸. Geisel, por sua vez, ressaltou que:

O fato de ouvir conselhos especializados para resolver os problemas supervenientes não significa que eu me eximisse de tomar decisões. Meu objetivo, através desses conselhos, era principalmente conseguir a convergência de forças do ministério. Em vez de ações isoladas, cada um

¹⁷⁴ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 275.

¹⁷⁵ GÓES, Walder. *O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 17.

¹⁷⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 280.

¹⁷⁷ Armando Ribeiro Falcão assumiu o ministério do Estado da Justiça.

¹⁷⁸ FALCÃO, Armando. *Geisel: ...*, p. 186.

puxando para um lado, eu conseguia uma concentração de forças e, portanto, melhor rendimento¹⁷⁹.

Geisel se orgulhava da união de seus ministros, ademais, cabe salientar que houve apenas uma única substituição do seu corpo ministerial entre os anos de 1974 a 1979. Por outro lado, ressaltava que havia conflitos entre seus ministros, mas, que ele sempre buscou ouvir todos os lados antes de fazer suas escolhas, não permitindo assim, que falas dissonantes viessem a público para manchar a imagem de unidade do seu governo. Acerca dos conflitos, Velloso citou que;

É verdade que o presidente fazia questão de ser bem informado e de estar convencido das decisões que tomava. Mas estava inteiramente aberto à discussão de qualquer assunto, antes de tomar decisão. Na verdade, ele atendeu, essencialmente, ao que desejavam os ministros da área econômica difícil e coerente¹⁸⁰.

Geisel também mencionou casos em que ocorreram conflitos ministeriais, quando questionado em entrevista pela FGV, relatando atritos e divergências nas reuniões entre o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen com o Ministro de Estado chefe da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso;

O Simonsen, que arrancava os cabelos por causa da inflação, era contra, e assim surgiu a divergência. Inicialmente era o Velloso quem me trazia, muitas vezes, o problema: um queria receber mais e o outro queria dar menos. Por fim, eu chamava os dois, pois cabia a mim resolver. Examinava o ponto de vista de um e de outro e dava a solução que, na circunstância, me parecia a melhor. Eu não podia me omitir, pois era o responsável. O ministro, pela Constituição, é um simples auxiliar do presidente da República. O responsável é o presidente¹⁸¹.

Mediante às citações mencionadas anteriormente, observa-se que Geisel não tomava as decisões de forma isolada. Sua postura inicial era se reunir com o seu corpo ministerial e ouvir os conselhos e opiniões de todos para, no final optar por qual seria a postura do Governo. Essa posição coincide com uma passagem do livro “O último trem para Paris”, de Reis Velloso no qual declara que, *ao final da reunião, o Presidente fez uma síntese dos pontos básicos e definiu o que, a partir daí, passava-se à posição do Governo*¹⁸².

¹⁷⁹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 280.

¹⁸⁰ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris; ...*, p. 300.

¹⁸¹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 284.

¹⁸² VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris; ...*, p. 300-301.

Ainda sobre a postura do presidente, em um trecho do discurso proferido na primeira reunião ministerial, do dia 19 de março de 1974, Geisel frisou que a equipe ministerial deveria estar coesa em suas falas e decisões. Dessa forma, ele deixava claro o que se discutiu anteriormente - que assumiria a *responsabilidade pela decisão final, que de direito e de fato couber ao presidente da república*¹⁸³. Por outro lado, ressaltava que cabia ao seu governo dar continuidade ao que ele chamou de “Revolução modernizadora de 1964”, cujas bases estavam alicerçadas no binômio do desenvolvimento e segurança, segundo o qual, a *ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação Brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável*¹⁸⁴.

Seguindo esse discurso, Geisel antecipou, de forma não alarmista, mas com um certo tom de preocupação, a conjuntura internacional, chamando de drástica a situação mundial perante a crise energética iniciada no final do ano de 1973, por conta da escassez do petróleo e de seus derivados. Na percepção de Aarão Reis, Geisel assumiu o Governo em meio *uma conjuntura internacional distinta – e desfavorável*¹⁸⁵.

Em 29 de agosto, Ernesto foi até a Escola Superior de Guerra – ESG - e apresentou o projeto político de seu governo, definindo-o como;

Distensão lenta, gradual e segura. Traduzindo o tradicional binômio “desenvolvimento e segurança”, formulado pela ESG, esse projeto defendia “o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”. Ao aplicá-lo, Geisel iria continuar uma política de abertura com frequentes reafirmações de sua autoridade e controle sobre o processo em curso¹⁸⁶.

Para os militares brasileiros, a linha mestra era *a continuidade de ideias e de planos para a ação governamental*¹⁸⁷, e que assim, não iria impor uma política imobilista em seu mandato, pelo contrário, daria continuidade ao I Plano Nacional do Desenvolvimento, criado no governo de seu antecessor. Cabe destacar que esse plano teve vigência até o final de 1974. Reis concorda que a conjuntura da época era adversa, expondo que a escolha do Presidente foi por adotar uma *política de fuga para frente*¹⁸⁸, na qual o Governo militar *subestimou os*

¹⁸³ GEISEL, Ernesto. *Discursos ...*, p. 32.

¹⁸⁴ GEISEL, Ernesto. *Discursos ...*, p. 32-33.

¹⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 94.

¹⁸⁶ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico...

¹⁸⁷ GEISEL, Ernesto. *Discursos ...*, p. 36.

¹⁸⁸ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 95.

*obstáculos e lançou, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), com a meta ambiciosa de completar o processo esboçado nos anos Médici*¹⁸⁹.

Após definido o projeto político a ser seguido pelo Governo, Geisel e sua equipe ministerial elaboraram as principais metas da política econômica expostas no II PND. Esse documento tinha por objetivo *ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o “milagre brasileiro”*.¹⁹⁰ As prioridades apresentadas no II PND eram

à diminuição da dependência do país das fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos. Esses setores deveriam ser cobertos pela ação governamental direta, pois demandavam investimentos gigantescos, com longo prazo de maturação e baixa rentabilidade relativa, ficando garantido ao setor privado o fornecimento de equipamentos e matérias-primas com ênfase especial nas empresas nacionais¹⁹¹.

O II PND estava formulado *dentro de diretrizes básicas análogas, porém adequadas à presente situação e à sua possível evolução nos próximos anos*¹⁹², com o intuito de proteger a economia nacional.

No que compete às mudanças do sistema internacional, apresentadas no pronunciamento de Geisel aos seus ministros em março de 1974, se pode citar a desvalorização do dólar, ocorrida em 1971, a Crise do Petróleo em 1973, como sendo o acelerador, o estopim que atingiu o mundo por conta da ação orquestrada pela Organização dos Países Produtores de Petróleo¹⁹³ – Opep.

¹⁸⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 95.

¹⁹⁰ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico...

¹⁹¹ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico...

¹⁹² GEISEL, Ernesto. *Discursos ...*, p. 37.

¹⁹³ Entre os anos de 1959 e 1960, o excesso de produção mundial gerou baixa nos preços do petróleo, essa decisão foi tomada pela *Standard Oil* e posteriormente, copiada por outras multinacionais. Os países produtores de petróleo desconfiaram da formação de cartel entre as empresas, já que esses recebiam *royalties* (direito de participação menores. Como resposta aquela “política baixista” eles formaram a Opep, em setembro de 1960, da qual inicialmente tomaram parte Irã, Iraque Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela; posteriormente houve adesão de Indonésia, Líbia, Qatar, Abu Dabi (entrou depois para os Emirados Árabes), Nigéria, Argélia, Equador e Gabão. Em 1969, houve o desejo por parte da Líbia em aumentar o preço do produto, mas esse foi recusado pelas companhias. No ano seguinte, 1970, ocorreu explosão em um oleoduto iraquiano-libanês, fato que possibilitou à Líbia posição privilegiada como fornecedora de petróleo ao ocidente. Diante dessa nova condição, os líbios decidiram reduzir sua produção e consequente oferta do produto. Ao alcançar lugar de destaque como país produtor de petróleo, a Líbia pode aumentar seus preços de venda e nacionalizar a *British Petroleum*. Este acontecimento gerou, para os membros da Opep, a imagem de espaço de manipulação sobre o mercado de petróleo. Em abril de 1971, a Líbia iniciou acordos em separado com cada companhia de petróleo (Acordo de Trípoli), sendo que, posteriormente, essa política também foi adotada pelo Iraque e pela Arábia

No que concerne à desvalorização do dólar, Enrique Serra Padrós esclarece que o governo do presidente Nixon, em 1971, temendo a compra excessiva do ouro estocado pelo Tesouro dos Estados Unidos levou o governo estadunidense a desvalorizar sua moeda em relação ao ouro em quase 10%, no dia 15 de agosto do mesmo ano. Essa desvalorização favoreceu os EUA, que ganhou competitividade no mercado de exportação, permitindo a *livre convertibilidade do dólar em relação ao ouro e às demais moedas. O dólar passou a flutuar, de acordo com as leis do mercado. Era o fim da ordem econômica do pós-guerra*¹⁹⁴.

Como consequência da decisão do governo Nixon, os países membros da Opep decidiram corrigir acentuadamente o valor do barril, em dois momentos, 1973 e 1979, transformando o Oriente Médio no foco das atenções dos países mais industrializados¹⁹⁵. Igor Fuser chamou de “Choque do Petróleo” a alta repentina dos barris do petróleo após 1973, destacando que

As decisões que quadruplicaram as cotações do combustível, assim como o uso inédito do embargo do petróleo como uma arma política relevante, tiveram imenso impacto sobre o sistema internacional. O “choque” do petróleo demonstrou, ao mesmo tempo, os limites de uma economia sustentada sobre a exploração irrestrita de um recurso mineral não renovável e espalhado desigualmente pelo planeta¹⁹⁶.

O Choque ou Crise do Petróleo desencadeada a partir de 1973 pela Opep teve como fator preponderante o conflito entre os países do Oriente Médio com Israel, após o início da Guerra de *Yom Kippur*, no dia 08 de outubro. Após encontros entre representantes da indústria petroleira internacional com os representantes dos países membros da Opep ficou estabelecido, por parte do segundo grupo, a elevação do preço do barril do petróleo, de US\$ 3,01 para US\$ 5,12. Em seguida, no dia 18 de outubro foi anunciado;

O corte de 25% na produção de petróleo, a ser seguido por reduções adicionais de 5% por mês, até a retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967, na Guerra dos Seis Dias. A essa decisão se somou o embargo nas remessas de petróleo, anunciando separadamente por todos os governos árabes integrantes da Opep, aos países que apoiavam Israel. Aplicado

Saudita. TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a Ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 24-25.

¹⁹⁴ PADRÓS, Enrique S. “Capitalismo, Prosperidade e Estado de bem-estar social”. In: (org.) REIS FILHO, Daniel A; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX. O tempo das crises: Revoluções, Fascismos e Guerras – v.2*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, p. 260.

¹⁹⁵ FEROLLA, Sergio Xavier; METRI, Paulo. *Nem todo o Petróleo é nosso...*, p. 46.

¹⁹⁶ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: o desenvolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora Unesp: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP, 2008, p. 124

inicialmente apenas aos Estados Unidos, o boicote foi depois estendido para a Holanda, Portugal, Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul¹⁹⁷.

Além dos problemas relacionados ao aumento do preço do barril do petróleo e a desvalorização do dólar perante o ouro, o governo Geisel deveria alterar sua postura referente ao apoio incondicional aos países alvos da Opep, como por exemplo: Estados Unidos, Israel e Portugal. Caso isso não ocorresse, o Brasil poderia sofrer com os embargos promovidos pela Opep, como explica Falcão;

Durante a crise do petróleo, o Brasil foi incluído na chamada “lista negra” do petróleo árabe e corria sérios riscos de ter seu abastecimento de hidrocarbonetos drasticamente cortado. Paulo Nogueira, em 1973, chefiou a missão brasileira que foi ao Oriente Médio negociar com a organização dos países Exportadores de petróleo – Opep - O diplomata se relacionava bem com o Rei Façal, da Arábia Saudita e, graças principalmente à grande influência do monarca, o nome do Brasil foi retirado da lista letal à economia nacional¹⁹⁸.

Em consonância com as medidas adotadas inicialmente pelo Governo brasileiro no campo da política doméstica, para tentar suportar todas as mudanças que estavam ocorrendo na economia mundial, Geisel solicitou ao Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – Ipea - que desenvolvesse um levantamento de nível nacional, pontuando os principais desafios que o governo encontraria ao longo de sua gestão, de forma a atender as áreas econômica, social, política de desenvolvimento e de tecnologia. O resultado dessa grande pesquisa foi o lançamento do II PND, elaborado para englobar as referidas demandas entre os anos de 1975 até 1979.

Durante o período de elaboração do II PND, o Presidente explicou que os planos de seu governo se voltavam para o desenvolvimento e que seria impossível para o país alcançar a modernização sem a presença impulsionadora do governo federal. Nesta perspectiva, Geisel afirmava que *a nação não se desenvolve espontaneamente. É preciso haver alguém que a oriente e a impulsione, e esse papel cabe ao governo*¹⁹⁹. Nessa acepção, novamente se observa uma dimensão do desenvolvimento pelas vias do nacional-estatismo. Sendo assim, de acordo com Reis Filho, *O caráter nacional-estatista do I e do II PNDs e suas perspectivas autonomistas enterravam de vez o liberalismo-internacionalista de Castello Branco (...)*.²⁰⁰

¹⁹⁷ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p. 124.

¹⁹⁸ FALCÃO, Armando. *Geisel: ...*, p. 202-203.

¹⁹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 287.

²⁰⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil...*, p. 95.

O presidente Geisel, seguindo a ideologia do binômio nacional – segurança e desenvolvimento -, e a Doutrina de Segurança Nacional, declarava que era papel do Estado, proporcionar o desenvolvimento do país, superando os óbices dos anos vindouros até o final de seu mandato;

No final do governo Médici, houve o primeiro choque do petróleo, e os preços do óleo cru, quaduplicaram. Mas quem sentiu as consequências foi o meu governo. Para enfrentar a situação criada, havia duas soluções: uma era moderar a atividade nacional, colocando a nação em recessão, seguindo o exemplo do que fizeram outros países, inclusive os mais desenvolvidos; outra, ao contrário, era ativar a economia, desenvolver o país e, assim, enfrentar esse quadro difícil, evitando paralelamente o agravamento do nosso problema social do desemprego. (...) como que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo Médici? E como iria resolver o problema social que resultaria do consequente desemprego?²⁰¹

Ao analisar essa fala, é possível verificar uns dos dilemas que envolvia a política e a economia do governo Geisel, uma vez que o ex-presidente faz menção à existência de uma incógnita entre adotar uma política de recessão econômica, ou optar por uma linha desenvolvimentista, correndo riscos à economia brasileira.

Diante deste embate, Geisel optou em dar sequência ao binômio nacional, mantendo e dando continuidade a política desenvolvimentista, recusando a proposta de optar pela recessão econômica adotada pelo ex-presidente Castello Branco - colega e adepto da linha esguiana. Para elaborar o II PND, o governo contou com o apoio e com os conselhos de seu Ministro de Estado, chefe da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, e dos pesquisadores do Ipea, que eram *um instituto especializado vinculado ao Ministério do Planejamento*²⁰².

Em pronunciamento proferido na Escola Superior de Guerra – ESG – no dia 13 de setembro de 1973, Velloso enfatizou que a prioridade do II PND seria dar continuidade ao desenvolvimento nacional, informando aos presentes quais eram as estratégias propostas pelo governo para os próximos cinco anos;

Atuando com flexibilidade e dinamismo, tirar proveito das oportunidades que se oferecem, e que pudermos criar, na integração com a economia

²⁰¹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 288.

²⁰² D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 290.

mundial, e na frente interna, de configuração de uma economia industrial moderna e de construção de uma comunidade²⁰³.

Vale ressaltar nesse parágrafo que Velloso deixou subentendido que o governo poderia adotar uma nova postura perante o cenário internacional, como será discutido no próximo capítulo, a partir de modificações na agenda da política externa brasileira e da criação de oportunidades de novos negócios, ampliando assim, as relações bilaterais com países da Europa, Ásia, África e América Latina.

Em relação ao âmbito da economia nacional, Velloso esclareceu que o governo teria que adotar determinados reajustes para adequar o país ao aumento do barril do óleo e de seus derivados. O Ministro ainda ressaltou que era responsabilidade do governo manter *o crescimento acelerado, realizar políticas redistributivas, enquanto o bolo cresce*²⁰⁴. Finalizando seu pronunciamento, solicitou cautela diante de uma possível crise;

Os fantasmas que, simultaneamente, ameaçam a economia desenvolvida do Ocidente e, com ela, o mundo vulnerável dos países em desenvolvimento, compõem um quadro em que se interligam o perigo da recessão, no curto prazo, e do crescimento nulo ou medíocre, no médio prazo, com a exacerbação inflacionária, a crise de balanço de pagamentos, a inquietação social.

Sabidamente, a perspectiva dos próximos anos é de dificuldades, possivelmente de crises²⁰⁵.

Nesse momento, é possível analisar que o governo sabia, ou tinha noção de quão arriscado poderia ser a adoção de uma política econômica desenvolvimentista em um período desfavorável, principalmente para os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil.

Geisel buscou justificar a implantação do II PND, devido às sucessões eventuais que se abalaram no sistema internacional como: *a crise do sistema monetário internacional, a crise de energia e de matérias-primas essenciais, a crise de uma inflação epidêmica e a crise no comércio exterior*²⁰⁶. Para, além disso, o presidente reforçou a ideia de que o clima de incertezas instaurado no sistema internacional poderia favorecer ao país na aquisição de novos parceiros comerciais, tecnologia e capital.

²⁰³ VELOSSO, João Paulo dos Reis. *II PND: O II PND e as oportunidades do Brasil; a nova estratégia; razões para não perder o sono*. Brasília: IBGE, 1974, p. 2.

²⁰⁴ VELOSSO, João Paulo dos Reis. *II PND: ...*, p. 3.

²⁰⁵ VELOSSO, João Paulo dos Reis. *II PND: ...*, p. 5.

²⁰⁶ República Federativa do Brasil. *II PND: ...*, p. 5.

Com um amplo debate envolvendo os ministros e o Congresso Nacional, entre os meses de setembro a novembro, a Lei nº. 6.151 entrou em vigor no dia 06 de dezembro de 1974, dando início ao II PND. Os pontos mais importantes para a pesquisa são referentes à;

- a) Consolidação de uma sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva, mediante a implantação de novos setores produtivos, criação e adaptação de tecnologias;
- b) Destaque a política energética, com o intuito de reduzir a dependência em relação a fontes de suprimento externas;
- c) Ajuste da estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, dando-se especial atenção às indústrias de base, notadamente nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e de insumos básicos;
- d) Ênfase a política científica e tecnológica através da execução do II e III Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico²⁰⁷

Os itens supracitados serão abordados ao longo dos próximos dois capítulos. Todavia, o que é possível adiantar é que alguns pontos contidos nesse capítulo reaparecerão no terceiro, com o objetivo de verificar o processo de desenvolvimento voltado ao setor energético durante os seus cinco anos de seu mandato. A partir dessa perspectiva, se faz necessário trazer a análise de Velloso, publicada em 1986, na qual aponta sucessos e derrotas do governo referentes à análise do sistema internacional e as medidas adotadas para amenizar os danos na economia. Nela, o ex-ministro explica que ocorreram erros de atuação e execução da economia brasileira, ressaltando que o governo buscou desacelerar a economia de forma lenta e gradual, com o objetivo de não assustar os investidores dentro e fora do país. Contudo, diferente do que muitos criam, Geisel não era centralizador em suas decisões. Pelo contrário, *o Presidente fazia questão de ser bem-informado e de estar convencido das decisões que tomava. Mas estava inteiramente aberto à discussão de qualquer assunto, antes de tomar decisão*²⁰⁸.

Logo no início do programa, denominado de “síntese sobre as conquistas econômicas e sociais do país”, são esboçadas as ambições do governo para os próximos anos. Um dos pontos citados como importante para a economia, é a capacidade do país de se adaptar à escassez energética, tendo como principal estratégia a substituição dos importados, bem

²⁰⁷ LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)*. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Ciências Humanas; Departamento de História, 1994, p. 21.

²⁰⁸ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris; ...*, p. 300.

como a maior ênfase a novas frentes de exportação, como por exemplo, investimentos no setor da agropecuária²⁰⁹.

O tópico seguinte refere-se à política voltada para o setor energético. No primeiro parágrafo, é indicado que *num país que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada) passa a ser peça decisiva da estratégia nacional*²¹⁰. Por meio desse texto, é possível verificar que a dependência referente ao petróleo e seus derivados era um tema preocupante, assim como a ambição do governo de reduzir ao máximo as necessidades energéticas até o final de 1979. Na avaliação de Velloso, o governo conduziu o II PND de forma equivocada, afirmando que existia em *diferentes pontos do texto, questões remanescentes de um certo triunfalismo. O então Ministro Severo Gomes, quando leu a minuta, tinha chamado a minha atenção para esse aspecto, que subestimei na ocasião*²¹¹.

O governo investiu no setor energético e na busca de controlar os gastos com a gasolina. Para isso, sancionou medidas para acabar com a política de subsídios desse combustível, propondo a *criação de sistemas de transporte de massa, eletrificação das ferrovias, adição de álcool na gasolina e eliminação de desperdícios*²¹². Paralelamente, o governo contava que a Petrobras poderia suprir a carência em um período de curto em longo prazo, com a notícia da descoberta de novos campos petrolíferos e com a adoção de novas fontes energéticas.

Em consonância com os investimentos para o crescimento econômico do país, o governo promoveu políticas voltadas para o desenvolvimento da tecnologia e da ciência. Isso favoreceria as pesquisas e os avanços da Petrobras e os estudos para outros setores da economia brasileira.

Mediante ao cenário vigente, mudanças significativas foram apresentadas em relação ao Brasil perante a economia mundial, nas quais, as metas do governo visavam a expansão de suas relações comerciais com os EUA, Europa, América Latina, África e Ásia, além de buscar intensificar sua relação com a União Soviética e China. Com isso, observa-se que,

²⁰⁹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 16

²¹⁰ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 17.

²¹¹ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 289.

²¹² República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 17.

quando o governo anunciou que iria criar oportunidades de negócio dentro das incertezas do sistema internacional, de antemão, estava apontando para esses novos parceiros econômicos.

Henrique de Oliveira assegura que essa mudança de paradigma da política externa brasileira resulta;

De acordo com os objetivos brasileiros de diversificação das parcerias. O Brasil toma algumas medidas que passam a ser emblemas de seu posicionamento internacional, em especial:

- a) O reconhecimento da independência da Angola e do Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA) como o legítimo representante do povo angolano;
- b) A condenação de Israel pela ocupação de territórios árabes pelo uso da força e o reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como representante do povo palestino;
- c) O reconhecimento diplomático da república Popular da China e o consequente descredenciamento de Taiwan.²¹³

Segundo as propostas e execuções do governo em relação ao II PND para frear os avanços da crise do petróleo de 1973, Antônio Dias Leite citou a ação adotada pela maioria dos países industrializados, explicando que o Brasil não seguiu pelo mesmo caminho, apostando na prosperidade e não na recessão. Essa opção teve como consequência a não restrição *de forma eficaz o consumo de derivados do petróleo, nem se conservou energia de um modo geral*²¹⁴. Logo, por mais que essas medidas estivessem descritas dentro do plano do II PND, Leite e Velloso expuseram que durante a sua execução, surgiram falhas.

Ao fazer uma análise acerca do discurso sobre o panorama mundial, as distensões políticas e a instabilidade econômica, é notório que o presidente e seus assessores tinham um olhar atento sobre problemas e as mudanças dentro do sistema internacional, dedicando um capítulo inteiro no II PND exclusivamente para *analisar a situação mundial – coisa pouco comum em um plano nacional*²¹⁵. Todavia, o governo falhou ao avaliar sobre o tempo que duraria a crise, como se observa;

É óbvio, todavia, que tal política tem limitações, na preservação do seu próprio interesse de longo prazo. Seria contra o interesse daqueles mesmos países, manterem em crise o sistema financeiro internacional, porque sobre eles recairiam as consequências, ou abalar, duradouramente, a economia dos países desenvolvidos, ou frustrar as economias subdesenvolvidas que constituem a maioria na comunidade internacional.

Também seria contra seus próprios interesses tornar quase proibitivo o acesso ao petróleo, levando as nações industrializadas à preocupação

²¹³ OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 153.

²¹⁴ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 220.

²¹⁵ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 290.

dominante de livrar-se da dependência em relação a esse combustível, a qualquer preço e no menor prazo²¹⁶.

O governo errou em subestimar a crise do petróleo. Mas não foi negligente quanto à importância da energia, ficando esse tema sempre em evidência ao longo dos estudos por ele promovidos com o intuito de conter a crise econômica. No parecer de Velloso abalizava para outra direção explicando que, *o Governo, desde o início, estava conscientizado da gravidade da crise do petróleo, do seu caráter duradouro e das repercussões sérias sobre a economia brasileira*²¹⁷. O ex-ministro, todavia, se contradiz na mesma obra, questionando se *o Governo, à época, não estaria efetivamente conscientizado quanto à gravidade da crise do petróleo e por isso teria saído para um plano irrealista, embora dotado de estratégia adequada*²¹⁸.

Na descrição publicada no II PND referente à estratégia de desenvolvimento econômico do país, são relevantes os itens I, II e V. O primeiro se referia a consolidação do Brasil como sendo uma economia moderna. Aqui, averigua-se novamente a ênfase que o governo dava ao desenvolvimento a todo custo. Mas, o que se pode ressaltar é a importância de se investir em tecnologia de ponta para contribuir no avanço das empresas, como ocorreu com a Petrobras. Sobre isso, observa-se que;

No esforço de consolidar até o fim da década uma economia industrial moderna, irá o país enfrentar uma problemática em que cabe destacar: a necessidade de criar e adaptar tecnologia, continuamente, e não apenas de produzir bens, mas os mais sofisticados; a execução de projetos de vanguarda, em setores de ponta, significando a capacidade brasileira de dominar, em áreas bem definidas, tecnologias de alta sofisticação, embora se reconheça que o grosso do esforço inovador deva dizer respeito de adaptações de tecnologias²¹⁹.

Conforme o II PND, a tecnologia era uma das vulnerabilidades que o país possuía devido, dentre outras, à falta de investimento de ponta na área. Isso provavelmente ocorreu em virtude do pouco ou baixo interesse dos governos anteriores nesse setor, em função da facilidade de importar tecnologia e de comprar petróleo e seus derivados a preços mais acessíveis.

No item II, observa-se que o governo buscou apresentar estratégias para superar a crise. Ele afirmava, nesse documento, que o país deveria se enquadrar nas novas realidades

²¹⁶ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 26.

²¹⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 290.

²¹⁸ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 288.

²¹⁹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 35.

da economia mundial, pois, o período de abundância do petróleo havia acabado, e com a recessão, devido ao aumento do barril, o Brasil precisaria *economizar energia, com expansão das fontes internas*²²⁰, valorizando e investindo em recursos naturais. Essa medida estava atrelada ao item I, visto que, para desenvolver os recursos naturais seria necessário investir primeiramente em pesquisas e em tecnologias. Sobre isso, Velloso explicou que existiam três linhas estratégicas na formulação do II PND, que eram o reequilíbrio da posição da empresa *privada nacional dentro do tripé econômico, seguido da sua evolução para a condição de líder do processo; o avanço na área de desenvolvimento científico e tecnológico; e a desconcentração industrial*²²¹. Assim, ele concluiu seu pensamento explicando que com a adoção dessas novas medidas, o país conseguiria sanar dois problemas apresentados no estudo de Fernando Henrique Cardoso, sobre questões pertinentes ao capitalismo dependente. *A primeira era a 'ausência de um setor de Bens de Capital plenamente desenvolvido'. A outra dizia respeito à insuficiência tecnológica*²²².

No item V da mesma sessão, a análise refere-se à integração do país frente às outras nações. Essa visão foi importante para as ações estratégicas da Petrobras, tendo como objetivo *tirar proveito da realidade recente, de níveis mais altos de relacionamento entre os diferentes blocos, sem com isso tornar mais vulneráveis os objetivos econômicos nacionais*²²³. Portanto, o Brasil foi a procura dos petrodólares que estavam investidos nos bancos europeus para injetar na economia nacional brasileira, financiando a aquisição das novas tecnologias para favorecer o desenvolvimento da Petrobras rumo ao mar.

No capítulo III do II PND, verifica-se a descrição sobre a estratégia adotada pelo país a respeito da industrialização nacional. Um dos objetivos foi o desenvolvimento da indústria de base, tanto pela privada quanto pela estatal. Para o crescimento, contava-se com o apoio do *capital privado, nacional e estrangeiro, como a Indústria da Construção Naval, a de Bens de Capital, a Petroquímica*²²⁴. Aqui, verifica-se mais uma vez as intenções do governo e a importância do investimento no avanço da construção naval, que contribuíram para o

²²⁰ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 35.

²²¹ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 234.

²²² VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 234

²²³ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 36.

²²⁴ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 38.

aprimoramento das pesquisas nas plataformas continentais, beneficiando a Petrobras (tratar-se-á esse tema com mais profundidade nos próximos capítulos).

No capítulo IV do II PND averíguam-se as estratégias econômicas com foco no setor privado e público, declarando que *quanto mais atuante for o Governo, mais importante é que esteja claro o que pretende fazer e até onde pretende ir, a fim de que haja estabilidade e eficiência no sistema*²²⁵. De acordo com esta dimensão, o desenvolvimento dependia da vontade e da ação do Governo, que se utilizava da máquina pública para conquistar esses avanços. O resultado deveria favorecer as empresas estatais para que ficassem entre as maiores do país. Assim, *as empresas governamentais se elevariam a 8 entre as 25 maiores empresas pelo valor das vendas*²²⁶. Essa era a expectativa do presidente vinculada ao legado de seu mandato.

Na visão do governo era fundamental integrar os interesses de desenvolver a economia nacional com duas variáveis importantes dentro do cenário internacional: o primeiro era atender aos novos desafios do mundo global, como *petróleo, insumos básicos, negociações multilaterais de comércio*²²⁷, e o segundo estava intrínseco à relação comercial com novos parceiros internacionais. Esses pontos são apresentados como itens base no capítulo VII do II PND.

Para que esses objetivos alcançassem êxito, o governo definiu quais seriam as suas áreas de atuação prioritárias, determinando suas ligações comerciais com o Mercado Comum Europeu;

O Mercado Comum Europeu já está configurado como nosso maior associado quanto ao comércio. Para cada um dos países componentes será definida a forma especial de atuar e os setores a desenvolver. Os resultados dependerão principalmente da manutenção de cláusula do status quo – ou seja, de que novas barreiras, sobretudo não tarifárias não sejam levantadas - e da maior eficácia do sistema de preferência gerais²²⁸.

Além de estreitar as relações diplomáticas e comerciais com o Mercado Comum Europeu, o governo também ampliou o comércio com a América Latina, objetivando a integração econômica por meio de acordos binacionais, correlacionados à energia e à

²²⁵ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 48.

²²⁶ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 49.

²²⁷ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 74.

²²⁸ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76.

indústria básica. Já com os países africanos, os acordos foram por meio de cooperação para à efetivação dos programas de infraestrutura e comércio da região com o Brasil.

Outro importante parceiro que estava na mira do governo era o Japão, considerado o mais importante país da Ásia nas questões referentes à *cooperação comercial, financeira, tecnológica e de investimento*²²⁹. O governo brasileiro também buscou expandir suas relações econômicas com a União Soviética, com os países do Leste Europeu e com a China Continental. Nesses acordos comerciais caberia ao Brasil *desenvolver novos mecanismos de comércio, mais adaptados à forma de operar, no comércio exterior daquelas nações*²³⁰.

E por fim, os países árabes também foram inseridos na nova agenda internacional brasileira, pois, caso o governo conseguisse desenvolver uma boa relação com os “donos do petróleo”, poderia amenizar os danos causados pela ação da Opep. Assim, para o governo;

Em particular, está o Brasil procurando construir uma estratégia de cooperação, consolidando as nossas relações econômicas e de amizade com os países árabes, seja no campo governamental ou particular. Além dos acordos de país para país o estabelecimento de mecanismos institucionais para canalizar fluxos contínuos de investimentos e financiamentos destinados ao Brasil, assim como uma ativa política de promoção comercial inclusive com a criação de centros comerciais (trade centers) brasileiros em diversos países, são formas concretas para viabilizar para que se torne o País alternativa de diversificação para as aplicações a serem feitas no exterior naquela área²³¹.

Novamente, no II PND, o governo demonstrou suas intenções em solucionar e amenizar os danos causados pelo aumento do preço dos barris de petróleo, de forma a ampliar suas relações com os países árabes, diversificando também suas relações comerciais com países africanos, latinos, europeus e socialistas.

O capítulo VIII do programa é inteiramente dedicado à política energética, apresentando o quadro brasileiro e sua relação de dependência com o petróleo internacional e seus derivados. O balanço feito pelo governo sobre as áreas sensíveis à falta desse combustível enfatizava *o uso para transporte e como matéria-prima para a indústria química*²³², correspondendo a *48% do total de energia que consumimos*²³³, deixando, por

²²⁹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76.

²³⁰ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76.

²³¹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76.

²³² República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76

²³³ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 76

fim, o questionamento de *como enfrentar a crise de energia sem sacrificar o crescimento acelerado*²³⁴.

Entendendo quais eram os desafios ligados à área do petróleo e da energia, o governo buscou fazer cortes na economia, sem causar muitos danos ao desenvolvimento do país, investindo em fontes de energia elétrica por meio da água e do carvão. Sendo assim, ficou estabelecido que;

Seria inevitável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia. Por isso, será necessário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo (substituindo-o pela eletricidade, na medida do possível, e também por carvão, por ser este abundante no mercado, embora importado em parte); economizar petróleo, principalmente para a utilização em transporte; e reduzir, no total de consumo de petróleo, a parcela importada²³⁵.

Para a política desenvolvimentista nacional, o governo planejou investir em energia, tecnologia e na prospecção de novos poços de petróleo. Portanto, a sua primeira ação foi instalar um;

Programa maciço de prospecção (na plataforma, em áreas sedimentares em terra e no exterior) e de produção, permitindo elevar os investimentos, nesse setor, de Cr\$ 8 bilhões, no período de 1970-1974, para 26 bilhões no próximo quinquênio. Esse montante, que representa 225% de aumento, em termos reais poderá ser elevado em função da capacitação de recursos adicionais e da disponibilidade de equipamentos especializados. (...) Haverá um esforço especial em reduzir os prazos entre a descoberta de um campo e o seu início de exploração comercial. Nos próximos dois a três anos, somente com os jazimentos já descobertos, será possível aumentar apreciavelmente a participação da produção nacional no consumo²³⁶.

Essa foi a apresentação dos gastos nos setores de prospecção e de produção de petróleo entre 1970 e 1974. Esse tipo de aquisição, somada a de recursos tecnológicos, possibilitou que a Petrobras S.A descobrisse novos poços de petróleo, o que resultou na ampliação da produção para abastecer o mercado nacional.

Sobre as perspectivas e prioridades do governo Geisel, mais uma vez a questão da tecnologia e do petróleo aparecem na pauta do II PND, segundo a qual, o petróleo estava inserido no setor de infraestrutura como uma das grandes prioridades da estratégia do desenvolvimento nacional assim, como o investimento em programas voltados para a ciência,

²³⁴ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 77

²³⁵ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 77

²³⁶ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 82.

tecnologia e pesquisa. Ambas eram essenciais para as intenções do governo em descobrir novas fontes energéticas, capazes de tirar o país de um atraso de décadas. Por isso, o governo federal investia essencialmente em *petróleo, energia elétrica, e certos segmentos de insumos básicos, como a siderurgia de planos, matérias-primas para petroquímica etc.*²³⁷.

Os investimentos em ciência, tecnologia e pesquisa foram de suma importância para apoiar o desenvolvimento nacional, visto que;

O desenvolvimento científico e tecnológico é considerado, na estratégia de desenvolvimento, muito mais que um simples programa setorial. Ciência e tecnologia, no atual estágio da sociedade brasileira, representam uma força motora, o conduto, por excelência, da ideia de progresso e modernização. Trata-se de colocar o conhecimento moderno, com eficácia e sentido de prioridade, a serviço da sociedade²³⁸.

No capítulo XIV do II PND, o governo indicava que era importante desenvolver tecnologia nacional, uma vez que, ela promoveu o avanço das sociedades no pós- II Guerra Mundial, podendo dinamizar também a partir dessa leitura a economia nacional. Logo, o investimento em energia convencional e/ou não convencional, poderia favorecer no avanço econômico do país. Para o ganho destas conquistas, foram estipuladas, pelo governo, políticas focando esse setor como por exemplo, identificar os avanços tecnológicos alcançados em outros países, o que pode ser verificado nesse trecho: *fazendo-se beneficiar-se do conhecimento já existente em países desenvolvidos (transferência de tecnologia) e realizando adaptações de tecnologias, maiores ou menores*²³⁹.

A reflexão realizada nesse primeiro capítulo será essencial para o desenvolvimento dos capítulos seguintes, principalmente no tocante às análises acerca da atuação da política externa brasileira em prol do desenvolvimento nacional, englobando a aquisição de novas tecnologias, e de novas fontes energéticas, assim como a atuação da Petrobras, divulgando os produtos nacionais em países africanos e asiáticos, com o intuito de atenuar o desequilíbrio da balança econômica brasileira, afim de contribuir para o desenvolvimento do setor energético do país.

Por outro lado, as discussões efetuadas serão a base para as próximas problematizações acerca das estratégias voltadas para o setor energético e suas contribuições

²³⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*; ..., p. 306.

²³⁸ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 134

²³⁹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 136.

para o fortalecimento da economia do país e da política do governo Geisel, de acordo coma problemática central da Dissertação.

Uma das hipóteses levantadas para a Dissertação foi respondida nesse primeiro capítulo, sobre a contribuição da política desenvolvimentista do governo Geisel para o desenvolvimento energético.

Ao longo do primeiro capítulo, verificou-se que uma das bases do pensamento autoritário adotado pelos militares brasileiros entre os anos de 1964 e 1979 era o desenvolvimento da economia nacional, e que o presidente Geisel, tanto por meio de discursos quanto na composição do programa do II PND, enfatizou que iria investir nesse projeto, por meio da energia, da ciência, da tecnologia, da pesquisa e de novos parceiros comerciais.

CAPÍTULO II - “A própria continuidade depende da capacidade de mudança”

No primeiro capítulo, discutiu-se a política autoritária-desenvolvimentista seguida durante o mandato do presidente general Ernesto Geisel. Debateu-se também, tal política no que tange ao desenvolvimento econômico do país, no âmbito da economia interna, e, por fim, apresentaram-se observações e análises sobre as medidas descritas no II PND que conduziram o país para a aquisição de novas fontes energéticas entre os anos de 1974 a 1979.

A partir deste capítulo, a pesquisa problematizará as ações da política externa brasileira na busca de novos parceiros comerciais estratégicos, principalmente, nas áreas da tecnologia e investimentos financeiros. Esses dois itens foram fundamentais para a Petrobrás prospectar petróleo no mar.

Após 1973, ficou evidente que o País precisava investir na autossuficiência energética, visto que o *Governo havia optado por manter o modelo de crescimento*²⁴⁰. Dessa maneira, restando apenas uma única escolha - mudar a condução da política exterior.

2.1- Desenvolvimento e Pragmatismo Responsável

Na mensagem de final de ano de 1975 sobre os balanços da Política Externa Brasileira, o presidente Ernesto Geisel em cadeia nacional, transmitido via televisão e rádio, anunciou que *não foi um ano fácil para o Brasil. Aliás, não foi para país algum do mundo, o que além de não servir de consolo, ainda agravou as dificuldades de cada um*²⁴¹. Continuou a dissertar afirmando que a realidade mundial era outra, e que o país estava sofrendo com as mudanças econômicas, que prejudicavam o crescimento econômico, o controle da inflação e a distribuição de renda. Todavia, informou que o seu governo, já prevendo esses danos, havia elaborado um novo plano econômico mais flexível e que estava preparado para enfrentar o novo cenário de crise;

Felizmente, achava-se o Governo, desde os estudos preliminares a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento, preparado para isso, plenamente convicto da tarefa delicada que seria forçado a enfrentar, com instrumentos bem mais flexíveis de atuação da esfera econômica, quando tudo já indicava a necessidade de inaugurar metodologia e estilos novos

²⁴⁰ TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 47.

²⁴¹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil*. Brasília, 1975, p. 31.

para o que teria de ser, necessariamente, um planejamento e ambiente de maior insegurança e de incertezas acrescidas. Por isso mesmo, no II PND, não foram estabelecidas metas rígidas a se alcançarem e em prazos determinados, vestindo, como em camisa-de-força, as atividades planejadoras, mas sim, um sistema, adaptável a evolução real da conjuntura econômica internacional²⁴².

O primeiro ponto de reflexão sobre esse trecho do discurso do Geisel refere-se ao II PND, que fora planejado para adequar-se às mudanças econômicas que o país pudesse sofrer, fosse por influência do sistema internacional inóspito ou por conta do aumento do preço do barril de petróleo pós 1973. A análise desse período requer uma observação quanto aos dados descritos no Plano, pois os dados numéricos apresentados serviam como um documento referencial para os gestores da política nacional. Ademais, o segundo ponto a ser ressaltado é que o Programa servia como *um marco de referência para acompanhamento de execução e os inevitáveis reajustes sucessivos*²⁴³.

Geisel, em seu discurso, também explicou que a *diplomacia brasileira em 1975, dentro da política de pragmatismo responsável que vem caracterizando a ação do governo no setor*²⁴⁴; iria marcar a política internacional do País. Entretanto, antes de prosseguir com a análise de discurso do presidente, é imprescindível explicar o que seria essa política pragmática responsável a qual ele referiu. Quando questionado sobre a escolha da política externa brasileira, Geisel explicou durante a entrevista para Celina D'Araújo e Celso Castro: *a política do meu governo, com ativa colaboração de Silveira, era realista*²⁴⁵. (...) *eu achava que a nossa política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente*²⁴⁶.

Daniel Aarão Reis Filho apresenta uma interpretação próxima à fala de Geisel, quando pondera que o país, sob o seu governo, manteve-se próximo das *tradições nacional-estatistas, o novo governo começou a vibrar acordos autonomistas*.²⁴⁷

Diante dessa postura, as relações entre Brasil e EUA sofreram uma leve alteração, pois, o interesse do país *era ter um pouco mais de soberania, um pouco mais de independência, e não sermos subservientes em relação aos Estados Unidos*²⁴⁸. Dessa forma,

²⁴² Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 31-32.

²⁴³ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 32.

²⁴⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 34.

²⁴⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel*..., p. 337.

²⁴⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel*..., p. 336.

²⁴⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*..., p. 96-97.

²⁴⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel*..., p. 336.

pode-se entender que a diplomacia brasileira adotou o conceito de uma política externa pragmática, responsável e ecumênica, visando se adequar ao dinamismo do novo sistema internacional com os interesses de desenvolvimento econômico estipulados pela política nacional como;

O princípio de não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados (...) A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável, porque é ética (...) o pragmatismo não nos obriga a aceitar tudo, leva-nos isto sim, a fazer um esforço para compreender tudo, o que é diferente. É preciso entender os outros, ter com eles laços de amizade, mas é preciso, também, conservar a autenticidade nacional²⁴⁹

Com essas medidas, o País justificava suas ações no sistema internacional mirando ampliar seu raio de ação e criando oportunidades para o impulsionamento do desenvolvimento nacional.

Na percepção de Toscano, não se pode resumir o pragmatismo responsável como sendo uma manobra oportunista. Para ela, o adjetivo responsável oferecia uma maior *flexibilidade de ação e agilidade de conduta adequação e relativa demonstração de indiferença política*²⁵⁰. Já o conceito de ecumênico *traduzia a avaliação desideologizada de novos pares, justificando o universalismo pretendido para as ações externas daquele Governo e atendendo à necessidade da diversificação de contatos*²⁵¹, ou seja, o pragmatismo responsável, somado ao pensamento ecumênico, permitia ao Brasil expandir suas relações diplomáticas com países de ideologia diferente, consentindo à política nacional buscar novos parceiros comerciais além das fronteiras estadunidenses.

Sobre o papel desenvolvido pela diplomacia brasileira no período, vale ressaltar que houve uma ampliação da cooperação e da exportação de produtos nacionais, na qual *o Governo reestruturou a área de promoção comercial mediante a multiplicação das Missões Comerciais promovidas pelo Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty*²⁵²

²⁴⁹ GEISEL, Ernesto. Mensagem presidencial na instalação da oitava legislatura, em 1º de março de 1975. Resenha da Política Exterior do Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.4, 1975, p. 7

²⁵⁰TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 48.

²⁵¹TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 48.

²⁵² TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 48.

Acerca da contribuição do Itamaraty nas pastas comerciais, Toscano reforça a importância da política exterior em abrir as portas para a expansão e divulgação dos produtos nacionais nos mercados da Europa, África, Ásia e América Latina²⁵³. Para Amando Cervo e Clodoaldo Bueno, *os meios para aumentar o poder nacional foram selecionados e agregados de forma empírica a partir da base material que dava suporte à ação externa*²⁵⁴, o que significa afirmar que o poder político, mais os interesses nacionais, somado aos problemas econômicos que o país e o mundo estavam passando, condicionaram a política externa brasileira aspirar novos atores internacionais proporcionando suporte às manobras políticas necessárias.

Matias Spektor também analisa as ações da política externa brasileira, explicando que;

Geisel decidiu que o novo governo, ainda no primeiro dia, emitiria uma circular anunciando o abandono da postura pró-Israel em favor de uma aproximação com os países árabes. O presidente também decidiu afastar-se da ditadura fragilizada de Portugal e aproximar-se da África negra, além de abandonar Taiwan em prol da abertura de canais com a China comunista. Geisel queria uma mudança clara e rápida, um fato consumado que se impusesse diante do regime²⁵⁵

A decisão por adotar uma nova forma de diplomacia partiu do próprio presidente. Essa mudança teve como intuito *chacoalhar o regime*²⁵⁶. Para Spektor, Geisel;

Queria surpreender seus opositores à esquerda e à direita, pôr os elementos mais conservadores na defensiva e ganhar autoridade sobre os outros chefes militares. Por isso, boa parte de sua agenda pessoal era conscientemente provocativa. Recém-indicado para presidir uma ditadura de direita claramente pró-Israel, pró-Portugal e pró-África do Sul, ele resolvera dar uma guinada veloz em direção oposta. Antes mesmo de ser empossado, havia decidido reconhecer regimes de inspiração marxista na África, começar a normalizar as relações com 13 países do Oriente Médio e estudar formas de aproximar o Brasil da China comunista²⁵⁷.

O Governo alterou, de forma profunda, a direção da política externa brasileira visando alcançar novos parceiros comerciais, como estipulados no II PND. Com respaldo nessas

²⁵³ TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 40.

²⁵⁴ CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 398.

²⁵⁵ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 65.

²⁵⁶ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil...*, p. 61.

²⁵⁷ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil...*, p. 61.

informações pode-se retomar o ponto anterior, no qual se analisava o discurso de Geisel, proferido em dezembro de 1975 sobre a atuação da diplomacia brasileira. A primeira ação que ele citou foi o Acordo Nuclear com a Alemanha assinado no mesmo ano. Para Geisel, esse ato *foi sem dúvida no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa, de nossa ação diplomática*²⁵⁸. Em outras palavras, o presidente anunciava para a nação brasileira que o seu governo estava atento às necessidades energéticas do país, tendo como ação concreta a assinatura do Acordo Nuclear com uma potência europeia. Em seguida, concluiu seu discurso ressaltando as conquistas econômicas de seu governo, que proporcionaram *o limiar de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões descabidas*²⁵⁹.

O conceito interesse nacional, mencionado no discurso de Geisel, foi definido pela Escola Superior de Guerra – ESG²⁶⁰, uma instituição militar pensada como uma escola de altos estudos, que tinha como tarefa prioritária formar elites capazes de *solucionar os problemas do Brasil*.²⁶¹ Com essa finalidade, a Escola teorizou *a Doutrina de Segurança Nacional, fornecendo o conteúdo doutrinário e ideológico para a conquista e a manutenção do poder em 1964*.²⁶²

No governo Geisel, Golbery do Couto e Silva, que fora estagiário e instrutor da ESG entre 1952 e 1955, foi um dos pensadores que mais contribuiu para difusão e estudo da geopolítica brasileira. Ele ocupava a pasta de ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI. Golbery sustentou a tese que relacionava o desenvolvimento a um planejamento de segurança nacional, com a finalidade de criar uma estratégia que levasse o Brasil a condição de país desenvolvido e “tecnocrático”, de forma a ressaltar que sua a viabilidade dependeria necessariamente da capacidade do Estado de organizar uma elite

²⁵⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 34.

²⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 34-35.

²⁶⁰ A necessária justificação ideológica para a tomada do poder e a modificação das suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada na Escola Superior de Guerra, cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa tinha, tinha por objetivo, treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional. BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares” ..., p. 20.

²⁶¹ ARRUDA, A. *ESG: a história de sua doutrina*. Brasília: INL, 1980.

²⁶² BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17.

tecnocrática civil e militar para orientar o desenvolvimento, com o apoio da iniciativa privada e internacional.²⁶³

No cerne da Doutrina de Segurança Nacional estava o binômio segurança e desenvolvimento

Segurança não é material militar, embora esta possa ser incluída no conceito, não é força militar, embora esta possa ser alcançada; não é atitude militar tradicional, embora esta possa envolvê-la. Segurança e desenvolvimento, e sem desenvolvimento, não pode haver segurança.²⁶⁴

Dessa maneira, segundo a DSN, cabia ao Estado intervir na economia, o que reforça a teoria apresentada no primeiro capítulo, de que autoritarismo militar-brasileiro não era controlado por uma só pessoa, mas por uma instituição. Essa instituição é apresentada no formato de sistema que tem o poder de decisão política, tanto nos assuntos domésticos, quanto externos, permitindo ao país se projetar no sistema internacional seguindo as bases pré-definidas pela DSN e dos interesses nacionais. O que garantiria a projeção internacional seria o estudo da geopolítica que abrangia *o espaço político, a posição física, a segurança interna e externa, e as vantagens positivas da terra*²⁶⁵.

De uma forma geral, a DSN foi dividida em quatro conceitos: *objetivos nacionais; poder nacional; estratégia nacional e segurança nacional*²⁶⁶. Todavia, pode existir uma variação conceitual em relação aos objetivos nacionais, onde pode ler-se: *Interesse Nacional, ou os Interesses Nacionais, ou ainda o Projeto Nacional, ou ainda as Aspirações Nacionais*²⁶⁷.

A definição de objetivos nacionais pode ser entendida como *a cristalização dos interesses, das aspirações, dos valores e das regras que uma Nação deseja realizar por todos os meios que têm ao seu dispor*²⁶⁸. Os objetivos buscavam determinar quais seriam os interesses da nação e os caminhos que o governo deveria seguir. Para isso, o conceito doutrinário se subdividiu em objetivos permanentes e atuais. Pode-se caracterizá-los como sendo *os fins que o poder nacional pode atender vistas as condições existentes, tendo em conta os limites impostos pelos obstáculos e pelos antagonismos internos e externos, atuais*

²⁶³ SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

²⁶⁴ ARRUDA, op. cit., nota 203, p. 28.

²⁶⁵ BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares" ..., p. 26.

²⁶⁶ BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares" ..., p. 30-31.

²⁶⁷ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da segurança Nacional: ...*, p. 50.

²⁶⁸ BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares" ..., p. 31.

ou previstos²⁶⁹. Os objetivos nacionais tornaram-se elementos importantes para a condução e alinhamento da política de segurança nacional do país, direcionando a política interna e externa do presidente Geisel. Segundo ele, a política externa estava em consonância com as *tradições do País e animada pelo espírito que preside às realizações, no plano interno, dos Governos da Revolução, guia-se pelos magnos objetivos nacionais do Desenvolvimento e da Segurança*²⁷⁰.

Para o Governo alcançar com êxito os objetivos nacionais seria necessário integrá-los ao conceito de estratégia nacional, que tinha como finalidade *preparar e aplicar o poder nacional para alcançar ou manter os objetivos fixados pela política nacional*²⁷¹. Dessa maneira, o II PND constituía-se como um *documento sintético, definindo a Política Nacional de Desenvolvimento nos campos econômico e social*²⁷², estabelecendo os *objetivos básicos, a estratégia e os instrumentos gerais de ação do Governo*²⁷³.

Dessarte, se pode entender que os interesses nacionais estavam presentes na elaboração da política do Estado que detinha o controle das decisões internas e externas do país, ficando sob responsabilidade do Ministro das Relações Exteriores defender os objetivos nacionais dentro do sistema internacional. Nesta perspectiva, Geisel, em 1975, explicou que o país;

Estreitou os laços de amizade com as nações africanas. Êxito especial deve ser creditado a política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no contexto da qual fiel aos princípios de não-intervenção e de respeito à auto determinação dos povos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal²⁷⁴.

Essas ações de não intervenção, respeitando a autodeterminação dos povos, estavam constituídas como sendo parte da condução estratégica do Itamaraty como mecanismos para defender os objetivos nacionais. Ao mesmo tempo, é perceptível o alinhamento com a política pragmática, responsável e ecumênica do Governo brasileiro.

Maria Lima, ao analisar a postura da política brasileira, pondera que os *interesses nacionais e interesses de Estado são sinônimos e o diplomata representa este interesse no*

²⁶⁹ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares” ..., p. 31.

²⁷⁰ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 4.

²⁷¹ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares” ..., p. 30-31.

²⁷² República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 11.

²⁷³ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 11.

²⁷⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 35.

*plano externo buscando maximizá-lo vis-à-vis os interesses dos demais Estados*²⁷⁵. Nesse momento, deve-se ressaltar o pragmatismo ecumênico adotado pelo governo, que seguia a linha da teoria realista²⁷⁶.

Ainda com relação aos objetivos nacionais, é possível pensá-los a partir das dimensões indicadas por Duroselle, que entende que era responsabilidade do governo decidir sobre esse assunto, ressaltando que o líder escolhe seus objetivos com uma grande liberdade. *Sua ideologia, sua ambição e seu temperamento desempenham nessa escolha um papel muito importante. Sua própria posição de líder faz com que dê a seus objetivos o nome de interesses nacionais*²⁷⁷. Em uma perspectiva relacionada à história do Brasil e ao período analisado, Igor Fuser aponta os objetivos nacionais como sendo a *sobrevivência física do país, sua autonomia política e o bem-estar econômico da população devem figurar no topo de qualquer lista de prioridade do Estado*²⁷⁸.

De acordo com as definições supracitadas, os interesses nacionais devem estar presentes dentro do pensamento estratégico das relações exteriores, cabendo ao governo definir qual linha seguir. No histórico da política externa brasileira, ao longo do século XX, os governos adotaram as seguintes linhas ideológicas: *Americanismo pragmático (1902-1945), (1951-1961) e (1967-1974); americanismo ideológico (1946-1951) e (1964-1967), globalismo grotiano (1961-1964) e globalismo hobbesiano (1974-1990)*²⁷⁹.

Segundo as dimensões apresentadas por Letícia Pinheiro, o governo Geisel seguiu a linha globalista hobbesiana, pois como visto no primeiro capítulo, Hobbes apontara, no século XVI, para a necessidade de um estado fortalecido e condutor das políticas essenciais.

²⁷⁵ LIMA, Maria R. S. *Instituições Democráticas e Política Exterior*. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 22, nº 2, jul./dez, 2000, p. 270.

²⁷⁶ A análise da teoria realista se pautará por meio de quatro pontos principais, sobretudo, de quatro teóricos fundamentais: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Edward H. Carr e Hans J. Morgenthau; e, estes, divididos em dois eixos essenciais, o Realismo Clássico e o Realismo Moderno, na devida ordem para uma análise mais clara e metodológica. A herança da escola clássica contida, por exemplo, em Tucídides, Maquiavel e Hobbes, o Estado Nacional como objeto central, e as duas grandes e famigeradas funções: a sobrevivência e o poder. Por fim, a característica definidora e sistêmica da anarquia internacional. PINTO, Danielle Jacon A; BRAVO, Juliano dos Santos. *O realismo nas relações internacionais uma revisão da literatura*. Revista de Estudos Internacionais (REI). ISSN 2236-4811, Vol. 7 (2), p. 130-147, 2016, p. 131.

²⁷⁷ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*: Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 133.

²⁷⁸ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p. 60.

²⁷⁹ PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira: 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 66.

A perspectiva hobbesiana contribuiu para o surgimento da corrente realista nos estudos das Relações Internacionais. Um dos pontos apresentados e defendido por essa corrente é o de que existe um sistema anárquico entre os Estados, o qual sempre gera desconfianças mútuas entre os atores internacionais. Isso ocorre porque os Governos estão constantemente tentando defender seus interesses e a manutenção da sobrevivência do Estado, como se observa;

Para os realistas, nas relações internacionais, o poder é central. Atores se juntam ao poder ou se juntam contra o poder. Assim, alguns Estados julgam que seu interesse nacional seria melhor servido ao se juntarem a uma grande potência. O oposto disso, outros Estados julgam que seu interesse nacional é ameaçado pelo poderio de uma grande potência e se juntam com outros Estados menos poderosos para tentar equilibrar o poder daquela potência²⁸⁰.

Igor Fuser, ao explicar a política externa segundo a teoria realista, escreve que cada *Estado se comporta como um ator unitário, ou seja, decide sua conduta segundo a concepção do que é o interesse nacional, independentemente do entrelaçamento de forças no plano doméstico*²⁸¹. Completando sua linha de pensamento, ele afirma que, quando o governante tiver ciência de que o *cenário internacional é marcado pela anarquia, os Estados buscam o máximo de poder ao seu alcance*²⁸².

Dentro do sistema internacional, a política externa brasileira atuou de duas maneiras e em períodos distintos para alcançar os interesses e objetivos nacionais de forma estratégica;

O primeiro corresponde de 1974 a 1977, quando se procurou criar oportunidades para maior participação no cenário internacional. O país verificou novas possibilidades e novos pares e afastou-se dos Estados Unidos ao aproximar-se dos países da Europa de forma compensatória. O segundo período iniciou-se em 1977, e seguiu até o final da gestão de Geisel, quando se percebeu um retraimento da política adotada, imposto pelos limites existentes. Nesse período, ocorreu o retorno do diálogo com Washington e a estabilização das relações com a Europa Ocidental²⁸³.

Sobre a diversificação de parceiros econômicos e estreitamento comercial com países africanos, asiáticos, socialistas e europeus no período, Reis escreveu que as ações da diplomacia brasileira, no primeiro momento, restabeleceram;

²⁸⁰ NOGUEIRA, J. Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 29.

²⁸¹ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p. 27.

²⁸² FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p. 27.

²⁸³ TOSCANO, Daniella M. B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 58.

(...) relações diplomáticas com a China comunista. Seguiu-se aproximação explícita com a Comunidade europeia, marcada pela assinatura de um acordo nuclear com a Alemanha Federal²⁸⁴.

Ampliando os raios de ação da diplomacia, o Brasil reconheceu a *independência da Angola, apesar das inclinações esquerdistas do partido governante*²⁸⁵ e alterou seu posicionamento perante a Organização das Nações Unidas – ONU – *distanciando-se das posições tradicionais, votaria com a maioria pela condenação do sionismo como forma de racismo*²⁸⁶. Essas medidas adotadas pela política externa brasileira, só puderam ocorrer após a mudança da sua condução a partir da adoção da política pragmática, ecumênica e responsável.

2.2- Política Externa Brasileira e Desenvolvimento

A política externa brasileira foi uma área privilegiada pelo governo Geisel, tendo em vista o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, teve um papel de destaque ao abrir as portas para um diálogo entre o Brasil e os parceiros econômicos internacionais. Em missão, ele viajou pela Europa, Ásia e África, apresentando a política externa brasileira e os seus objetivos, como se observa no excerto proferido por ele, em um discurso em Londres, no dia 21 de outubro, de 1975;

Tanto nossas responsabilidades quanto nossas necessidades aumentaram. Em consequência, o Brasil teve que multiplicar seus contatos com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. Essa necessidade de diversificação de contatos foi ainda mais acentuada pela crise econômica que hoje aflige o mundo ocidental. À medida que alguns dos mercados tradicionais fecham suas portas às importações feitas ao Brasil, precisamos buscar outros clientes que ainda não tenham sido afetados pelo vírus do protecionismo. Assim, um enfoque pragmático e ecumênico da política externa é, de certa forma, o resultado direto da evolução da economia, tanto dentro quanto fora de nossas fronteiras.

Seria um erro, contudo, concluir que a nova política externa do Brasil, marcada por um ecumenismo pragmático, é um simples reflexo das necessidades elementares da vida econômica. É também, o resultado de uma observação atenta da recente evolução do sistema internacional, e do

²⁸⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 97.

²⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 97.

²⁸⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 98.

papel que uma nação emergente, como a nossa, está destinada a desempenhar nesse contexto²⁸⁷.

O último parágrafo do discurso de Azeredo da Silveira é bastante esclarecedor, porque reforça o caráter conceitual ecumênico pragmático da política externa brasileira e o papel que o país desejava desempenhar perante a ONU. Reforça também a ideia de que o Governo precisava agir para superar os óbices causados pela crise de 1973, que foram agravados com a adoção das políticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos.

Geisel e Azeredo tinham posicionamentos diferentes sobre a atuação e função da política externa brasileira, mas ambos concordavam que a solução para a economia brasileira estava na forma como o país iria se posicionar perante o sistema internacional;

Geisel pensava a política externa como um instrumento a mais no jogo político. Silveira a concebia como uma alavanca para projetar o Brasil para cima na hierarquia internacional. Apesar dessas diferenças, os dois concordavam que havia uma conjuntura global benéfica que não devia ser desperdiçada. Para eles, o ambiente internacional em 1974 era uma janela de oportunidades.²⁸⁸

Assim, o Ministro Azeredo e sua comitiva abriram uma *janela* de oportunidades e partiram em viagem à Europa, visando estreitar ainda mais as relações comerciais com a Comunidade Comercial Europeia. As viagens aconteceram entre os dias 21 a 28 de outubro de 1975, sendo de *extrema utilidade para o fortalecimento das relações do Brasil com esses três países, em particular, e com a Comunidade Econômica Europeia, no geral*²⁸⁹.

Com a Inglaterra, o resultado foi a assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-Grã-Bretanha, o qual previa *consultas regulares entre os dois países, em alto nível, ou em nível ministerial, sobre questões de interesse comum, abrangendo assuntos políticos e econômicos, o fortalecimento das relações comerciais*²⁹⁰. Na França, as conquistas se concretizaram com a elaboração de um documento que possibilitava a criação de uma Grande Comissão de Competência Geral, envolvendo as duas nações, tendo como objetivo criar parâmetros para fortalecer as relações *nos campos político, econômico de cooperação cultural, científica e técnica. A Grande Comissão se reunirá uma vez por ano,*

²⁸⁷ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 53.

²⁸⁸ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil...*, p. 64.

²⁸⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 47.

²⁹⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 47.

*alternadamente em Brasília e em Paris*²⁹¹. E com a Alemanha Ocidental, uma das maiores conquistas foi a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Azeredo, em seu pronunciamento em Londres, condenou as ações protecionistas adotadas pelas grandes potências, enfatizando que essa prática *quando aplicada contra as exportações de nações em desenvolvimento, só traz um alívio passageiro, a médio prazo só agrava a crise*²⁹². Não obstante, mesmo que o momento fosse de crise, essas atitudes não deveriam ser a melhor opção para a economia dos países desenvolvidos.

A partir de uma postura pragmática responsável, a política externa alinhavada por Azeredo Silveira, distanciava-se da que fora executada no governo Castelo Branco, de forma a aproximar-se dos velhos tempos de Vargas, Jânio e Jango.²⁹³ Desse modo, a política brasileira estava aberta para dialogar com todos os países que estivessem *igualmente inclinados a basear suas relações externas nos princípios da não-intervenção e de respeito mútuo*²⁹⁴. Tendo como prioridades, definidas pelo próprio presidente Geisel, relações comerciais com a América Latina e a África, por ambas possuírem *mais características em comum conosco*²⁹⁵, e por serem países em desenvolvimento. Para as grandes potências, o Brasil buscava *desenvolver uma relação baseada no princípio do benefício mútuo, suscetível de criar as condições para uma verdadeira interdependência horizontal*²⁹⁶. Nesse discurso, o Ministro deixou claro quais eram os objetivos da política pragmática, ecumênica e responsável do Governo brasileiro, e qual o papel o país desejava seguir.

Para finalizar seu discurso, o Ministro esclareceu o que seria essa relação de interdependência horizontal, citando como exemplo prático, o Acordo Nuclear assinado com a Alemanha;

Creio que o acordo que o Brasil assinou recentemente com a República Federal da Alemanha em matéria de cooperação nuclear ilustra bem o que desejo expressar por uma autêntica cooperação que pode conduzir a uma interdependência horizontal. É esse tipo de cooperação, que ajuda a transpor não apenas o hiato de riquezas, mas também o hiato decisório, o que me referi anteriormente, que buscamos nas nossas relações com o mundo desenvolvido, e de forma muito particular, com a Europa²⁹⁷.

²⁹¹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 47.

²⁹² Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 55.

²⁹³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*..., p. 98.

²⁹⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 55.

²⁹⁵ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 55.

²⁹⁶ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 55.

²⁹⁷ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil* ..., p. 55.

Nessa fala, Azeredo deixou claras as intenções do governo Geisel perante os debates Norte e Sul, e como ele pretendia conduzir as negociações com os países desenvolvidos, buscando respeitar e seguir as diretrizes da política externa, pautadas no II PND e nos interesses e objetivos nacionais.

Após a assinatura do *Memorandum* entre Brasil e Reino Unido, no dia 21 de outubro de 1975, Azeredo se reuniu com o Primeiro-Ministro inglês, o deputado Harold Wilson e com o Ministro de Estado do Comércio, deputado Peter Shore para discutir as viabilidades de trocas e investimentos comerciais nas áreas prioritárias da economia brasileira, frisadas no II PND. O desfecho desse encontro resultou em uma lista de interesses mútuos, incluindo: *ferrovias, usinas siderúrgicas, equipamento marítimo, portos, desenvolvimento de recursos naturais, inclusive agricultura e petróleo, geração e transmissão de energia elétrica, desenvolvimento de indústria e de bens de capital*²⁹⁸.

O Chanceler brasileiro ao chegar à França, no dia 23 de outubro do mesmo ano, saudou o governo francês aproximando as duas nações em seu discurso, insinuando que ambos países haviam adotado uma visão de política externa similar, pois a França se apresentava mundialista e, na visão de Azeredo, isso era uma *clara percepção das realidades do mundo contemporâneo, o que implica uma preocupação de pragmatismo e de realismo*²⁹⁹. O Ministro enfatizou novamente que o Brasil objetivava conquistar *uma crescente importância nas relações internacionais*³⁰⁰. Em reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues, foram assinados acordos bilaterais favorecendo a política nacional desenvolvimentista, de forma a atender as áreas *de ferrovia, de siderurgia, de indústrias químicas e petroquímicas*³⁰¹ e, dessa maneira, ampliar as diversificações dos produtos exportados pelo Brasil à França. Após esses acordos, o governo francês, assim como o inglês, convidou Geisel a lhes fazer uma visita, o que foi atendido no ano seguinte.

Retornando ao Brasil, o Ministro das Relações Exteriores recebeu no Palácio do Itamaraty o Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã, no dia 5

²⁹⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 58.

²⁹⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 63.

³⁰⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 63.

³⁰¹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 69.

de novembro de 1975. Essa reunião marcou a assinatura do Acordo de Comércio e Pagamento entre os dois países, cujo Artigo V constava;

A disposição da república Democrática Alemã, no sentido de aumentar gradualmente a compra de manufaturados e semimanufaturados brasileiros, considero muito positiva essa disposição, por quanto suscetível de contribuir, em ampla medida, para dinamizar o intercâmbio bilateral. Pouco a pouco, os manufaturados brasileiros granjearam merecida reputação nos mercados mundiais³⁰².

O balanço que se pode fazer sobre a atuação da política externa durante o ano de 1975, é que foi satisfatória, pois, no mesmo ano em que o governo lançou o II PND, o Itamaraty se antecipou, criando juntamente com o Presidente uma política externa pautada nos princípios realistas, denominada de pragmática, ecumênica e responsável. Com esse perfil, o governo determinou suas áreas de interesse no sistema internacional, firmando e assinando acordos com os principais potenciais do mercado europeu.

Outro exemplo da atuação do governo voltada para os acordos internacionais foi a assinatura de uma Comissão Mista para Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e Irã, no Itamaraty, no dia 21 de novembro de 1975, dezesseis dias após o Governo firmar um Acordo com a Alemanha. Essas ações foram resultado de uma atuação enérgica de vários segmentos ministeriais para buscar soluções que minimizassem os problemas econômicos do país pós crise do petróleo³⁰³.

Não obstante, mesmo com todo o desempenho da equipe das relações exteriores, o Ministro Azeredo da Silveira, ao discursar na Conferência Econômica Internacional, no dia 17 de dezembro de 1975 em Paris, falou sobre os entraves na economia brasileira por conta do aumento dos preços nos barris de petróleo. Segundo ele, os países subdesenvolvidos como o Brasil tinham uma;

Pequena margem de que dispõem para reduzir o consumo de combustíveis e o grande empenho de sua receita de exportações para o pagamento do petróleo. No caso do Brasil, por exemplo, apesar do extraordinário desenvolvimento da produção hidrelétrica e os planos que estamos realizando para a produção de energia nuclear, as necessidades de importação de petróleo são ainda de tal ordem que, nos últimos dois anos, não obstante haverem nossas exportações crescido 50%, a parte da receita das exportações destinadas ao pagamento de petróleo importado passou de 15%, em 1973, para perto de 40%, em 1974/75³⁰⁴

³⁰² Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 78.

³⁰³ CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil...*, p. 425.

³⁰⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil ...*, p. 111.

Os dados que o Ministro apresentou na Conferência sinalizavam o transtorno que a dependência do petróleo e seus derivados acarretavam para a economia nacional e o quão emergencial eram as ações integradas por parte da política interna e externa, economia e comércio para equilibrar as finanças do país, como estava elaborado no II PND.

A Crise do Petróleo não abalou apenas os países emergentes. Também atingiu os países desenvolvidos que, como já analisado, estavam adotando políticas protecionistas para proteger suas economias. Os EUA foram um dos que sofreram com o aumento do preço do barril do petróleo, o que revelou sua dependência *em relação aos combustíveis importados*³⁰⁵. E assim, como o governo brasileiro que buscava encontrar recursos e meios para abastecer o país com novas fontes energéticas, o presidente estadunidense *afirmou solenemente que seu país conquistaria a independência energética em 1980*³⁰⁶.

Daniella Toscano descreve como a Crise de 1973 afetou os países de Primeiro Mundo;

Dentre os países altamente industrializados, os Estados Unidos e a Alemanha foram os que menos sofreram com o Choque do Petróleo de 1973, porque importavam menos de 10% do óleo consumido. O Japão e os demais países europeus demonstraram maior vulnerabilidade. O primeiro foi o mais atingido pela crise por ser dependente em sua matriz energética na ordem de 74% do insumo; já Itália, França e Inglaterra, experimentaram rápida elevação das taxas de desemprego e inflação³⁰⁷.

A compreensão dos danos que a Opep acarretou ao sistema internacional, especialmente aos países do chamado “primeiro mundo” é evidente. Entretanto, ressalta-se que não foram somente tais países que sentiram os danos, o que permite a compreensão do motivo pelo qual o governo Geisel incluiu como um dos tópicos fundamentais a questão energética no documento do II PND, além da valorização do Acordo Nuclear e da Petrobras – assuntos que serão discutidos no próximo capítulo.

As medidas para atenuar a crise econômica, elaboradas pelos países desenvolvidos, foram diferentes das adotadas pelo Brasil. Essa postura foi alvo de críticas do Ministro Azeredo ao viajar à Europa em 1975, sobre as quais alegava que a *estratégia adotada por*

³⁰⁵ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p, 57.

³⁰⁶ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p, 68.

³⁰⁷ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p, 31.

*esses países foi clássica e passou pela redução do ritmo de crescimento, a fim de reequilibrar as contas externas, e pela adoção de políticas protecionistas*³⁰⁸. Tais estratégias não foram seguidas no Brasil como apontadas no primeiro capítulo. Por esta razão, o governo Geisel optou em seguir com a política desenvolvimentista, elaborando em conjunto com o Embaixador Silveira, um projeto de política externa pragmática, ecumênica e responsável, tendo como missão atrair novos parceiros econômicos além de firmar acordos comerciais com países europeus - Inglaterra, França e Alemanha;

Os “petrodólares” foram alocados em grande parte para o mercado financeiro europeu. Havendo a necessidade de reciclagem, uma injeção de capitais foi realizada em mercados emergentes e potenciais. Deste modo, iniciou-se uma política de empréstimos para os países em desenvolvimento com baixas taxas de juros, que permitiu o financiamento de projetos de desenvolvimentos específicos ou investimentos de empresas de origem europeia nesses países. Estes investimentos eram direcionados para áreas industriais que demonstravam condições para transferências de tecnologias, permitida pela flexibilidade da conjuntura – como se pode verificar pela participação ativa da República Federal da Alemanha no projeto de desenvolvimento da indústria nuclear no Brasil e pela da França no Paquistão³⁰⁹.

Carlos Lessa sintetiza a política externa geiseliana em quatro vértices;

a) Utilização da diplomacia como instrumento para propiciar o desenvolvimento econômico; b) recurso à cooperação com países de estágio similar de desenvolvimento. c) redefinição das relações com os Estados Unidos; d) maximização da autonomia decisória do Estado em relação ao sistema internacional, com a utilização da ação exterior como meio de promoção dos interesses nacionais ligados ao desenvolvimento³¹⁰.

Com uma perspectiva dinâmica das relações exteriores, que refletia diretamente na economia, o governo brasileiro passou a desempenhar um *duplo papel de empresário e agente regulador do Estado*³¹¹, tendo como parâmetro os setores apontados no II PND como sendo os de maior prioridade para o desenvolvimento nacional. Assim, tanto a política interna

³⁰⁸ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 31

³⁰⁹ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 33.

³¹⁰ LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo*: ..., p. 26.

³¹¹ LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo*: ..., p. 21.

quanto a externa privilegiou *energia, petróleo, siderurgia, química, transportes, telecomunicações e exploração mineral*³¹².

Para adquirir recursos financeiros a juros baixos, transferência de tecnologia e a ampliação da exportação nacional, o presidente Geisel e sua Comitiva embarcaram em 1976 para a Europa, tendo como objetivo solidificar as ações e conquistas da política externa do ano anterior. A viagem se deu porque se acreditava que, na atual conjuntura mundial, a opção europeia poderia se transformar em um *comprador ativo, que participaria das negociações com os parceiros, com uma nova modalidade de financiamento, transferência de tecnologia e participação das empresas nacionais*³¹³.

A primeira visita oficial que o Presidente Geisel e sua Comitiva fizeram foi à França, em 26 de abril, de 1976. Dentre os presentes na Comitiva presidencial estavam;

Ministros Antônio Francisco Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores; Severo Fagundes Gomes, da Indústria e do Comércio; Shigeaki Ueki, das Minas e Energia; João Paulo dos Reis Velloso, Chefe da Secretaria de Planejamento da presidência da República e General Hugo de Andrade Abreu, Chefe do Gabinete Militar³¹⁴.

Após o desembarque, foram recepcionados pelo governo francês em um jantar oferecido a todos. O presidente *Giscard D'Estaing* reforçou o Acordo assinado no ano anterior na presença do Ministro das Relações Exteriores, declarando que vigoraria ainda no mesmo ano *entre Paris e Brasília, uma estrutura permanente de aproximação para atuar em todos os aspectos de nossas relações políticas, econômicas e culturais*³¹⁵.

Essa aproximação política, econômica e cultural poderia possibilitar uma parceria entre França e Brasil, favorecendo aos seus negócios;

No que se refere à cooperação industrial franco-brasileira, os dois presidentes se congratularam com os resultados já alcançados e com as perspectivas de seu desenvolvimento: as empresas francesas, em cooperação com as empresas brasileiras, estão interessadas em numerosos projetos, especialmente equipamentos elétricos (Centrais e Redes de

³¹² LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo*: ..., p. 21.

³¹³ LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo*: ..., p. 72.

³¹⁴ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: Registros históricos e repercussões. Brasília, 1976, p. 5.

³¹⁵ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 20.

Distribuição), energia solar, pesquisa petrolífera e prospecção geográfica, petroquímica³¹⁶.

Pode-se constatar que o interesse não era somente do Brasil em selar alianças com a França, visto que os franceses também lucrariam com o acordo bilateral. Um dos itens do acordo bilateral de cooperação franco-brasileiro era no;

(...) campo petrolífero, principalmente no que diz respeito às tecnologias de exploração das jazidas submarinas³¹⁷, além das compras de minério de ferro brasileiro pelas empresas francesas³¹⁸.

Assim, os presidentes expandiram os seus interesses, propondo que *a cooperação industrial deve ser ampliada à transferência de tecnologia no proveito recíproco das empresas interessadas*³¹⁹. Ressalta-se que a questão tecnológica era um dos pontos centrais do II PND, conforme discutido no primeiro capítulo, sendo desenvolvida por meio intermédio de ações estratégicas do Ministério das Relações Exteriores, de forma, dentre outros a reduzir as distancias entre os dois países. Dessa forma;

As conversações permitiram verificar o importante aumento da cooperação técnica entre os dois países, adaptadas às necessidades do Segundo Plano de Desenvolvimento Brasileiro (PND). Os esforços desenvolvidos no curso dos últimos anos foram frutíferos e permitem alcançar realizações concretas³²⁰.

Esse encontro foi registrado pela imprensa parisiense e brasileira. Na transcrição abaixo, é possível observar uma das inúmeras reportagens sobre os acordos fechados entre os dois países. A nota é do jornal *Paris Match*;

Marchando em direção a um futuro prestigioso – a mais vasta iniciativa aberta aos pioneiros do mundo. O Brasil, tal como se representa a nós, na pessoa do seu Presidente Ernesto Geisel, não é mais aquele que pensávamos conhecer. Em alguns anos, ele deu passos de gigante: é um país de 110 milhões de habitantes, marchando em direção a um futuro prestigioso, no qual o petróleo é um símbolo e a solidariedade social uma realidade³²¹.

³¹⁶Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França* ..., p. 34.

³¹⁷Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 35.

³¹⁸Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 35.

³¹⁹Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 35.

³²⁰Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 36.

³²¹Paris Match, 1976, apud. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França*: ..., p. 41.

A reportagem do jornal francês indicava, portanto, uma nova imagem da economia brasileira no exterior e que o acordo não era algo bom apenas para a economia brasileira. Ao observar essa reportagem, torna-se evidente que o jornal expressa uma mudança de olhar para com a política brasileira, sinalizando que as investidas do governo tinham fundamento.

O Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República brasileira, João Paulo dos Reis Velloso, noticiou que após a visita do presidente Geisel, a França *recebeu propostas de financiamentos que se aproximam de três bilhões de dólares*³²². Além dessa proposta, Reis Velloso, relatou que *ainda em Paris, foi firmado um protocolo concedendo 240 milhões de dólares ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para serem aplicados na indústria petroquímica*³²³.

Os empréstimos e financiamentos concedidos ao Brasil pelo Governo francês eram parte da estratégia das economias europeias que recebiam, dos países produtores de petróleo, quantias altas de capital;

Com uma estratégia baseada na conjunção da transferência de capitais e de tecnologias, os europeus ocidentais partiram, pois, para a ampliação de seus horizontes. Os dólares provenientes dos superávits dos países produtores de petróleo eram alocados em grande parte no mercado financeiro europeu, necessitando de reciclagem, o que era propiciado pela injeção de capitais em mercados emergentes e potenciais. Assim, implementou-se uma política de empréstimos para os países em desenvolvimento, sem condicionalidades e com baixas taxas de juro, o que foi reforçado por financiamentos para projetos específicos ou com investimentos de empresas de origem europeia nesses países³²⁴.

É importante ressaltar os pontos sobre os quais o interesse era mútuo, não somente por parte da França, como será analisado a seguir, como também por parte da Inglaterra e Alemanha. Ademais, é evidente que esses empréstimos ao governo brasileiro e as indústrias só foram possíveis porque o Brasil era um país emergente, e que apresentava potencialidade.

Assim, a viagem que o presidente Geisel fez à França rendeu frutos que trouxeram para o país financiamentos, propostas e transferência tecnológica, favorecendo a indústria petroquímica brasileira e o avanço das pesquisas geológicas na ânsia de encontrar poços de

³²² Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França: ...*, p. 62.

³²³ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França: ...*, p. 62.

³²⁴ LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo: ...*, p. 76-77.

petróleo no litoral brasileiro, como será discutido mais adiante. Após sua estada nesse país europeu, Geisel e sua Comitiva chegaram à Inglaterra no dia 4 de maio de 1976, com o objetivo de reforçar os interesses do Brasil aos acordos firmados pelo Chanceler Azeredo da Silveira, em 1975.

O Primeiro-Ministro britânico, James Callaghan, em discurso de saudação ao Presidente em solo inglês, demonstrou que existia uma expectativa para que ocorressem *práticas de cooperação industrial e econômica, especialmente nos setores de aço, estradas de ferro e energia. Espero que desta forma possamos cada vez mais encontrar soluções comuns para os problemas econômicos que ambos enfrentamos*³²⁵. Em outro momento, ele também apresentou interesse na propagação da cooperação entre os dois países oferecendo *em termos de tecnologia na exploração petrolífera em alto mar*³²⁶. Em resposta, o presidente Geisel *declarou que o Brasil gostaria de enviar uma missão para examinar as possibilidades de cooperação com a British Oil Corporations*³²⁷. A possibilidade de um acordo como esse iria de encontro aos interesses nacionais apresentados no II PND, de aprimoramento da tecnologia para a extração de petróleo em área marítima, de forma a beneficiar a Petrobras e automaticamente, favorecer o desenvolvimento nacional.

Ao ser questionado sobre os acordos firmados tanto na França, quanto na Inglaterra, o Presidente Geisel respondeu que *não basta que eles nos deem créditos e forneçam equipamentos. É preciso que eles também comprem mais do Brasil e também façam maiores investimentos no Brasil*³²⁸. Fica visível que o interesse do governo não era apenas solucionar os problemas de forma imediata, e nem de gerar altos empréstimos prejudicando a Balança Comercial Brasileira. Ele desejava equilibrar as importações com as exportações.

Com a possibilidade de haver uma cooperação tecnológica anglo-brasileira, Geisel demonstrou muito entusiasmo ao declarar;

Ontem, conversando com o Ministro da Energia, ele se mostrou interessado inclusive em conhecer os problemas da política brasileira em relação ao petróleo. E propôs-se um intercâmbio entre o Governo inglês e o Governo

³²⁵ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: registros históricos e repercussões*. Brasília, 1976, p. 15.

³²⁶ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: ...*, p. 32.

³²⁷ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: ...*, p. 32.

³²⁸ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: ...*, p. 48-49.

Brasileiro, através das suas empresas petrolíferas, no sentido não só político, política de petróleo que cada país segue, ou que ele imagina que deva seguir, como também, do ponto de vista tecnológico em que eles conseguiram extraordinários avanços no problema de perfurações no mar, muito mais difíceis do que o nosso, a profundidades muito maiores, onde eles poderão possivelmente nos ensinar muita coisa. Ficou resolvido então, que a Petrobras enviaria uma delegação que manteria entendimentos durante alguns dias com representantes britânicos para troca de opiniões, de formulação de política e, sobretudo, tendo em vista o aproveitamento tecnológico recíproco³²⁹.

Após momentos árduos de negociações e eventos, o Presidente Geisel e sua Comitiva retornaram ao Brasil no dia 8 de maio de 1976. Dois anos depois, o Presidente Geisel retornou ao continente europeu com a missão de visitar a Alemanha Ocidental, aliada e parceira do Brasil principalmente em assuntos de transferência tecnológica, após o Acordo Nuclear teuto-brasileiro, assinado no ano de 1975.

O Presidente brasileiro chegou à República Federal da Alemanha no dia 05 de março de 1978, retornando ao Brasil no dia 10 do mesmo mês. O Chefe de Estado alemão, Walter Scheel, avaliou o encontro com Geisel como sendo uma visita estratégica, *uma vez que serviu para ratificar os compromissos assumidos entre os dois países, nos quais pontificava o acordo nuclear que começava a ser combatido por outras nações*³³⁰. Os Estados Unidos eram uma das nações as quais o presidente alemão se referiu.

Após a consumação do Acordo Nuclear entre Brasília e Bonn, em 1975, Spector analisa a postura dos Estados Unidos frente a esse tratado afirmando que;

A primeira reação americana foi tentar aumentar as salvaguardas alemãs. Ciente de estar repassando ao Brasil a tecnologia necessária para construir uma bomba atômica, a própria Alemanha levou o tema aos Estados Unidos. Progressivamente, o futuro do programa nuclear brasileiro seria decidido entre Henry Kissinger (...), e o ministro alemão das Relações Exteriores, Hans-Dietrich Genscher³³¹.

Sobre o conflito de interesse entre Estados Unidos e o Acordo Nuclear teuto-brasileiro, o presidente Geisel, em discurso na Alemanha, saudou o Chanceler alemão Helmut Schmidt, reafirmando que o Acordo estava sob os moldes de *Cooperação nos Usos*

³²⁹ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: ...*, p. 50-51.

³³⁰ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha: registros históricos e repercussões*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1978, p. 2.

³³¹ SPECTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil...*, p. 111.

*Pacíficos da Energia Nuclear*³³², sendo um marco da política bilateral entre o Brasil e Alemanha. Desse modo, reiterou;

Temos encontrado restrições à nossa cooperação no campo dos usos pacíficos de energia nuclear. Não obstante, agimos sempre em comum, temos sabido conquistar a confiança da comunidade internacional para nossos propósitos exclusivamente pacíficos e para legitimidade de nossas preocupações com o desenvolvimento tecnológico e o abastecimento energético, livres de dependência. Mercê de nossos esforços, podemos afirmar com satisfação que a implementação do acordo e, em particular, o programa nuclear brasileiro se desenvolvem em ritmo normal, e assim continuarão³³³.

A partir desse pronunciamento sobre o caráter do Acordo e o posicionamento do Brasil, Geisel prossegue analisando a trajetória de cooperação entre os dois países, desejando estreitar mais as suas relações econômicas, tecnológicas e comerciais tornando *mais dinâmico o fluxo de trocas, mas também a dar-lhe composição equilibrada*³³⁴. Esse mesmo discurso, de ampliar as trocas comerciais brasileiras, foi pronunciado quando o presidente esteve em 1976, na França e na Inglaterra, solicitando que as potências de primeiro mundo não adotassem políticas protecionistas, prejudicando ainda mais os países de terceiro mundo, como o Brasil.

A visão de cooperação mútua entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento fazia parte dos interesses políticos do Presidente brasileiro, que, mais uma vez, salientou que era *imprescindível a cooperação econômica internacional, reconhecendo que o isolamento e a defesa unilateral dos interesses acabam por se transformar num jogo onde só há perdedores*³³⁵.

Logo, Geisel fez um apelo à comunidade comercial europeia para que ajudassem os países em desenvolvimento, como o Brasil, a superar a crise econômica causada pelo Choque do Petróleo, de 1973;

Há o consenso de que o déficit coletivo dos importadores de petróleo, salvo talvez em 1977, está recaindo em proporções exageradas sobre as nações de menor renda per - capita, agravando-lhes o problema de endividamento.

³³² Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 20.

³³³ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 20.

³³⁴ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 21.

³³⁵ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 24.

Logicamente, se sabe que não há outra solução a não ser a rápida expansão das exportações dos países em desenvolvimento³³⁶.

Ao analisar a fala de Geisel, é preciso ressaltar que esta estava em consonância com os discursos voltados à confiança e ao otimismo pronunciados em seu discurso de posse, conforme analisados no primeiro capítulo. Ele transpareceu em 1976, ao viajar com sua comitiva para a França e Inglaterra, a mesma confiança, somado ao desejo de ampliação das relações comerciais entre o Brasil e os países desenvolvidos. Entretanto, no ano de 1978, já momentos finais de seu mandato como presidente, se observa um discurso mais conciso, ciente de que o país estava atravessando uma fase difícil, temendo um saldo inflacionário superior ao planejado pelo II PND e por seu Governo.

Sobre esse balanço econômico e sintetizando as ações da política nacional, Geisel ressaltou;

Com grandes sacrifícios, quer em termos de taxas de inflação, quer em matéria de renúncia às excepcionais taxas de crescimento do passado, o Brasil tem conseguido equacionar sua quota-parte do problema, aumentando vigorosamente suas exportações e detendo o crescimento de suas importações. Em 1974, sob o primeiro impacto da crise do petróleo, apresentamos 4,6 bilhões de dólares de déficit comercial, com 8 bilhões de exportações e 12,6 bilhões de importações. Graças aos sucessivos esforços de contenção e substituição das importações, estas limitaram-se, em 1977, a 12 bilhões de dólares, não obstante o crescimento da economia brasileira e os aumentos internacionais de preço. E, em três anos, aumentamos de 53% nossas exportações, passando do inquietante déficit comercial de 1974, para o pequeno, mas já expressivo superávit de 138 milhões de dólares em 1977. Nossas reservas cambiais, que em meados de 1976 haviam caído a 3,3 bilhões de dólares, chegaram ao seu máximo histórico de 7,2 bilhões no final do ano passado. O crescimento dinâmico das exportações tem permitido que os encargos da dívida se conservem em proporção adequada na receita cambial³³⁷.

Na análise sobre a ação conjunta da política interna e externa para solucionarem os agravos econômicos brasileiros, apresentada por Geisel, é possível verificar que as incursões promovidas pela diplomacia favoreceram o aumento das exportações, como sugeridas no II PND, além da Política externa pragmática, responsável e ecumênica.

³³⁶ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 26.

³³⁷ Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha*: ..., p. 25.

2.3- As Conquistas da Política Externa Brasileira e o desenvolvimento energético

Para concluir a análise sobre a política externa brasileira no governo Geisel, é fundamental apresentar dados que comprovem a existência de acordos firmados entre Brasil e outras nações entre 1974 e 1979.

As primeiras ações do Itamaraty entre os meses de março até junho de 1974 foram registradas pelo Ministério das Relações Exteriores, tendo como a primeira publicação, o discurso do presidente no Palácio do Planalto, em 19 de março de 1974, após sua reunião com o corpo ministerial do Governo.

Geisel citou a importância da coesão entre os ministros, uma vez que toda ação de governo é hoje necessariamente integrada, em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos se desdobram a multiforme atividade³³⁸. Constatou-se que houve integração entre os ministros ao verificar as viagens realizadas por Geisel à Europa, juntamente com a presença deles dialogando e participando das negociações do Governo.

Sobre o papel da política externa, o presidente esclareceu que ela adotaria a linha do pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação³³⁹, como apresentado e debatido no início desse capítulo, aproveitando todas as oportunidades que surgissem no mercado internacional para ampliar as exportações brasileiras;

Impulsionaremos a ação diplomática alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais utilizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos indispensáveis³⁴⁰.

Por meio desta perspectiva, a expectativa do Governo foi alcançada com novas alianças entre o Brasil e países europeus, asiáticos, africanos e latinos.

Seguindo as diretrizes estabelecidas no II PND, o Estado Brasileiro priorizou e investiu na aquisição de novas tecnologias, as quais o país não dispunha, mas buscou adquirir por meio de acordos de cooperação bilateral, como foi o caso do Acordo Nuclear e os acordos tecnológicos com a França e Inglaterra, já apresentados nesse capítulo;

³³⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: mundorama, nº1, março, abril, maio e junho, 1974, p. 7.

³³⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 9.

³⁴⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 9.

Recorrendo sem vexame, no demais, ao cabedal de conhecimentos já desenvolvidos em outros países, pelo qual pagaremos nada mais que o justo preço, tanto em termos de divisas como de garantias sob estrita vigilância que resguarde uma autêntica transferência de tecnologia, sempre atualizado e assim, a futura autonomia do país³⁴¹.

O país conquistou alguns ganhos nessa área, o que será detalhado melhor posteriormente. Mas, de forma sintetizada, identificou-se que tanto nas negociações do Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira quanto nas viagens presididas por Geisel, os objetivos foram os mesmos – manterem-se alinhados à proposta inicial do Governo.

No ano seguinte, o Presidente discursou em cadeia nacional – rádio e televisão – no dia 9 de outubro de 1975, esclarecendo à sociedade brasileira que os danos causados pela Crise do Petróleo deflagrada em 1973 ainda atravancavam o crescimento econômico nacional e internacional, perdurando por mais tempo que o esperado;

A verdade é que tais dificuldades – crise de energia, universalização da inflação e estagnação nos países desenvolvidos, com os consequentes entraves ao comércio internacional, e problemas crescentes no balanço de pagamentos para todo o mundo subdesenvolvido – estão persistindo mais do que, ao início deste ano, seria razoável esperar-se. Na verdade, não se trata, ao que parece, de simples crise aguda embora, de reajustamento econômico em larga escala. Enfrentamos verdadeira mudança estrutural de toda a economia mundial³⁴².

Esclarecendo assim, que o Governo iria investir com maior empenho nas negociações bilaterais para ampliação da exportação dos produtos brasileiros, algo que se verificou ter sido feito com empenho da política interna e externa.

Na perspectiva de médio prazo, o País está executando programas que lhe assegurarão o equilíbrio na balança de comércio, através de um razoável crescimento das exportações. Só os programas visando à autossuficiência em insumos básicos – siderurgia, não-ferrosos, petroquímicos, fertilizantes, defensivos agrícolas, papel e celulose – somarão investimentos de 165 bilhões de cruzeiros, devendo gerar uma economia bruta em divisas, da ordem de 22 bilhões de dólares até 1980³⁴³.

³⁴¹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 11.

³⁴² Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília. Out, nov. dez, 1975, p. 23.

³⁴³ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 25.

No dia 30 de dezembro de 1975, o presidente Geisel fez outro pronunciamento em cadeia nacional, parabenizando e exaltando as ações e conquistas do Governo, por intermédio da política externa brasileira, celebrando o tratado assinando com a Alemanha Ocidental;

O acordo para o desenvolvimento da energia nuclear, assinado com a Alemanha, foi sem dúvida, no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa de nossa ação diplomática. Marcou para a economia brasileira o limiar de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil soube conduzir-se na defesa dos interesses nacionais, imune às pressões descabidas³⁴⁴.

Spektor descreve o Acordo como algo inimaginável pelos Estados Unidos e bastante ambicioso por parte do Brasil;

Em tempo recorde e estrito sigilo, Silveira costurou um acordo com a Alemanha Ocidental que garantia ao Brasil o ciclo nuclear completo. Esse foi o mais ambicioso acordo nuclear até então selado entre dois países, incluindo a exploração de urânio e mineração, enriquecimento, fabricação de combustível, reprocessamento de combustível usado e construção de oito usinas nucleares. Quando Silveira e o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Hans-Dietrich Genscher, anunciaram o acordo, em junho de 1975, a surpresa chocou a todos, inclusive o próprio Kissinger³⁴⁵.

No ano de 1976, o Presidente Geisel realizou viagens internacionais importantes favorecendo parcerias e cooperações econômicas para o comércio e indústria brasileira. Em abril, uma comitiva de ministros, ele e representantes comerciais brasileiros foram ampliar os diálogos com o governo francês e em seguida, com os ingleses. No mês de setembro, foi a vez de negociar com o governo japonês entre os dias 15 a 20. Os objetivos brasileiros estavam pautados em estreitar as relações comerciais, assinando acordos de cooperação política, econômica e cultural. No encontro entre o Vice Primeiro Ministro japonês, Takeo Fukuda, com o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, em Tóquio, foram apresentados alguns pontos políticos, econômicos e culturais, que facilitavam a cooperação entre as duas nações. Sendo um desses;

O Brasil possui abundantes recursos naturais enquanto o Japão não os tem, mas possuía uma indústria avançada, de maneira que as duas nações mantêm relações complementares. Também nos setores de comércio, investimentos e outros, as relações entre os dois países mantêm-se bem estreitas³⁴⁶.

³⁴⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 34-35.

³⁴⁵ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil...*, p. 109.

³⁴⁶ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, jul./agosto/set, 1976, p. 22.

De acordo com a análise de Cervo e Bueno foi produtiva a relação bilateral entre os dois governos, porque dessa parceria somaram-se *10 bilhões de dólares em 15 anos, além de captar 3 bilhões em investimentos e financiamentos e estreitar relações nos domínios políticos, econômico e cultural, em benefício de ambas partes*³⁴⁷.

No ano de 1978, o presidente Geisel se pronunciou no dia 1 de março, no Congresso Nacional, e a pauta foi a atuação da política externa brasileira. Ao iniciar seu discurso, fez uma síntese das ações empreendidas no ano anterior, esclarecendo que durante o ano de 1977 foi marcado;

Pela continuidade e intensificação de esforços da diplomacia brasileira, sobretudo nas áreas de atuação consideradas de interesse prioritário. Entre estas destaca-se o relacionamento com nações irmãs com a América Latina e da África, às quais se liga o Brasil não só pela proximidade geográfica, mas também por herança histórica e cultural comum. De importância também são a continuada expansão e diversificação das exportações e a captação, junto a países desenvolvidos e organismos financeiros internacionais, de capitais e conhecimentos tecnológicos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento nacional³⁴⁸.

Além das boas relações com os países latinos e africanos, a diplomacia brasileira também manteve diálogo com países do Oriente Médio através de *trocas de visitas ministeriais com o Iraque além, da assinatura de um importante acordo comercial com o Irã*³⁴⁹, negociações estas importantes e serão detalhadas no próximo capítulo, ao qual se tratará sobre a Petrobras. Nesse ínterim, ocorreram também negociações entre o Brasil e os países desenvolvidos, nas quais houve investimentos *nos campos comercial, financeiro e da cooperação científica e tecnológica*³⁵⁰. E sob os acordos de cooperação firmados com a França, Inglaterra e Japão, no ano de 1976, *encontra-se em fase de complementação*³⁵¹. Já com o Leste Europeu, o Brasil manteve *a política de desenvolvimento das correntes de comércio, não só em volume, mas, sobretudo, mediante ampliação da pauta de exportações do país*³⁵². Essas foram as políticas empreendidas pela diplomacia brasileira em 1977. No

³⁴⁷CERVO, Amando Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política Exterior do Brasil...*, p. 414.

³⁴⁸Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, n. 16, jan./fev./mar, 1978, p. 7.

³⁴⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 8.

³⁵⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 8.

³⁵¹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p. 8.

³⁵² Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil...*, p.8.

ano seguinte, o Presidente viajou à Alemanha Ocidental para reforçar o acordo Nuclear e visitou as bases tecnológicas alemãs.

No que concerne às relações entre o Brasil e a Europa Oriental, os pontos principais dos acordos comerciais firmados foram embasados;

Em situação de bom entendimento político, apesar das objeções soviéticas ao Acordo Nuclear alemão, mas não conseguiu superar as distorções, mesmo com novos acordos de cooperação: em 1979, as exportações brasileiras para os países socialistas situavam-se em 975 milhões de dólares, contra importações de apenas 284 milhões³⁵³.

No que tange a política externa para a América Latina, o Brasil também apostou nos acordos bilaterais, como descrevem Cervo e Bueno;

Somavam-se a estas dezenas de projetos de cooperação implementados pelo Brasil com recursos do PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), na América Latina e na África. Considerando o êxito do Tratado da Bacia do Prata, o governo brasileiro tomou a iniciativa de propor aos países da Bacia Amazônica um acordo de cooperação similar, estudando conjuntamente em 1977 e firmando em 3 de julho de 1978 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Desse modo, acoplava-se a cooperação brasileira ao Pacto Andino, junto ao qual o Itamaraty passou a figurar como observador permanente, dispondo de novos mecanismos de ação multilateral³⁵⁴.

Nesse sentido, houve um esforço por parte da diplomacia brasileira em *destruir estereótipos em voga no continente, que identificavam o Brasil ora uma nova potência hegemônica, ora executor de uma missão subimperial a serviço dos Estados Unidos*³⁵⁵.

Para Toscano, as relações do Brasil com os países latinos durante a gestão do Governo Geisel são descritas como sendo uma ação diplomática que visava as *relações bilaterais e de cooperação, o tema energia era particularmente sensível na abordagem brasileira para a região*³⁵⁶. As relações entre o Brasil e a Venezuela foram restabelecidos após 1977, a partir da assinatura de acordos entre as duas nações;

Hostil em relação ao Acordo Nuclear, dando suporte às acusações dos Estados Unidos no tocante à violação dos direitos humanos. Todavia, a visita de Carlos Andrés Péres, em 1977, primeiro presidente venezuelano a

³⁵³ CERVO, Amando Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política Exterior do Brasil...*, p. 415.

³⁵⁴ CERVO, Amando Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política Exterior do Brasil...*, p. 419.

³⁵⁵ CERVO, Amando Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política Exterior do Brasil...*, p. 419.

³⁵⁶ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 64.

vir ao Brasil, foi significativa para a assinatura de acordos de comércio e para a importação de petróleo³⁵⁷.

Além dos acordos com a Venezuela voltados para a política do petróleo, o governo brasileiro, também acertou contratos com o México. No ano de 1978, *o presidente Geisel visitou o país. Essa viagem proporcionou a assinatura de acordos para comércio, tecnologia, cooperação no tema nuclear e fornecimento de petróleo*³⁵⁸.

Ademais, é importante acentuar que nos acordos pautados na temática específica do petróleo, o governo brasileiro também conquistou outras fontes energéticas por meio de negociações bilaterais;

Para receber carvão da Colômbia, Petróleo do Peru e do Equador, e para a construção de gasoduto com a Bolívia. Como resultado da política de aproximação empenhada pela administração Geisel, o comércio do Brasil aumentou em 224% com o Chile, 282% com a Colômbia, 142% com o Uruguai e 216% com o México³⁵⁹.

Além da aproximação com os países latinos, a política externa brasileira buscou construir laços com países africanos, de forma a esboçar os contornos de *uma outra política para a África*.³⁶⁰ Um motivo que impulsionou o Governo brasileiro para as terras ultramarinas foi;

Com a crise do petróleo de 1973, a vulnerabilidade energética brasileira ficou evidente aos países africanos, sendo o suprimento de petróleo um dos aspectos mais atraentes da África para a política brasileira. A importância do óleo era patente, tanto que os países africanos encontraram espaço multilateral para constranger o Brasil pela postura adotada com relação ao colonialismo português³⁶¹.

Com a adoção da política pragmática, responsável e ecumênica, as ações promovidas pelas relações exteriores foram alteradas, levando o Governo brasileiro apoiar a luta de

³⁵⁷ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 67.

³⁵⁸ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 68.

³⁵⁹ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 68.

³⁶⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil...*, p. 97.

³⁶¹ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 72,

independência das ex-colônias portuguesas. Essa mudança de direção permitiu *ao Brasil renegociar sua dependência de insumos, financiamentos e mercado na economia mundial*.³⁶²

Com relação ao petróleo, foram estabelecidas relações comerciais entre o Brasil com os países do continente africano, da seguinte forma;

Quanto ao petróleo, este insumo representou cerca de 70% de todas as exportações oriundas da África entre 1975 a 1979. A dependência brasileira gerou inicialmente uma balança comercial deficitária. No entanto, a agressiva estratégia comercial brasileira adotada na administração Geisel combinada com o desvio das importações de petróleo da África para o Oriente Médio geraram balança comercial superavitária com a África Negra no final da década³⁶³.

E por fim, as relações bilaterais chanceladas com os países árabes representaram a constatação da política externa brasileira, consolidada em 1974, na qual o governo Geisel buscou;

Diversificação de parcerias e de acesso a novos mercados. O melhor exemplo desse processo é a construção da parceria com o Iraque. Ele tornou-se o principal fornecedor de petróleo e um importante mercado consumidor de armas, veículos, alimentos e serviços de engenharia, em atendimento as pretensões de Brasília – trocar produtos brasileiros por petróleo³⁶⁴.

Os acordos, vendas e trocas dos produtos nacionais com os países africanos e árabes, serão discutidos no capítulo seguinte destacando a participação e atuação da Petrobras nesses empreendimentos comerciais.

Ernesto Geisel terminou seu mandato em 1979. Seu sucessor foi o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tomou posse em 15 de março do mesmo ano. Ao se pronunciar na abertura da sessão do Congresso Nacional, no dia 1 de março, Geisel novamente ressaltou a importância da política externa para a ampliação do comércio e crescimento da economia nacional. Ele mencionou que o país recebeu no ano de 1978 as visitas dos;

Presidentes Carter, Giscard d'Estaing e Ramalho Eanes. O Presidente Ernesto Geisel visitou como convidado oficial a República Federal da Alemanha, o México, o Uruguai e o Paraguai.

³⁶² TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 73.

³⁶³ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 73.

³⁶⁴ TOSCANO, Daniella Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 90.

Visitaram o Brasil quase todos os chanceleres sul-americanos e de vários outros países com que o Brasil entretém relações de amizade e cooperação. Grande número de Ministros de Estados estrangeiros esteve no Brasil para conversações de natureza econômica³⁶⁵.

Os esforços do Governo foram amplos, superando os limites de fronteira, ideologias políticas e comerciais por meio da política pragmática, responsável e ecumênica iniciadas por Geisel e desempenhadas pelo Ministro Azeredo em suas visitas internacionais. O fruto dessa política para o desenvolvimento nacional foi a aquisição de tecnologias e recursos financeiros, além de ampliar as relações políticas, econômicas e culturais com diversas nações, favorecendo a exportação do país.

Todavia, os esforços empreendidos pelo Governo desde 1974 para manter o crescimento econômico no país e contornar a crise energética causada pelo Choque do Petróleo de 1973, utilizando a política externa como um meio para alcançar os interesses nacionais, não impediu a iminência de uma nova sucessão de crise relacionada ao aumento do preço do petróleo. *Entre 1979 e 1981, a economia mundial sofreu o impacto de dois novos choques, que iriam desaguar na crise global da dívida dos países subdesenvolvidos, em 1982*³⁶⁶.

Sobre as consequências dessa segunda crise do petróleo, Velloso analisou que *o preço do petróleo saltou de US\$12 por barril, em dezembro de 1978, para a faixa de US\$32 a US\$37, em setembro de 80, até ser fixado em US\$34 por barril em outubro de 1981*³⁶⁷. Por meio dessa informação, a qual será mais detalhada ao final do terceiro capítulo, evidencia-se que os esforços foram feitos. O Governo buscou equilibrar a Balança Comercial Favorável sem adotar políticas protecionistas como fizeram algumas potências mundiais, como bem frisou Azeredo e Geisel em seus discursos.

Entretanto, após o novo aumento do preço do petróleo a partir de 1978, e posteriormente com a segunda crise em 1979, os países em desenvolvimento foram enfraquecidos, voltando à sensação de incertezas e inseguranças no futuro do sistema internacional.

³⁶⁵ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, n. 20, jan./fev./1 a 15 de março, 1979, p. 9.

³⁶⁶ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O Último Trem para Paris: ...*, p. 165.

³⁶⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O Último Trem para Paris: ...*, p. 165.

Mediante a iminência de mais uma crise econômica causada pelo aumento do preço do petróleo, se observa que as ações previstas no II PND no investimento em novas tecnologias e na busca pela conquista da autossuficiência energética foram necessárias e importantes para manter a soberania do país. Essa constatação relaciona-se à problemática central da Dissertação, que é responder sobre como e de que maneira as estratégias voltadas para o setor energético contribuíram para desenvolver a economia do país e fortalecer a política do governo Geisel.

Por outro lado, nessa mesma perspectiva, foi notória a importância da política externa brasileira para a política nacional-desenvolvimentista do governo Geisel. Através da postura adotada pelo Ministro Azeredo frente ao sistema internacional – na qual defendeu o país nas Conferências Internacionais e nos debates com outros líderes de Estado – houve uma relevante contribuição para o desenvolvimento nacional brasileiro.

CAPÍTULO III - “O Desenvolvimento tem que ser, de certa forma, homogêneo”.

O terceiro capítulo da presente Dissertação tem por objetivo problematizar a discussão em torno da política nacional-desenvolvimentista estabelecida pelo Governo Geisel, para ampliar as áreas de atuação da Petrobras, na busca de superar a crise econômica instalada no Brasil após o primeiro choque do petróleo em 1973.

No primeiro capítulo, verificou-se a atuação da política autoritária-desenvolvimentista e sua aplicação ao longo do Governo civil-militar, iniciado em 1964. Dessa forma, pôde-se analisar as peculiaridades do autoritarismo tecnocrata dentro dos governos militares brasileiro e a adoção da política nacional-desenvolvimentista para desenvolver a economia nacional. Também foram abordados pontos do II PND, considerados fundamentais para a política de desenvolvimento energético no país entre os anos de 1974 e 1979.

No capítulo II foram verificadas as ações desempenhadas pelo Ministério das Relações Exteriores sob a coordenação de Silveira de Azeredo que, em conjunto com o Presidente Geisel, alteraram a condução da política externa brasileira, implantando o pragmatismo, ecumênico e responsável. Essas novas diretrizes favoreceram ao Itamaraty a ampliação do diálogo com os países de ideologias políticas distintas do Brasil, além do fortalecimento de novos laços políticos, econômicos e culturais com a África, América Latina, Ásia e Europa. A diplomacia brasileira, portanto, conseguiu intermediar importantes acordos comerciais, que favoreceram aos interesses nacionais além da conquista da transferência tecnológica. Os recursos financeiros, adquiridos pela intermediação da política externa foram injetados na economia nacional brasileira.

Nos capítulos anteriores foi possível verificar os esforços empreendidos a partir da política interna e externa brasileira, no intuito de elucidar e atenuar os danos que a crise de 1973 ocasionou na economia e no desenvolvimento nacional. Para isso, analisamos os planos traçados pelo Governo, com a formulação do II PND, que serviram de parâmetro para os novos desafios a partir de 1974, após o aumento do preço do petróleo.

Nesse capítulo, analisar-se-á de que forma a política, a economia e as relações exteriores dialogaram com a Petrobras S.A, tendo como objetivo identificar e debater as estratégias em torno da política energética utilizadas pelo governo Geisel na obtenção de poder para o Estado.

Ao final, será possível verificar se foi respondida a problemática proposta nesta dissertação, cuja intenção se dirige à identificação das estratégias voltadas ao setor energético e se elas, de fato, contribuíram para o desenvolvimento da economia e da política do governo Geisel, pois, até o presente momento, a hipótese é a de que a Petrobras foi uma aposta importante na construção de um cenário positivo para a política-estratégica desenvolvida pelo presidente Ernesto Geisel e sua equipe ministerial

3.1- O uso do Petróleo como uma Arma Política

*Um país do tamanho do Brasil, com os problemas atuais e os que o futuro pode nos reservar, como uma população numerosa e crescente, não tendo petróleo, será um país sem futuro, perdido*³⁶⁸. Essa foi a descrição feita por Geisel ao ser entrevistado por D'Araújo e Celso, na qual explicava a importância que o petróleo tinha na época de seu governo, expressando parte de seu pensamento sobre o papel que a Petrobras S.A deveria desempenhar para dar continuidade ao processo de desenvolvimento e autossuficiência energética brasileira.

O petróleo era, e ainda é, uma fonte energética importante para a soberania de um Estado, cujos líderes presidenciais o utilizam como sendo um componente *estratégico para o desenvolvimento do país e, nele, a esperança da sociedade foram depositadas para que gerações futuras pudessem usufruir dias melhores*³⁶⁹.

O debate sobre a importância do petróleo para as sociedades contemporâneas é relevante para compreender os impactos que a ausência desse recurso energético poderia causar no desenvolvimento político, econômico e social de uma nação. Segundo Igor Fuser, o petróleo era a principal fonte de energia e *manterá sua importância nas próximas décadas, segundo todas as previsões, e sua posse poderá se tornar um fator de disputa política à medida que o crescimento da demanda exercer pressão sobre as reservas*³⁷⁰. As previsões de que haveria disputas entre nações para controlar a exploração do petróleo adveio pela primeira vez em 1973, ficando conhecida como a crise do petróleo. Isso ocorreu porque até a década de 1970 o petróleo era a principal fonte de energia, pois até então, havia a

³⁶⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel...*, p. 308.

³⁶⁹ FEROLLA, Sergio Xavier; METRI, Paulo. *Nem todo o petróleo é nosso...*, p. 35.

³⁷⁰ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: ...*, p. 37.

*inexistência de qualquer produto capaz de substituí-lo de modo eficaz. A energia nuclear, que começou a ser utilizada para fins pacíficos na década de 1950, alcançou resultados limitados*³⁷¹.

O primeiro relato sobre um conflito envolvendo nações por questões da política energética adveio em 6 de outubro de 1973, um ataque conjunto do Egito e Síria a Israel deu início à Guerra do Yom Kippur³⁷². Velloso disse que após essa Guerra, se ouviu pela primeira vez o termo a “arma do petróleo” como instrumento político³⁷³.

Daniella Toscano explica como surgiu a referência de “arma do petróleo”;

Desde o conflito inicial árabe-israelense de 1947, a primeira crise do Irã em 1951, a crise do Canal de Suez em 1956, e as guerras árabe-israelense de 1967-1973, era a primeira vez em que o controle no suprimento de petróleo era utilizado desse modo pelos países árabes³⁷⁴.

Igor Fuser também menciona o mesmo termo quando se refere à ação movida pelos países árabes após o conflito com Israel entre 1967 a 1973, asseverando que *os países árabes agora possuíam a unidade política e os recursos financeiros necessários a um embargo bem-sucedido*³⁷⁵. Como resultado, a “arma do petróleo” se revelou de grande utilidade no plano econômico, ao contribuir para a sustentação dos novos preços³⁷⁶. E no fim, ele acresce que a “arma do petróleo” demonstrou ao mundo inteiro o estrago que é capaz de causar. Agora ela podia ser novamente embainhada. Mas a ameaça permanecerá³⁷⁷.

Visto o quão grave foi considerada a crise energética de 1973, também apontada como sendo uma “arma” política, apresentar-se-á os fatores que acarretaram aos países árabes esse resultado.

Após a II Guerra Mundial – II GM – em 1945, Velloso descreveu a conjuntura do sistema internacional, como um cenário com as seguintes características;

Construiu-se no mundo desenvolvido um modelo altamente intensivo de energia, com a demanda de energia crescendo mais rapidamente que o PIB; o petróleo foi-se convertendo na fonte de energia por excelência; e a participação do Oriente Médio cresceu rapidamente. Criou-se por assim dizer, o *Oil way of life*, num mundo em que o petróleo barato e abundante

³⁷¹ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p. 39.

³⁷² VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*: ..., p. 153.

³⁷³ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*: ..., p. 153.

³⁷⁴ TOSCANO, Daniella, Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a Ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 27.

³⁷⁵ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p. 125

³⁷⁶ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p. 125.

³⁷⁷ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p.126.

era o combustível do crescimento rápido. Ao mesmo tempo, o petróleo do hemisfério ocidental, que havia sido a principal fonte de suprimento antes da Guerra, passou a constituir uma espécie de reserva para o futuro. Entre 1950 e 1973, a participação do petróleo na estrutura de consumo de energia dos países desenvolvidos saltou de 29% para 52%, enquanto a do carvão declinou de 57% para 22%³⁷⁸.

O Ministro descreveu o aumento do uso do petróleo como a principal fonte energética do mundo entre os anos de 1950 a 1973, substituindo gradativamente o uso do carvão. Essa mudança no perfil da sociedade e de seu consumo levou os países a investir no ouro negro, tornando-os dependentes dele. Mas, a partir de 1971, fatores externos contribuíram para a Crise do Petróleo, como por exemplo a *desvalorização do dólar ocorrida em agosto de 1971, após a suspensão da conversibilidade ouro-dólar, teve como efeito imediato, a queda do poder de compra dos países-membros da Opep*³⁷⁹. Fuser descreve as ofensivas dos países que compunham a Opep como uma;

Sequência de eventos que culminou no “choque do petróleo” que teve início no dia 8 de outubro, no terceiro dia da guerra de Yom Kippur, deflagrada com o ataque de surpresa de tropas do Egito e da Síria às posições de Israel no Sinai e nas Colinas de Golã. (...) os delegados da Opep, ao se reunirem novamente, no dia 16, na cidade do Kuwait, decretaram por sua própria conta o aumento que reivindicavam, elevando o preço do petróleo de US\$ 3,01 para US\$ 5,12 por barril³⁸⁰.

Os conflitos políticos, entre os países árabes com Israel, trouxeram como consequência inicial um embargo do petróleo a todos os países que apoiavam o Estado de Israel, *aplicando inicialmente apenas aos Estados Unidos, os boicotes foram depois estendidos para Holanda, Portugal, Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul*³⁸¹.

Em 17 de outubro de 1973, a Opep dividiu a Europa em três categorias para possíveis embargos comerciais: *países “amigos” que poderiam manter importações normais (França e Grã-Bretanha), países “não amigos” (Holanda) que sofriram total embargo e outros países que sofreriam reduções de 5% ao mês em suas importações*³⁸².

³⁷⁸ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*: ..., p. 156.

³⁷⁹ TOSCANO, Daniella, Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a Ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 25.

³⁸⁰ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p.124.

³⁸¹ FUSER, Igor. *Petróleo e Poder*: ..., p.124.

³⁸² TOSCANO, Daniella, Maria B. *A Influência do Sistema Petrobras sobre a Ação Externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)* ..., p. 27.

Após 1973, o mundo que comprava o barril do petróleo por US\$3,01 passou a pagar em outubro do mesmo ano US\$ 5,12, e em 1974, o preço novamente sobe, alcançando as cifras de US\$12,50 por barril³⁸³. Em menos de um ano, o valor foi triplicado, ocasionando impactos econômicos aos países que passaram a ser dependentes dessa fonte energética, para obter um desenvolvimento acelerado após a II GM. Também pode-se considerar que nesse momento manter alianças com Israel, Estados Unidos e Portugal não seria benéfico para conseguir concessões dos países que compunham a Opep.

Dessa forma, é notória a estratégia que o então presidente Geisel, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores, Silveira de Azeredo, traçaram para a Política Externa brasileira, na qual, adotaram como diretriz o pragmatismo, ecumênico e responsável. Essa nova guinada da diplomacia possibilitou a saída do eixo Brasil-Estados Unidos, ampliando suas relações com a Inglaterra e França, tidas como países amigos pela Opep, o que levou o Brasil a apoiar as lutas de independências das antigas colônias portuguesas e a se posicionar contra Israel na ONU, defendendo a questão Palestina, como foi apresentado no capítulo anterior. Destarte, todas essas ações tiveram como direção minimizar os impactos que o País teria ao longo da década de 1970 por conta da alta dos preços do barril do petróleo. Onde a política pragmática, responsável e ecumênica, apresentou-se como um *importante braço do desenvolvimento nacional e agiu de modo a garantir que o país lograsse acumular poder e prestígio*.³⁸⁴

3.2- Os Novos Rumos para a Petrobras

A Petrobras S.A se estabeleceu como uma Estatal energética, em 3 de outubro de 1953, pelo ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas, que sancionou a Lei 2.004, cabendo como atribuições à União;

Art. 2º A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I - Por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

³⁸³ CARVALHO, GETÚLIO. *Petrobras: do Monopólio aos contratos de Risco*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977, p. 185.

³⁸⁴ BACELLOS, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: ...*, p. 46.

II - Por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução³⁸⁵.

A empresa foi criada para ser uma estatal na qual o Governo teria 100% de seu controle. O primeiro presidente a ocupar sua cadeira foi o general Juracy Magalhães, que convidou para coordenar a chefia do Departamento de Exploração, o geólogo americano Walter Link, que desenvolveu suas atividades entre 1954 até 1961.

Em 1961, Walter Link, em parceria com sua equipe de estudiosos finalizaram os levantamentos sobre as regiões brasileiras que poderiam ser propícias à perfuração e extração de petróleo. Os dados apresentados no Relatório de Link não traziam previsões otimistas para o Governo e nem para a Estatal, diagnosticando que as *bacias como a do Paraná, Paraíba, Solimões, Barreirinhas, Espírito Santo, Sul da Bahia e outros receberam a letra D, nenhuma chance. A bacia de Campos não foi sequer considerada*³⁸⁶. Finalizando suas considerações, ele recomendou que *a Petrobras, se quisesse achar petróleo, deveria buscá-lo no exterior*³⁸⁷, afirmando que *não conhecia as bacias sedimentares marítimas brasileiras sobre as quais não poderia opinar. Recomendando que a Petrobras se dedicasse ao refino, importasse petróleo barato*³⁸⁸.

Após os anos de crise política e econômica ocorridos no Brasil entre 1961 a 1964, apresentados no primeiro capítulo, os militares assumiram o poder, passando a controlar também a Petrobras. Nesse sentido, sob a gestão militar a Estatal;

Expandiu ainda mais suas atividades industriais e comerciais, aparentando os seus administradores a intensão de alargar o alcance do monopólio estatal. Na área de exploração e produção, todavia, o sucesso obtido pela Petrobras foi bastante limitado. A resposta que técnicos e militares encontraram para o problema do abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos, embora inovadora, cingiu-se aos limites impostos pela atual legislação do petróleo³⁸⁹.

Inicialmente, isso ocorreu durante o mandato do ex-Presidente Castello Branco - 1964-1967 - que não *estimulou a diversificação de suas atividades*³⁹⁰. Um dos motivos que

³⁸⁵ Câmara dos Deputados. Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

³⁸⁶ HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil*: ..., p. 123.

³⁸⁷ HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil* ..., p. 123.

³⁸⁸ HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil* ..., p. 123.

³⁸⁹ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 157-158.

³⁹⁰ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 164.

limitou o investimento tinha sido ocasionado por *problemas econômicos e financeiros herdados da administração anterior que não encorajavam o governo a fazer investimentos em áreas possivelmente competitivas*³⁹¹.

Na avaliação de Getúlio Carvalho, após os militares assumirem o poder, passaram a se preocupar com os resultados obtidos pela Petrobras, relativo ao próprio desempenho *eficiente da empresa, bem como, as precárias condições em que tal atuação sempre se dera (dificuldades quanto a pesquisa, exploração, aquisição de equipamentos essenciais à eficiência da atuação empresarial do Estado, etc.)*³⁹²

A partir de 1969, sob o governo do Presidente Médici, nomeou-se para ocupar o cargo da presidência da Petrobras, Ernesto Geisel. Ele administrou a Estatal até o ano de 1973, saindo desse cargo após ser indicado para assumir a presidência do Brasil.

Acerca de sua escolha para ocupar a pasta presidencial da Estatal, Gaspari descreve que o irmão de Geisel – Orlando – foi o primeiro a avisá-lo sobre sua nomeação, fato que ocorreu

Em 1967 Costa e Silva chamara Emílio Médici para a função, o general refulgara o convite, argumentando que não tinha preparo suficiente, e sugerira que chamasse Geisel. A ideia prosperou por alguns dias, até ser atropelada por um arranjo de interesses estaduais. No dia 6 de novembro de 1969, chegou a Geisel um telex do Chefe do Gabinete Civil informando-o de que Médici acabara de nomeá-lo para presidência da Petrobras³⁹³.

Em 14 de novembro de 1969, Geisel assumiu o controle da Estatal, indicando para ocupar o Conselho de administração *os três ex-presidentes da empresa, Ademar de Queiroz, Waldemar Levy Cardoso e Irnack Carvalho do Amaral*³⁹⁴. Todavia, sua relação com a Petrobras não foi iniciada em 1969. Antes de se transformar no presidente da Petrobras, ele ocupou o cargo de *superintendente da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, em 1955, e princípio de 1956, como membro do Conselho Nacional do Petróleo, em 1957 e 1958*³⁹⁵.

Geisel, alcançou resultados expressivos, com a criação da subsidiária Braspetro, atuando na exploração do petróleo em território internacional, assim, como contribuiu para;

(...) a perfuração do primeiro poço no Foz do rio Amazonas (janeiro de 1970); a criação da Disbrás, subsidiária destinada à distribuição de

³⁹¹ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás: ...*, p. 164.

³⁹² CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: do monopólio aos contratos de risco*. Rev. adm. empresas. vol.20 no.2 São Paulo apr. /june, pp. 74-77,1980, p. 76.

³⁹³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada ...*, p. 100.

³⁹⁴ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás: ...*, p. 169.

³⁹⁵ FALCÃO, Armando. *Geisel: ...*, p. 153.

derivados de petróleo (julho de 1971); a descoberta de petróleo no município Capixaba de São Mateus (janeiro de 1972) e na plataforma continental de Sergipe, com a criação do campo de Caioba (fevereiro de 1972); (...) a produção do primeiro barril de óleo de xisto em escala semi-industrial no Brasil (...) ³⁹⁶

Falcão – Ministro de Estado da Justiça, durante o Governo do Presidente Geisel – descreve-o como um homem que *teve como diretriz fundamental e permanente fazer com que a companhia cumprisse sua finalidade básica: a de ser o instrumento executivo da política nacional do petróleo* ³⁹⁷. Assim, durante sua gestão, a Petrobras passou a *controlar todas as operações de refino* ³⁹⁸.

Segundo a avaliação descrita no II PND, o país em 1974 não dependia do petróleo para geração de energia elétrica e nem para geração de calor, devido ao clima tropical brasileiro. A dependência voltava-se para o uso do *transporte e com matéria-prima para a indústria química* ³⁹⁹, na qual, o emprego dessa energia era de *cerca de 48% do total da energia que consumimos, cabendo 3% ao carvão mineral, 24% à energia elétrica e os restantes de 25% à lenha e a resíduos Vegetais* ⁴⁰⁰.

O Governo partia do princípio de que seus esforços não seriam usufruídos ainda na gestão de seu mandato, mas, como foi debatido no primeiro capítulo, a política nacional era continuísta, pensando também na gestão do próximo presidente. Na citação abaixo, é possível observar que as medidas adotadas pelo governo para ampliar a produção de energia, eram voltadas para um retorno de médio a longo prazo;

A longo prazo, deve o Brasil prover internamente suas fontes básicas de energia. Uma estratégia nesse sentido levará pelo menos uma década, e dependerá essencialmente dos resultados da prospecção de petróleo, da exploração do xisto, da descoberta de significativas jazidas de urânio e da melhor solução que a tecnologia mundial encontrar para a principal nova forma de energia, em substituição ao petróleo ⁴⁰¹.

Daniel Aarão Reis Filho, ao descrever o II PND, explica que o programa continha metas ambiciosas com relação ao desenvolvimento nacional, cujo objetivo era de se caminhar para frente. *Fechar o ciclo iniciado nos anos de 1930 e conquistar a autonomia com o Estado*

³⁹⁶ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

³⁹⁷ FALCÃO, Armando. *Geisel*: ..., p. 153.

³⁹⁸ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 176.

³⁹⁹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 81.

⁴⁰⁰ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 81.

⁴⁰¹ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 81.

*e as empresas estatais como fatores propulsores de um desenvolvimento econômico que havia de se dar segundo os interesses nacionais*⁴⁰².

Em 1953, após a criação da Petrobras S.A, foi detectado que o país não possuía mão de obra qualificada para os serviços operacionais da Estatal. Imediatamente, o Conselho Nacional de Petróleo – CNP -, direcionou *um valioso quadro de geólogos, geofísicos, e engenheiros para a Petrobras*⁴⁰³, entretanto, a demanda era maior que os recursos humanos ofereciam naquele momento. A partir dessa constatação a Estatal, em 1955, contou com o *apoio das equipes do Setor de Supervisão e Aperfeiçoamento Técnico (SAAT) do CNP e da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ) o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (CENAP)*⁴⁰⁴, por conseguinte, criando um centro voltado para a formação de pesquisadores em petróleo. Desta forma, a Petrobras pôde formar profissionais capacitados para *operar no manejo de refinarias e na exploração e produção de petróleo, além de conhecimentos para a seleção e compras de tecnologias no mercado externo*⁴⁰⁵. E em 1957 foram criados *seis setores, entre os quais, o Setor de Pesquisa*⁴⁰⁶. Desde a sua criação até a década de 1970, a CENAP ofereceu à Petrobras os serviços técnicos de;

Avaliação das características dos petróleos nacionais e estrangeiros para processamento nas refinarias; identificação dos tipos de petróleos extraídos e o modo de ocorrência das reservas nas zonas produtoras; análises de rochas, e controle do desenvolvimento da vida dos catalisadores em uso nas unidades de craqueamento⁴⁰⁷.

Com os avanços tecnológicos para a prospecção do petróleo, a Petrobras, em 1963, criou o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES. Esse centro de pesquisas tinha por objetivo desenvolver;

Um trabalho profundo de pesquisa aplicada, que poderá mudar a rota da política energética brasileira e dotar a indústria nacional de tecnologia adequadas a substituição dos derivados de petróleo nas áreas de produção, manutenção e conservação de equipamentos e motores industrializados,

⁴⁰² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 95.

⁴⁰³ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: IPEA: Petrobras, 2013, p. 57.

⁴⁰⁴ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 57.

⁴⁰⁵ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 57.

⁴⁰⁶ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 57.

⁴⁰⁷ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 58.

sem falar nos benefícios de que se favorecerão, particularmente, as indústrias químicas, petroquímicas e de fertilizantes⁴⁰⁸.

Cabendo ao Centro também *planejar, coordenar, executar ou promover a execução de pesquisas tecnológicas e engenharia básica, bem como de acompanhar os resultados correspondentes*⁴⁰⁹. Após 1973, o CENPES ampliou suas pesquisas em relação aos estudos sobre a exploração *offshore*, favorecendo;

A realização de análises sobre a estrutura geológica da plataforma marítima, aprimoramentos nas pesquisas geofísicas e geoquímicas, estudos sobre processos e equipamentos de perfuração, produção e recuperação de reservatórios, além da contratação de novos pesquisadores. Uma importante ação desenvolvida foi constituída pelo Projeto de Reconhecimento da Margem Continental Brasileira (REMAC), que mapeou a margem continental brasileira⁴¹⁰.

Com a crise do petróleo, em 1973, houve uma alteração *na demanda de derivados, com diminuição da procura por gasolina cujos preços se elevaram, com aumento da demanda por óleo diesel beneficiado por preços subsidiados pelo governo*⁴¹¹. Assim, o preço do óleo bruto e seus derivados, segundo Velloso era comercializado por US\$ 726 milhões em 1973 para US\$ 2.500 a US\$ 3.000 milhões em 1974⁴¹². Esses números confirmam que as estratégias para a empresa deveriam mudar segundo as necessidades reais do país.

Getúlio, ao analisar a conjuntura política brasileira, descreve que o governo militar possuía um *caráter autoritário, tecnocrático e excludente*⁴¹³, exigindo soluções de curto prazo, optando por autorizar mudanças *no tocante ao que tinha sido as diretrizes fundamentais da Petrobras durante todo o seu tempo de existência até então*⁴¹⁴. Destarte, a partir de 1973, inicia-se o desenvolvimento voltado *à pesquisa e a utilização de fontes alternativas de energia que pudessem substituir o petróleo na produção de seus derivados*⁴¹⁵. Dentre as inovações que a Petrobras teve que providenciar, pode-se destacar *a extração de*

⁴⁰⁸ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 197.

⁴⁰⁹ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 197-198.

⁴¹⁰ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 61.

⁴¹¹ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 62.

⁴¹² VELOSSO, João Paulo dos Reis. *II PND: ...*, p. 2

⁴¹³ CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: ...*, p. 76.

⁴¹⁴ CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: ...*, p. 76.

⁴¹⁵ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 198.

*óleo de rochas de xisto, a produção de álcool para misturar à gasolina a partir da mandioca e a gaseificação do carvão*⁴¹⁶.

3.2.1 - Programa do óleo de Xisto

A Petrobras, em 1976, relatou os avanços referentes à pesquisa no processamento do óleo cru sintético de xisto como fonte alternativa de energia, tendo por finalidade à *viabilidade de produção de gases para utilização na petroquímica ou como combustível*⁴¹⁷. Para ampliar o entendimento sobre a finalidade e o uso do óleo de xisto, Conant e Gold explicam que;

Após o tratamento adequado, o óleo de xisto é conhecido como óleo cru sintético e pode ser processado em refinarias de forma idêntica ao petróleo do poço. Também o gás de xisto é um sucedâneo do gás de cidade; tanto o óleo como o gás de xisto podem ser usados como insumos na indústria petroquímica. A atual política da Petrobras prevê a utilização do xisto visando a produção de óleo cru sintético como fonte de derivados, a fim de complementar a produção interna de petróleo, contribuindo para a redução da dependência brasileira do produto importado⁴¹⁸.

Os avanços da Petrobras em relação à pesquisa de outras fontes energéticas, como o uso do óleo e do gás do xisto renderam contribuições para o projeto *de desenvolvimento econômico do país*⁴¹⁹. Segundo o relatório de 1977, a industrialização do xisto ocorria na *Usina Protótipo do Irati que esteve em operação utilizando xistos da jazida de São Mateus do Sul, no Paraná, objetivando obtenção de dados para projetos industriais*⁴²⁰. E de forma simultânea, a Estatal desenvolvia *atividades geológicas com investigação exploratória*⁴²¹. Os Estados contemplados com os estudos geológicos foram Paraná, Maranhão, Bahia, Ceará e Santa Catarina.

Em 1978, as pesquisas permaneceram nas mesmas regiões anteriores, onde a Petrobras elaborou à *Programação de Médio Prazo da Industrialização do Xisto, cujo*

⁴¹⁶ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 198.

⁴¹⁷ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1976, p. 20.

⁴¹⁸ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 198.

⁴¹⁹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1977, p. 18.

⁴²⁰ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 18.

⁴²¹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p.18.

*objetivo é concluir até meados de 1980, todos os projetos básicos das diversas áreas que irão constituir a futura Usina Industrial de Xisto de São Mateus do Sul*⁴²².

Quando se retorna a análise do II PND, constata-se sua importância, pois o Plano afirmava que *o programa de Xisto, pela Petrobras e através de outros projetos será intensificado ao máximo*⁴²³. Outro ponto relevante são os objetivos traçados pelo Governo referentes a esse projeto;

Desenvolvimento do programa de xisto.

A Petrobras aplicará, no setor na área de São Mateus, pelo menos Cr\$ 2,8 bilhões, inclusive para financiamento da primeira usina industrial. Ao lado disso, estando a área do xisto fora do monopólio, poderão ser autorizados empreendimentos conjuntos (joint ventures), em outras áreas, para acelerar a absorção de tecnologia e permitir que, em 1980, o óleo obtido através do xisto já represente parcela significativa da produção nacional de óleo bruto. Nesse sentido, além do programa de São Mateus, deverão ser promovidos e estimulados estudos e pesquisas em regiões potencialmente ricas em xisto⁴²⁴.

A partir de 1976, deu-se início a operação da Usina de Protótipo do Irati, no sul do Paraná, com um investimento de *Cr\$ 114 milhões nessa atividade*⁴²⁵. No ano seguinte, foram investidos na industrialização do xisto *Cr\$ 148 milhões*⁴²⁶; e em 1978, os investimentos quase que duplicaram se comparados ao primeiro ano, chegando à margem de *Cr\$ 293 milhões*⁴²⁷. Não alcançando os valores norteadores do II PND, mas, como ressaltado desde o primeiro capítulo, os números contidos no Programa do Governo serviram como base, por não possuírem uma estrutura rígida a ser seguida. Todavia, o presidente Geisel, em conjunto com a Petrobras, conseguiu implantar e dar prosseguimento ao projeto.

3.2.2 - Programa de Carvão

Outra fonte energética explorada pelo Governo, por intermédio da Petrobras, foi o carvão. A elaboração de estudos voltados para a sua gaseificação, foi descrita no II PND como Programa de Carvão. O programa consistia na;

⁴²² Petrobras'78: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1978, p. 18

⁴²³ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 17.

⁴²⁴ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 82-83.

⁴²⁵ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados*..., p.13.

⁴²⁶ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados*..., p.15.

⁴²⁷ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados*..., p.15.

Expansão e modernização da produção, incluindo: pesquisas para a utilização do carvão como matéria-prima, para elaboração de produtos industrializados, inclusive gasolina e amônia; utilização dos subprodutos do beneficiamento das minas para a produção de ácido sulfúrico e de ferro⁴²⁸.

Assim como o programa do xisto, o Governo, bem como a Petrobras, buscou desenvolver novas fontes energéticas classificadas como alternativas, a partir de 1975. O objetivo era de proporcionar uma *maior participação do carvão nacional no balanço energético*⁴²⁹. O resultado foi a *implantação de duas usinas de gaseificação, uma no Rio Grande do Sul e outra em Santa Catarina*⁴³⁰. O uso do gás do carvão poderia servir como um *substituto do petróleo, ou como matéria-prima para a indústria química*⁴³¹.

Após a primeira fase de investigação sobre a localização para a implantação das duas usinas responsáveis pela produção de gaseificação, a Petrobras iniciou outro procedimento;

Objetivando o licenciamento de processos de gaseificação para utilização no País, foram realizadas negociações preliminares com duas companhias alemãs de engenharia. Procedeu-se ao acompanhamento dos trabalhos iniciais de implantação de usina siderúrgica no Estado de Santa Catarina e das pesquisas geológicas nas formações de carvão no Rio Grande do Sul⁴³².

Em 1978 ocorreram mais avanços referentes à implantação das usinas no país;

Foi escolhido o processo de Koppers-Totzek. A instalação do centro produtor de gás será feita em módulos, sendo o primeiro constituído de dois gaseificadores e de uma fábrica de amônia com capacidade de 600 t/dia, na Vila do Conde, município de São Jerônimo, às margens do rio Jacuí. Paralelamente, está sendo elaborado pela Companhia Siderúrgica de Santa Catarina estudo de viabilidade de produção de ferro-esponja nesse Estado, usando gás produzido com carvão-vapor⁴³³.

Contudo, não foi verificado ao longo desse estudo há existência de resultados numéricos sobre o lucro que esse programa gerou para a Estatal e para o país, porque as indústrias ainda estavam sendo estruturadas quando findou o mandato do presidente Geisel. No entanto, é possível verificar que as metas descritas no II PND também foram postas em execução.

⁴²⁸ República Federativa do Brasil. *II PND: ...*, p. 84.

⁴²⁹ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 202.

⁴³⁰ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 202.

⁴³¹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 18.

⁴³² Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p.18.

⁴³³ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p.18.

3.2.3 - Programa Nacional do Álcool

O terceiro recurso voltado à produção de energia alternativa foi o Programa Nacional do Álcool – Proálcool –, tendo em vista que esse Programa constava na proposta do Governo como sendo uma fonte energética, capaz de contribuir para reduzir a dependência brasileira do petróleo importado.

Em 9 de outubro de 1975, o presidente Ernesto Geisel anunciou a nação brasileira que a Petrobras iria desenvolver o Proálcool, com a finalidade de substituir *progressivamente, como combustível, em proporção da ordem de 20%, assim como sob a forma de matéria-prima para a indústria química*⁴³⁴. A produção do álcool poderia ser por meio do uso da *cana-de-açúcar, mandioca e batata doce*⁴³⁵.

No ano seguinte, a Petrobras criou um *Grupo de Trabalho para estudar as condições da mistura de álcool anidro à gasolina e analisar aspectos referentes à localização de centros de mistura de álcool à gasolina*⁴³⁶. A Estatal, a fim de verificar se a combinação dos dois componentes energéticos traria resultados positivos, realizou *testes em automóveis da Empresa consumindo mistura gasolina-álcool, com resultados bem satisfatórios*⁴³⁷.

Conant e Gold explicam que esse Programa, além de contar com a pesquisa desenvolvida pela Petrobras, foram estabelecidos convênios com outras entidades, como;

Secretaria de tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio que, através do Instituto Nacional de Tecnologia, desenvolveu processo industrial para a obtenção do álcool a partir da mandioca, responsabilizando a Petrobras pelos investimentos industriais⁴³⁸.

Geisel, em entrevista a FGV, falou sobre o problema do uso da cana-de-açúcar para a geração do álcool, onde *a produção de álcool estava condicionada à produção de açúcar, quando o mercado de açúcar era favorável e o preço era bom, produzia-se açúcar e não se fazia álcool*⁴³⁹. Essa oscilação na produção preocupava o Governo, que buscou fazer algumas

⁴³⁴ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 25.

⁴³⁵ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 25.

⁴³⁶ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 25.

⁴³⁷ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 25.

⁴³⁸ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 200.

⁴³⁹ D'Araújo, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel...*, p. 309.

alterações no fornecimento da matéria-prima, alterando a utilização de cana-de-açúcar como matéria-prima, para a adoção do uso da mandioca.

Assim, no mesmo ano, a Estatal e o Instituto Nacional de Tecnologia iniciaram a construção de *uma usina experimental com capacidade de 60.000 l/dia, para a produção de álcool anidro, em Curvelo, Minas Gerais, usando como matéria-prima a mandioca*⁴⁴⁰.

Em 1977, concluiu-se o *projeto de construção e montagem da Usina de Álcool de Curvelo (Minas Gerais), cuja planta entrou em operação experimental em dezembro*⁴⁴¹. Sendo *pioneira em todo o mundo*⁴⁴² essa forma de produção de álcool. Em junho de 1978, a Usina ainda estava em fase de *testes sobre o comportamento e eventuais consequências em motores, e óleos lubrificantes, quando utilizados três combustíveis diferentes*⁴⁴³.

O Proálcool foi um programa que contou com a participação de produtores agrícolas e da indústria, cabendo a Petrobras a supervisão de todo o processo, por intermédio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), criado em 1963;

O álcool, portanto, é um programa integrado que começa pela lavoura, passa pela indústria de bens de capital até chegar à montagem completa das unidades de processo, e o sistema Petrobras se faz presente em todas as fases, desde o fornecimento de insumos para a indústria de fertilizantes, com vistas ao aumento da produtividade agrícola, até o apoio da pesquisa, a partir do CENPES, e da infraestrutura operacional⁴⁴⁴.

A implantação da cultura da mandioca no cerrado mineiro *passou de lavoura de subsistência à produção em larga escala*⁴⁴⁵, proporcionando ao município mineiro *250 empregos na parte industrial e mil no setor agrícola*⁴⁴⁶, dessa maneira, alcançando a *produção de 150 toneladas de mandioca por dia, e o álcool obtido vem sendo misturado à gasolina consumida em Belo Horizonte*⁴⁴⁷.

⁴⁴⁰ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 25.

⁴⁴¹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 18.

⁴⁴² CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 201.

⁴⁴³ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 19.

⁴⁴⁴ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 200.

⁴⁴⁵ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 201.

⁴⁴⁶ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 201.

⁴⁴⁷ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 201.

Dias Leite explica que após a crise do petróleo, a meta do Governo para o programa do Proálcool passou de 500.000 m³ para 3 milhões de m³ anuais em 1980, a qual foi superada⁴⁴⁸.

3.2.4 - Contratos de Cláusula de Risco

No dia 9 de outubro de 1975, o Presidente Ernesto Geisel fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciando à nação brasileira que a Petrobras S.A adotaria a prática dos Contratos de Risco. Ele ressaltou as pesquisas desenvolvidas pela Estatal que trabalhava em *soluções de curto prazo e da abertura de alternativas como as do álcool e do xisto*⁴⁴⁹, mas, que essas medidas por si, não trariam mudanças significativas no quadro da dependência energética brasileira. Assim, como sendo o chefe de Estado, autorizava a Petrobras, *sem quebra de regime de monopólio, a realizar contratos de serviços, com cláusula de risco por conta da empresa executora, em áreas previamente selecionadas*⁴⁵⁰.

Para Cupertino, a reação da mídia e do mercado internacional foi positiva após a declaração do Presidente, permitindo a exploração de empresas nacionais e internacionais no ramo da pesquisa e exploração, que antes cabia apenas a Petrobras. Segundo ele;

Já há algum tempo, aliás os jornais brasileiros vinham reproduzindo comentários de publicações estrangeiras especializadas, segundo as quais a dívida externa brasileira já tinha atingido um nível crítico, e a reformulação da política do monopólio estatal do petróleo para permitir a presença de empresas estrangeiras seria inevitável⁴⁵¹.

Cupertino ressalta ainda que, além da mídia, os *banqueiros estrangeiros, credores de nosso país*⁴⁵² também apoiaram a decisão do Governo em abrir o país para os contratos de risco. Acerca da abertura do mercado brasileiro a adoção dos Contratos de Cláusula de Risco, Geisel explicou os motivos que o levaram a essa decisão;

Quando a situação do nosso suprimento foi ficando mais grave devido à exagerada multiplicação dos preços, e vendo que a resposta que a Petrobras

⁴⁴⁸ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 266-267.

⁴⁴⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 27.

⁴⁵⁰ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 27.

⁴⁵¹ CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras (O Petróleo é Nosso, o risco é deles?)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 3.

⁴⁵² CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras...*, p. 3.

vinha obtendo não era muito promissora a curto prazo, pelo menos em nível que correspondesse às necessidades do Brasil. Velloso e outros fizeram a sugestão de abrir o Brasil aos contratos de risco. Eu relutei muito. Não era muito favorável, mas acabei concordando e fui à televisão anunciar a decisão de autorizar esse tipo de contrato⁴⁵³.

A relutância sobre qual ele mencionou na entrevista, tem a ver com seu posicionamento sobre a possibilidade de a Petrobras permitir firmar contratos de risco, cogitada no ano de 1972, como descreve Gaspari;

Geisel destruíra uma articulação dos ministros Dias Leite e Delfim Netto para franquear a exploração de petróleo aos contratos de risco com as empresas estrangeiras. Argumentava que o preço internacional estava baixo, as pesquisas da Petrobras eram promissoras, e não tinha sentido o “Brasil Grande” chamar estrangeiros para fazer esse serviço⁴⁵⁴.

Para o então ministro, Dias Leite, Geisel havia interpretado sua sugestão como uma forma de questionamento com relação a capacidade da Petrobras de responder de forma positiva às necessidades energéticas do país, declarando;

Houve quem interpretasse a sugestão dos contratos de risco com empresas internacionais como descrença na capacidade do corpo técnico da Petrobras quando, de fato, buscava-se a diversidade das interpretações dos levantamentos geológicos, baseada na gigantesca experiência que adviria da contratação de meia dúzia de empresas internacionais. Esse tipo de contribuição técnica era, a meu ver, mais importante que os próprios investimentos de risco que viessem a ser feitos⁴⁵⁵.

Após descrever a entrevista do Geisel e o relato de Leite, entende-se que havia um desconforto em permitir a concessão de exploração para outras empresas, o que pode ser constatado a partir do discurso proferido pelo Presidente;

Meu Governo deu e continuará a dar integral apoio à Petrobras, que ainda hoje considero minha casa.

Mas num país com a dimensão do Brasil e que precisa não perder tempo, antes apressar-se, no setor do petróleo, não seria justificável deixar de proporcionar à empresa e à Nação, de plano, essa opção nova. Ainda que os resultados demorem, ou sejam poucos satisfatórios, o governo demonstra que não exclui, por simples impulsos emocionais ou receios pouco justificáveis, qualquer alternativa válida que, sendo, como é, compatível com o monopólio, represente mais um caminho a ser tentado⁴⁵⁶.

⁴⁵³ D’Araújo, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel...*, p. 307.

⁴⁵⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada ...*, p. 246-247.

⁴⁵⁵ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 191.

⁴⁵⁶ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 27-28.

Quando Geisel falou que não excluiu essa possibilidade – dos contratos de risco – por impulsos emocionais, ele estava se referindo a sua decisão ainda como presidente da Petrobras, pois, em 1972, uma vez que havia *vetado a proposta de contratos de riscos*⁴⁵⁷. Essa atitude descrita, em que ele tomou uma decisão baseada após intenso debate, remete ao que foi discutido no capítulo I, sobre a característica de, antes de formalizar algum procedimento, ouvir seus ministros e o ponto de vista defendido por cada um deles para, ao final, fazer sua escolha.

Outro ponto importante a ser levantado sobre a adoção dos contratos de risco por parte do Governo é que a crise do petróleo estava afetando o crescimento econômico do país, de forma a elevar a dívida externa. Esses problemas estavam interferindo de forma direta nas metas do II PND, tornando-as

(...) intangíveis, levantando setores do próprio governo a defenderem a adoção de um plano de emergência capaz de redefinir os rumos da política econômica e reorientar os investimentos públicos, então comprometidos com pesadas obras de infraestrutura que necessitariam de larga maturação⁴⁵⁸.

Desta forma, em função dos altos gastos que o Governo brasileiro aplicava nas políticas de infraestrutura apresentadas no II PND, como ações diretas do Estado, Geisel autorizou a abertura aos contratos de risco com seguintes termos;

Nesses contratos, a exploração ou pesquisa – que constitui a fase aleatória do processo, ainda com fortes nuances de aventura geológica – é custeada pela empresa contratante, a qual se propõe a executá-la em área limitada e em condições preestabelecidas, entre estas, basicamente a de que o dispêndio correspondente à exploração não será ressarcido se o resultado for negativo (e daí a qualificação de risco) e, ao contrário, se positivo, será compensado com algumas vantagens⁴⁵⁹.

Caso a empresa concordasse com os termos pré-estabelecidos pelo Governo e pela Petrobras descobrisse novos poços de petróleo, assumiria as atribuições de;

Financiar e realizar o desenvolvimento do campo, cabendo à Petrobras a exclusividade de conduzir os trabalhos na fase de produção. Somente a partir da entrada em produção do campo é que a contratante será reembolsada dos investimentos efetuados e receberá sua remuneração proporcional à produção⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 227.

⁴⁵⁸ GEISEL, Ernesto. *Acervo de verbete Bibliográfico...*

⁴⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 28.

⁴⁶⁰ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 192.

Em maio de 1976, a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República publicou um manual sobre “As alternativas do Brasil diante da Crise do Petróleo”, explicando sobre os efeitos do choque energético no país. Na parte que se referia aos contratos de risco, o Governo explicou que ficava a cargo da Petrobras *exercer controle tanto dos gastos da firma contratada como da produção. Pode-se definir resumidamente, o contrato de risco como um contrato de serviço*⁴⁶¹. E caso ocorresse a descoberta de poços de petróleo, a Instituição assumiria as responsabilidades de pagar os *investimentos realizados*⁴⁶² pela empresa no Brasil, remunerando-as *pelos serviços prestados, em dinheiro ou em participação na produção, conforme as peculiaridades do contrato*⁴⁶³.

Segundo a análise de Thadeu Cunha, a partir da crise de 1973, o Governo brasileiro se viu obrigado a mudar sua política para o setor petrolífero. A fim de encontrar soluções para o impasse energético no país, *a União autorizou a Petrobras a celebrar contratos de prestação de serviços com cláusulas de riscos, utilizando a experiência de sua subsidiária Braspetro em contrato desse tipo*⁴⁶⁴.

Na avaliação de Getúlio Carvalho, a solução adotada pelo Governo em rever seu pensamento com relação à abertura aos contratos de risco decorreu de uma série de acontecimentos motivados a partir da crise de 1973, somando *com o decréscimo nas atividades petrolíferas brasileiras, tendo em vista a importância crucial do mesmo para a continuidade do processo desenvolvimentista, tornou-se medida de urgência*⁴⁶⁵. Após quase dois anos de governo, Geisel dava sinais de que iria ceder às pressões, passando por cima de suas convicções nacionalistas, admitindo *a participação de capitais privados estrangeiros nas atividades de exploração do petróleo, ainda que protegido por dispositivos contratuais inclusos nos chamados contratos de risco*⁴⁶⁶.

⁴⁶¹ Assessoria das Relações Públicas da Presidência da República. *As alternativas do Brasil diante da crise do Petróleo*. Brasília: Editora Vecchi, 1976, p. 11.

⁴⁶² Assessoria das Relações Públicas da Presidência da República. *As alternativas do Brasil diante da crise do Petróleo...*, p. 12.

⁴⁶³ Assessoria das Relações Públicas da Presidência da República. *As alternativas do Brasil diante da crise do Petróleo...*, p. 12.

⁴⁶⁴ CUNHA, Thadeu Andrade da. O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil. *Revista de informação legislativa*, v. 32, n. 127, p. 223-232, jul./set. 1995, p. 225.

⁴⁶⁵ CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: do monopólio aos contratos de risco*. Rev. adm. empresas. vol.20 no.2 São Paulo apr. /june, pp. 74-77, 1980, p. 76.

⁴⁶⁶ CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: ...*, p. 76.

Walter Campos expõe que no início da década de 1970 foi procurado por Geisel (até então, presidente da Petrobras) para fornecer esclarecimentos sobre a participação de empresas estrangeiras no ramo da exploração de petróleo no Brasil. Sobre a questão, ele explicou que solicitou um tempo para pensar, porque ainda não tinha acabado o *reconhecimento de toda a nossa plataforma continental (850000km³ até 200m de lâmina d'água) e chegando plenamente à fase de detalhamento de prospectos nas áreas mais promissoras*⁴⁶⁷, no ano de 1973.

Dois anos mais tarde, agora Geisel na presidência da República, foi solicitado que se criasse *uma comissão para escolher as áreas. Alguns entre os seus membros não entendiam de exploração. Outros entendiam, mas procuraram proteger a Companhia para qual trabalhavam*⁴⁶⁸. Walter Campos descreve que havia uma pressão por parte do Governo, para que ele e sua equipe entregassem logo os resultados do relatório sobre as bacias sedimentares brasileiras. Esse levantamento durou *aproximadamente um ano*⁴⁶⁹, sendo algo inédito no Brasil.

A partir de 1976, a Petrobras, cumprindo as ordens expedidas pelo Governo, criou o *Conselho de Administração e Superintendência de Contratos de Exploração (SUPEX), que tem por finalidade estudar as questões pertinentes àqueles tipos de contratos, negociar seus termos e acompanhar e fiscalizar o cumprimento de suas cláusulas*⁴⁷⁰. Fazia parte das cláusulas da modalidade do contrato de risco;

As companhias contratadas se obrigam a investir, no mínimo, uma quantia pré-determinada, em trabalhos de exploração e avaliação, durante determinado período, e a executar e financiar os trabalhos de desenvolvimento nos campos descobertos. Ao se iniciar a produção de petróleo, as instalações do campo são incorporadas ao patrimônio da Petrobras, que assume, também, as operações de produção. Se ao fim do período estabelecido pelas atividades de exploração, a companhia contratada não descobrir petróleo em quantidade que justifique sua produção comercial, o contrato terminará, arcando a contratada com todas as despesas efetuadas. No caso da descoberta de campos comerciais de petróleo, a contratada fará jus, após o início da produção comercial, ao reembolso das despesas de exploração e de desenvolvimento e a uma

⁴⁶⁷ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, 2001, p. 66.

⁴⁶⁸ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 71.

⁴⁶⁹ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 71.

⁴⁷⁰ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 8.

remuneração, em função da produção do campo, durante um período pré-estabelecido⁴⁷¹.

Com a formulação das diretrizes para a assinatura do contrato de risco entre a Petrobras e outras empresas do ramo petrolífero, *vinte e três companhias internacionais demonstraram interesse em participar da licitação*⁴⁷² e analisaram as informações geológicas e geofísicas das áreas de exploração oferecidas. Das vinte e três companhias, apenas *oito delas formalizaram sua intenção através de seis propostas encaminhadas à Petrobras, em 15 de junho de 1976*⁴⁷³. As negociações foram iniciadas no dia *17 de outubro*⁴⁷⁴ do mesmo ano.

Tabela 14 - Contrato de Risco - 1976

Empresas Licitadas em 1976	Data do Contrato	Área de Exploração	Km²
BP PETROLEUM DEVELOPMENT BRAZIL LIMITED	09/10	Bacia de Santos	5.550 km ²
SHELL EXPLORATION SERVICES (BRAZIL) B.V, PECTEN BRAZIL COMPANY e ENSERCH AMERICAS INC (Grupo)	22/12	Foz do Rio Amazonas	6.150 km ²
ELF Aquitaine Brésil e AGIP SPA. (Grupo ítalo-franco)	15/12	Foz do Rio Amazonas	3.050 km ²
Total			14.750 km²

Fonte: Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 9. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

A Primeira multinacional a fechar um contrato de risco com a Petrobras foi a BP Petroleum. Ela estava sediada no Reino Unido, no qual fazia parte do Cartel denominado de Sete Irmãs. Ela arrematou o direito de explorar uma parte da Bacia de Santos, seguida da multinacional energética Shell, que buscou explorar a região amazônica, com uma grande

⁴⁷¹ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 8-9.

⁴⁷² Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 9.

⁴⁷³ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 9.

⁴⁷⁴ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 9.

quantidade de área para prospecção, no qual dividiu a mesma localidade com o grupo composto por empresas italiana e francesa.

Das empresas licitadas acima, a que deu início no dia 7 de dezembro, foi o grupo que arrematou a Bacia de Campos para iniciar *as operações de perfuração do primeiro poço pela BP Petroleum Development Brazil LTD*⁴⁷⁵. As outras empresas *concluíram os levantamentos sísmicos adicionais e interpretações geológicas, devendo iniciar as perfurações nas respectivas áreas ainda no primeiro trimestre do próximo ano*⁴⁷⁶.

A respeito da primeira rodada licitatória no formato de contrato de risco, Giambiagi, Dantas e Lucas descrevem que foram as áreas comercializadas entre a Foz do Amazonas e Bacia de Santos que originaram *quatro contratos com a BP, Exxon, Shell e Elf Aquitaine*⁴⁷⁷. Com isso, nas rodadas seguintes, os números de empresas participantes aumentaram, sendo ofertadas *as bacias Paleozoicas terrestres do Paraná e do Amazonas*.⁴⁷⁸

Em 1977, a Petrobras abriu novos processos licitatórios, com mais *quatro novos contratos que foram efetivados e dez outros encontram-se em fase de negociação, devendo ser concluídos até abril de 1978*⁴⁷⁹.

Em 1978 foram *concretizados mais 9 contratos exploratórios com cláusula de risco, referentes a blocos na Foz do Amazonas e na Bacia de Santos*⁴⁸⁰, sendo estes;

⁴⁷⁵ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 14

⁴⁷⁶ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 14.

⁴⁷⁷ GIAMBIAGI, Fabio; DANTAS, Ana; LUCAS, Luiz. *Petróleo: Reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012, p. 19.

⁴⁷⁸ GIAMBIAGI, Fabio; DANTAS, Ana; LUCAS, Luiz. *Petróleo: ...*, p. 19.

⁴⁷⁹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 14.

⁴⁸⁰ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p. 16.

Tabela 15 - Contrato de Risco 1978

Empresas Licitadas em 1978	Quantidade de Área exploratória	Data do contrato
HISPANICA DE PETRÓLEO S. A	1	03/02
COMPANHIA ESSO PROSPECÇÃO DO BRASIL	4	28/02
PECTEN BRAZIL EXPLORATION. COMPANY SHELL EXPLORATION SERVICE (BRASIL) B.V; MARATHON PETROLEUM SANTOS LTD (Consórcio)	1	03/04
PECTEN BRAZIL PETROLEUM COMPANY; MARATHON PETROLEUM BRAAZIL (Consórcio)	1	03/04
CITIES SERVICES BRAZIL PETROLEUM CORPORATION e UNION TEXAS BRAZIL INC (Consortio)	1	18/05
PECTEN BRAZIL EXPLORATION AND DEVELOPMENT COMPANY; CHEVRON PETROLEUM COMPANY OF BRAZIL; MARATHON PETROLEUM BRAZIL LTD (Consortio)	1	24/05

Fonte: Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 16. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Na segunda rodada observa-se que a procura pelos contratos de riscos ofertados pela Petrobras aumentaram, sendo constituídos vários consórcios para firmar os contratos de riscos com a Estatal brasileira. Nesse sentido, nota-se que no geral, as multinacionais arremataram basicamente um lote nas áreas de exploração. Esse comportamento pode demonstrar uma desconfiança ou cautela em relação as áreas que Governo estava disponibilizando no território brasileiro para as empresas estrangeiras.

Somando os anos de 1976 até 1978, a Petrobras havia concedido 17 contratos com cláusulas de risco, *envolvendo 15 companhias de renome internacional e compromissos de investimento superior a US\$212 milhões na exploração*⁴⁸¹. Em 10 de outubro foram abertas novas licitações, sendo *pré-qualificadas 32 empresas*⁴⁸². Até o final do ano, as 17 empresas

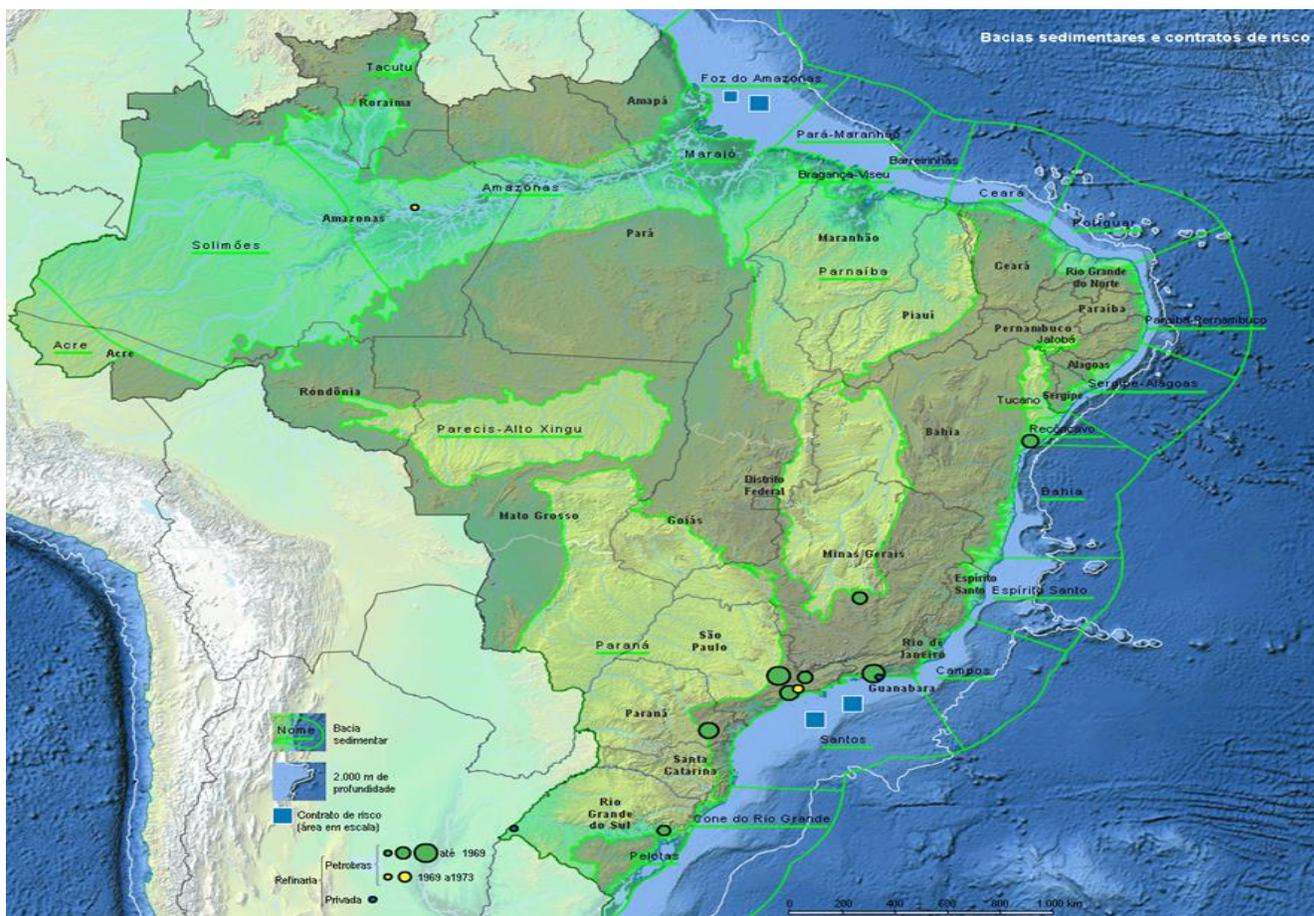
⁴⁸¹ Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 17.

⁴⁸² Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 17.

licitadas perfuraram 8 poços pioneiros, que somados aos quatro poços em perfuração no final do ano, elevam para 45.514 metros o total perfurado por essas companhias⁴⁸³.

A seguir, é possível observar um mapa contendo a localização das bacias oferecidas para os contratos de risco.

Mapa 1 – Bacias Sedimentares e Contratos de Risco



<https://atlas.fgv.br/marcos/governo-geisel-1974-1979/mapas/bacias-sedimentares-e-contratos-de-risco>

Observa-se que, a localização das bacias sedimentares ofertadas para as empresas estrangeiras estava localizada nas fronteiras da costa litorânea brasileira. Outra importante conclusão que se pode desenvolver referente aos dados analisados, é a de que a Petrobras otimizou tempo e recursos como objetivava o Presidente, pois, em três anos, com 17 empresas experientes no ramo petrolífero foram perfurados entre a Foz do Amazonas e a

⁴⁸³ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados*..., p. 17.

Bacia de Santos, 12 poços de petróleo, proporcionando ao País e a Petrobras dados importantes para futuras explorações de bacias sedimentares nessa localidade;

As descobertas somente ocorrem após a perfuração de diversos poços que, embora secos ou subcomerciais, fornecem dados de grande importância para o conhecimento dos mecanismos de geração e acumulação de óleo numa bacia sedimentar. Sob esse aspecto, pode-se afirmar que são positivos os resultados obtidos até o presente com a atividade exploratória indireta, através dos contratos com cláusula de risco⁴⁸⁴.

Na avaliação de Walter Campo, *o maior benefício que tivemos com os contratos de risco foi a comprovação da capacidade dos exploracionistas brasileiros*⁴⁸⁵, assim como *esses contratos nos proporcionaram também grande quantidade de informações geológicas e algum dinheiro em caixa*⁴⁸⁶.

Destarte, conclui-se que, os contratos de risco foram instituídos como mais um vetor para alavancar novas áreas exploratórias no Brasil. Mas apesar dos empreendimentos feitos pelas multinacionais que se instalaram no País, por meio dos contratos de risco, apenas o campo de Merluza apresentou-se lucrativa, e após *uma pequena descoberta de gás na bacia de Santos, os contratos de risco resultaram em retumbantes fracassos*⁴⁸⁷.

Na avaliação de Giambiagi, Dantas e Lucas, as descobertas comerciais podem não terem sido expressivas, contudo, proporcionaram à Petrobras e aos cofres públicos uma economia que;

(...) pelo menos pela perfuração de poços exploratórios, sem custos para a Petrobras, deram grande contribuição para avaliação das bacias brasileiras. Além disso, despertaram certa competição com a Petrobras, na medida em que a empresa se esforçou para mostrar que nada devia à competência das empresas estrangeiras⁴⁸⁸.

A partir dos resultados obtidos pelas multinacionais entre os anos de 1976 a 1978, verifica-se que não foram boas para as empresas estrangeiras a abertura dos contratos de risco oferecidos pelo Governo brasileiro.

⁴⁸⁴ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p. 17.

⁴⁸⁵ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 71.

⁴⁸⁶ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 71.

⁴⁸⁷ CAMARGO, Jorge. *Cartas a um jovem petroleiro: Viver com energia*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012, p. 19.

⁴⁸⁸ GIAMBIAGI, Fabio; DANTAS, Ana; LUCAS, Luiz. *Petróleo: ...*, p. 20.

3.2.5 – Braspetro

Outra área explorada pelo Governo Geisel para solucionar a crise energética no país foi a criação da subsidiária Petrobras Internacional S.A – Braspetro – em 1971.

Segundo Carvalho, a Petrobras S.A estava encontrando dificuldades em descobrir novos poços de petróleo, entre os anos de 1969 a 1974, as *atividades da Petrobras registraram estagnação no que diz respeito à produção de óleo cru, o mesmo ocorrendo com as reservas, situadas em 1971 na casa dos 136 milhões de metros cúbicos*⁴⁸⁹. A estagnação da produção do óleo cru, somado *ao crescimento do consumo decorrente da expansão econômica do país a partir de 1968 foi agravada pelo comportamento agressivo dos países exportadores de petróleo*⁴⁹⁰.

De forma similar, Walter Campos menciona que *os resultados da exploração de petróleo no Brasil até então modestos, estimularam a criação da Braspetro*⁴⁹¹, como sugeriu o relatório de Walter Link, divulgado em 1961.

Com o primeiro choque do petróleo, o mundo testemunhou o uso do petróleo como uma “arma” política nas mãos da Opep, elevando para mais de US\$ 12 o preço do barril do petróleo, triplicando seu valor de venda. Esses fatores motivaram a Petrobras seguir as recomendações do Relatório Link que *aconselhou a Petrobras a obter concessões em países onde as oportunidades de encontrar petróleo parecessem maiores*⁴⁹².

Com a criação da Braspetro, a Petrobras adquiriu experiências *para negociar em igualdade de condições com as grandes multinacionais do petróleo*⁴⁹³, favorecendo aos interesses do Governo após autorizar a Estatal a abrir licitações para empresas privadas a explorar o mercado de petróleo e gás, em 1976, por meio dos contratos de cláusulas de risco. Portanto, a Petrobras adquiriu experiência *nesse tipo de negociação, trabalhando em diversos países, através da Braspetro*⁴⁹⁴.

Geisel, em pronunciamento, também anunciou a Nação brasileira sobre a atuação da subsidiária da Petrobras e o papel que ela desempenharia em seu Governo;

⁴⁸⁹ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás: ...*, p. 185.

⁴⁹⁰ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás: ...*, p. 185.

⁴⁹¹ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 65.

⁴⁹² CARVALHO, Getúlio. *A Petrobras: ...*, p. 186.

⁴⁹³ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 194.

⁴⁹⁴ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 194.

O Governo, quando autorizou, em 1971, a constituição de subsidiária da Petrobras para exercer atividades no exterior, teve em vista, entre outros importantes objetivos, obter experiência sobre a natureza e execução de contratos desse tipo, inclusive quanto aos aspectos jurídicos, o que efetivamente se conseguiu, através do que a Braspetro firmou em diversos países, a começar pelo Iraque⁴⁹⁵.

Outra contribuição ressaltada pelo Governo foi a de que *a exploração no exterior veio comprovar a eficiência dos técnicos brasileiros com diversas descobertas de petróleo e gás no Egito, Líbia, Argélia, Colômbia, Irã e principalmente no Iraque*⁴⁹⁶. A experiência, adquirida na exploração de bacias petrolíferas em diferentes países, contribuiu para os avanços da pesquisa nas bacias sedimentares localizadas na plataforma continental brasileira – tema que será abordado adiante.

Essa afirmativa pode ser comparada ao relato de Walter Campos quando citou sua experiência no Oriente Médio a pedido de Geisel ainda como presidente da Estatal. Segundo Campos, Geisel *entendia que o chefe da exploração da Companhia devia conhecer outras áreas petrolíferas no mundo*⁴⁹⁷. O resultado dessa viagem o levou a persistir na exploração da Bacia de Campos por não concordar com o diagnóstico preliminar de que ela só possuía poços secos. Em seu texto, ele explica que;

Ao chegar em minha sala de trabalho encontrei um rádio (o nosso atual fax) para assinar, determinando o abandono do 1-RJS-7. Lembrei-me dos calcários Asmari e Yamama que produzem no Irã e Iraque grande quantidade de petróleo vindo de profundidades de cerca de 3,4 e até 5000m. não havíamos sequer penetrado o calcário Macaé. Não assinei o rádio e mandei aprofundar o poço mais 200 m⁴⁹⁸.

O resultado da experiência de Walter nos campos de exploração de petróleo no Oriente Médio foi a descoberta de petróleo na Bacia de Campos.

Toscano, ao delinear sobre a atuação da Braspetro no exterior, explica que ela visava *aumentar as alternativas de suprimento de petróleo e economizar recursos, ao explorar e produzir o óleo em solo estrangeiro por meio dos contratos de joint venture, os quais possibilitaram alcançar condições melhores de preço*⁴⁹⁹, favorecendo assim a importação dos produtos nacionais para os países em que a empresa explorava petróleo.

⁴⁹⁵ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 28.

⁴⁹⁶ CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética...*, p. 194.

⁴⁹⁷ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 64.

⁴⁹⁸ CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil...*, p. 64.

⁴⁹⁹ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 97.

Em 1976, ao fechar um contrato de cláusula de risco com o Iraque, a Braspetro viria a fazer a maior descoberta mundial daquelas duas décadas, a do campo supergigante de Majnoon, com mais de 20 bilhões de barris, devolvido ao Estado iraquiano no início dos anos 80⁵⁰⁰. Leite, ao se reportar sobre o processo de pesquisa e exploração desenvolvidos pela subsidiária no exterior, esclarece que;

Os trabalhos iniciados na República Malgaxe foram abandonados, o mesmo ocorrendo mais tarde com os programas da Colômbia, Irã, Egito e Filipinas. Iniciaram-se outros na China, Guatemala e Angola (já independente). De todas essas pesquisas, a mais importante foi sem dúvida a do Iraque, iniciada em 1973, em função do contrato de risco de 1972; as pesquisas resultaram positivas em prazo muito curto. Em quatro anos faziam-se os testes iniciais da ocorrência de Majnoon, e em janeiro de 1977 confirmava-se descoberta do que viria a constituir-se em campo gigante, com reserva acima de 1 bilhão de m³. Na sequência dos trabalhos, foi descoberto logo outro, de Hahr Umr⁵⁰¹.

A partir de dezembro de 1972, a diretoria da Braspetro solicitou ao presidente da Petrobras, que na época era Ernesto Geisel, a necessidade de a empresa ser autossustentável⁵⁰², possibilitando-a financiar suas atividades com os seus lucros, sem onerar gastos para a Estatal.

Assim, em 1972, a Braspetro possuía um capital social próprio que chegava às cifras de Cr\$ 200 milhões, dos quais Cr\$ 50 milhões integralizados⁵⁰³ em 1976. Nesse mesmo ano, o total aplicado em atividades exploratórias no exterior chegou a US\$ 41.9 mil, ou seja, Cr\$ 452.7 milhões⁵⁰⁴.

⁵⁰⁰ LIMA, Aroldo. *Petróleo no Brasil: ...*, p. 123.

⁵⁰¹ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 226.

⁵⁰² TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 98.

⁵⁰³ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 27.

⁵⁰⁴ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 27.

Tabela 16 - Braspetro - 1976

País	Quantidade de Poços descobertos	Levantamento Sísmico km	Produção
Argélia – Chott Melrhir	1	1.117 km	5.000 mil barris/dia Óleo de 36º API
Colômbia – Campo de Dina.	10	----	2,8 milhões barris.
Egito	4	1.069 km	Potencial produtor de gás.
Filipinas	1	120 km	----
Iraque – Majnoon	1	3.535 metros	Petróleo e óleo
Líbia – Bacia de Sirte	3	1.645 km	----
Total	20	127.366	----

Fonte: Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 27. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

De todos os campos prospectados pela Braspetro em território estrangeiro, o campo de Majnoon, foi o que lhe rendeu mais. Nesse sentido, averigua-se que a atuação da subsidiária estava situada principalmente nos países que compunham a Opep.

Entretanto, o Irã não entrou na planilha por apresentar um caso peculiar;

A perfuração do poço HA-1 foi suspensa ao atingir 4.636 metros, após atravessar várias zonas saturadas de hidrocarbonetos, a partir de 4.290 metros. Estão sendo realizados entendimentos com a *National Iranian Oil Company (NIOC)*, no sentido de acelerar os trabalhos de perfuração exploratória na área de concessão⁵⁰⁵.

Em 1977, o capital social autorizado da Braspetro permaneceu inalterado, situando-se em Cr\$ 200 milhões, tendo seu capital subscrito e integralizado aumentando de Cr\$ 50 milhões para Cr\$ 83,5 milhões⁵⁰⁶. Sendo absorvidos nesse ano, nas operações exteriores, um total de US\$ 62,760 mil situados nos seguintes países;

⁵⁰⁵ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 27.

⁵⁰⁶ Petrobras'77: Relatórios Consolidados..., p. 27.

Tabela 17 - Braspetro - 1977

País	Quantidade de Poços descobertos	Levantamento Sísmico Km	Produção
Argélia – Chott Melrhir	----	32,4 km	2.000 barris/dia
Colômbia – Campos Alto Magdalena	----	----	4,3 milhões de barris
Líbia – Bacia Sirte	2	----	Não revelou presença de óleo
Total	2	32,4 km	6,3 milhões de barris

Fonte: Petrobras'77: Relatórios Consolidados..., p. 27-28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Em 1977, a Braspetro avança na exploração e extração do petróleo em território estrangeiro, estreitando laços também com os países da América do Sul, dessa forma, mantendo contratos com os países que compunham o cartel da Opep.

Os campos suprimidos na tabela se deram porque os dados não foram divulgados pela fonte analisada, por essa razão, dificultando uma análise mais detalhada sobre a quantidade de poços descobertos e os avanços dos estudos sísmicos das áreas exploradas. Ainda em 1977 ocorreram três casos que foram paralisados por problemas jurídicos e/ou de negociações. Esses eventos serão citados de forma descritiva, envolvendo os países Egito, Irã e Iraque;

No Egito, após 3 anos de intensa atividade exploratória no Deserto Ocidental, procedeu-se à reavaliação das perspectivas da área com vistas à fixação das diretrizes a serem seguidas em 1978. No Irã, a retomada das operações ficou condicionada aos resultados de negociações em curso. No Iraque, após a execução do projeto de avaliação da potencialidade da estrutura do campo de Majnoon, através de outras perfurações, apresentou-se à Iraq National Oil Company, Plano Geral para desenvolvimento da jazida descoberta. Foram ainda descobertos novos horizontes de hidrocarbonetos, como consequência de perfuração exploratória ao Norte de Basrah⁵⁰⁷.

No ano seguinte, o capital social autorizado para a subsidiária não foi alterado, permanecendo os mesmos valores de 1977, em que as produções de exploração ficaram;

⁵⁰⁷ Petrobras'77: Relatórios Consolidados..., p. 28.

Tabela 18 - Braspetro - 1978

País	Quantidade de Poços descobertos	Levantamento Sísmico km	Produção
Argélia - Campo de Ras Toumb	5	432 km	3.030 barris/dia/óleo
Colômbia – Campo Alto Magdalena	2/ secos	-----	13.312barris. Total no ano: 4,86 milhões de barris
Líbia – Bacia de Murku	1	554 km	Presença de óleo
Total	8	986	16,342 barris/dia

Fonte: Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 27-28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

De acordo com o quadro acima, observa-se que não houve alteração nas áreas exploradas entre os anos de 1977 e 1978, e que os poços adquiridos na Colômbia não trouxeram os resultados esperados no ano de 1978, com a perfuração de dois poços secos; a extração do óleo nos campos da Argélia se manteve próspero, e o da Líbia vinha avançando com a descoberta de barris de óleo.

Acerca dos trabalhos de exploração no *Egito e no Irã, que em 1977, a Braspetro estava analisando os casos, foram cessados*⁵⁰⁸, devido aos impasses entre os interesses da Estatal brasileira e a dos países cedentes dos poços de petróleo que concederam para a exploração em termos de contrato de risco. Considerando as pesquisas no campo de Majnoon no Iraque, os resultados continuaram positivos como apresentados a seguir;

Novas perfurações no campo de Majnoon confirmaram grandes reservas. Já foram iniciadas as perfurações de desenvolvimento. A perfuração pioneira efetuada no campo de Nahr Umr, confirmou a descoberta de importantes reservas, tendo sido iniciada sua avaliação, os trabalhos de sísmicas efetuados para desenvolvimento nos campos de Majnoon e Nahr Umr abrangeram o lançamento de 272,5 km de linhas⁵⁰⁹.

Ainda em 1978, a Braspetro solicitou autorização do Governo da Guatemala para *participar de pesquisa petrolífera, em associação igualitária com duas outras empresas, tendo já iniciado levantamentos geológicos de superfície e de sísmica*⁵¹⁰.

⁵⁰⁸ Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 28.

⁵⁰⁹ Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 27.

⁵¹⁰ Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 28.

Nota-se que a Braspetro, ora obteve um saldo positivo em suas aquisições no exterior, ora negativas. Todavia, o que é relevante para além dos dados apresentados são as experiências adquiridas e transferidas para a Petrobras e seus funcionários, que vislumbraram outras tecnologias no mercado da exploração do petróleo e seus derivados. Também urge ressaltar o quão importante foi essa experiência que a Braspetro obteve no mercado exterior ao participar dos contratos de risco para aplicação dessa mesma modalidade e prática no Brasil, como apresentadas na fala do discurso do Presidente Geisel, com relação aos contratos de riscos em território nacional.

A seguir, será avaliada a atuação de outra subsidiária da Petrobras que também contribuiu para o projeto desenvolvimentista do governo Geisel, ampliando a exportação do comércio exterior.

3.2.6 - Interbras

A Petrobras Comércio Internacional S.A – Interbras - foi criada em fevereiro de 1976, tendo *como principal objetivo a conquista de novos mercados para nossos produtos tradicionais de exportação e a criação de canais de comercialização de produtos não tradicionais da pauta de exportações e importações do país*⁵¹¹. Sua atuação somou-se às atividades já estabelecidas pela Braspetro a partir de 1972, em território estrangeiro, promovendo os produtos nacionais para a exportação, principalmente para os *países produtores de petróleo, aproveitando as oportunidades comerciais que surgissem*⁵¹², como determinava o II PND e o projeto da política externa brasileira.

Desde 1974 havia indícios de que a Petrobras necessitava criar uma subsidiária para atuar também no comércio exterior, como a Braspetro. Segundo Cunha e Farias, no final do ano de 1974;

Ueki relata a Geisel que a Petrobras estava sendo continuamente solicitada para intermediar negócios de exportação em países em que tinha presença, sem, no entanto, conseguir atender aos pedidos de forma sistemática.

⁵¹¹ Petrobras'76: *Relatórios Consolidados...*, p. 27.

⁵¹² TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 100.

Germinava, então, a ideia de que a empresa poderia ser grande exportadora de produtos brasileiros⁵¹³.

Cunha e Farias, apontam que com o aumento da procura por produtos nacionais por parte dos países participantes da Opep, o Governo brasileiro se viu obrigado a optar pela criação da Interbras, pois;

Em meados de 1975, a elevada expansão das atividades comerciais da Braspetro e a pressão junto ao governo levaram Geisel e Ueki a recuar e aceitar a criação da Interbras, em novembro de 1975. Foi, portanto, a demanda dos importadores por produtos brasileiros e a iniciativa de funcionários do sistema de produção comercial que levaram o governo a criar o que viria a ser a principal iniciativa institucional de expansão do comércio exterior da década de 1970⁵¹⁴.

Sendo assim, a Interbras se transformou em um elo entre os empresários brasileiros com os países estrangeiros, principalmente com os que detinham o monopólio do petróleo, atuando em consonância com a política externa brasileira e com a Braspetro. Segundo Toscano, *a maioria dos empresários não tinha meios de garantir uma operação no exterior à sombra e com garantia da Petrobras. O caminho para o exterior seria aberto ao empresário pela Interbras*⁵¹⁵. Entretanto, a subsidiária em seu primeiro ano de atuação somava um capital autorizado de *Cr\$ 100 milhões - posteriormente aumentado para Cr\$ 300 milhões*⁵¹⁶.

Tabela 19 - Interbras - 1976

Faturamento da Interbras - Cr\$ 1.901 milhões em 1976.

Vendas	No exterior	No Brasil	Agenciamentos
	Cr\$ 1.589 Milhões	Cr\$ 258 Milhões	Cr\$ 54 Milhões

Fonte: Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Ao analisar os números apresentados pela subsidiária logo no primeiro ano de atuação no mercado nacional e internacional, verifica-se que os lucros estavam direcionados para as vendas no exterior ao se comparar com as vendas realizadas no Brasil. Esses dados

⁵¹³ CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979) ..., p. 66.

⁵¹⁴ CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979) ..., p. 66.

⁵¹⁵ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 101.

⁵¹⁶ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 27.

contribuem para reforçar a teoria de que a Interbras corroborou com a divulgação e negociação dos produtos nacionais no mercado estrangeiro.

Até o final do ano de 1974, a subsidiária inaugurou *6 escritórios regionais no País e 10 no exterior. O volume total de negociações em moeda estrangeira superou US\$ 428 milhões, dos quais US\$ 297 milhões em exportações*⁵¹⁷.

Tabela 20 - Negócios executados pela Interbras - 1976

Produto Primário	Manufaturados Exportados	Negociação de Serviço	Importação de Produtos Manufaturados
Soja e seus derivados; café em grão; arroz e carne	Têxteis; máquinas; veículos e equipamentos; calçados e couros	Construção de rodovias na Arábia Saudita; duas indústrias de cerâmica; fornecimento de projetos e equipamentos telefônicos para Nigéria.	Fertilizantes; produtos químicos e farmacêuticos.

Fonte: Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Em 1976, a nova subsidiária da Petrobras elevou as vendas nos campos dos produtos primários, assim contribuindo para a geração de renda e lucro do mercado agro e bovino brasileiro, como soja, café, arroz e a carne. Além de divulgar os produtos do setor primário, a Interbras também negociou e vendeu maquinarias produzidas pelo setor manufatureiro e intermediou a contratação de empresas brasileiras para atuar nas obras de infraestrutura de países africanos e asiáticos.

Os dados referentes à atuação da Interbras são positivos, visto que ela estava em seu primeiro ano de operação. Sua criação e atuação foram estratégicas, sendo incorporadas ao Projeto de desenvolvimento energético empreendida pelo governo Geisel;

Uma estrutura brasileira de comércio exterior adequada. Com efeito, o apoio externo às exportações brasileiras era estruturado nas representações diplomáticas, as quais por problemas de pessoal e de orçamento não conseguiram executar a atividade a contento. Deste modo, mostrava-se atraente para o Governo a criação de uma Companhia Comercial Internacional que oferecia aos exportadores uma estrutura operacional ágil e desburocratizante⁵¹⁸.

Dessa forma, a subsidiária atuava em conjunto com a política externa brasileira, que buscava novos parceiros comerciais para o Brasil e com a Braspetro, que atuava na

⁵¹⁷ Petrobras'76: Relatórios Consolidados..., p. 28.

⁵¹⁸ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 101.

exploração do petróleo internacional por meio dos contratos de cláusula de risco. Esse tripé atuava em prol do equilíbrio da balança comercial favorável brasileira para atenuar com os gastos oriundos da compra do barril do petróleo e seus derivados. Assim;

Além de sua atuação estratégica para o Governo, a Interbras também favoreceu a expansão e divulgação dos produtos nacionais fora do país: A Interbras apresentava-se como instrumento para que os empresários colocassem seus produtos no exterior, pois a alternativa seria a criação de infraestrutura ou empresa própria para poder atuar no mercado internacional. Dava-se preferência a Interbras, porque ela era capaz de proporcionar ao empresário médio a oportunidade de oferecer seus produtos nos mercados externos sem embaraços, consideradas as condições da época⁵¹⁹.

Muitos empresários brasileiros não tinham condições de negociar com o mercado externo, devido à dificuldade com a língua, transporte, armazenagem, legislação e regulamentações a respeito do produto, logo, ficando sob a responsabilidade da Interbras esses assuntos.

Nesta condição, em 1977, a subsidiária apresentava um *capital subscrito e integralizado de Cr\$ 240 milhões, dos 300 milhões autorizados*⁵²⁰, alcançando um faturamento anual de *Cr\$ 7.388 milhões, sendo que Cr\$ 5.112 milhões realizados pela sua controlada, Interbras Cayman*⁵²¹ *Company*⁵²².

Tabela 21 - Negócios executados pela Interbras - 1977

Produto Primário	Manufaturados Exportados	Negociação de Serviço	Importação de Produtos Manufaturados
café em grão; carne e milho.	Fios têxteis; tratores; calçados e ferro gusa.	Construção da rodovia Safwa-Al-Jubail, na Arábia Saudita, orçada em US\$ 40 milhões	Fertilizantes; produtos químicos.

Fonte: Petrobras'77: Relatórios Consolidados..., p. 28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

⁵¹⁹ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 103.

⁵²⁰ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 28.

⁵²¹ Petrobras'77: *Relatórios Consolidados...*, p. 28.

⁵²² Em 1976, também foi criada a Interbras Cayman nas Ilhas de mesmo nome. No entanto, essa empresa era restringida a uma conta bancária registrada e administrada pela diretoria da Interbras no Brasil, a qual possibilitava a operação com moedas fortes, livre de impostos, de sucessivas crises cambiais e de quedas de reserva do Banco Central. TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 104.

Em 1977, a subsidiária manteve a negociação e divulgação dos produtos primários do mercado brasileiro para contrabalançar os déficits da balança comercial, além de intermediar a venda de manufaturados, mantendo as negociações entre os países árabes detentores dos petrodólares com empresas de infraestrutura brasileiras.

Sobre a atuação da Interbras nesse ano, Toscano cita uma manobra estratégica do Governo para equilibrar as reservas energéticas brasileiras;

O Ministro da Fazenda informou ao Vice-Presidente Executivo da Interbras, Dr. Carlos Sant'Anna a inexistência de reservas para a importação de petróleo, insumo essencial para a manutenção de diversos setores da economia nacional. Na ocasião, o Ministro solicitou ao Vice-Presidente a composição de algum arranjo com os países árabes para que o abastecimento de óleo não fosse comprometido⁵²³.

O resultado dessas negociações foi favorável aos interesses brasileiros, marcando a ação do Governo frente às operações realizadas por suas empresas.

No ano de 1978, o capital subscrito e integralizado da Interbras aumentou passando para *Cr\$ 442 milhões dos Cr\$ 600 milhões autorizados*⁵²⁴. Seu faturamento no final do ano chegou à marca de *Cr\$ 9,3 bilhões, cerca de Cr\$ 3,7 bilhões foram realizados por intermédio de sua controlada, Interbras Cayman Company*⁵²⁵.

Tabela 22 - Negócios executados pela Interbras - 1978

Produto Primário	Manufaturados Exportados	Negociação de Serviço	Importação de Produtos Manufaturados
Soja e derivados; café e cacau.	Têxteis; tratores; eletrodomésticos; calçados e ferro gusa; produtos químicos e petroquímicos.	Construção de dois hotéis no Iraque; três centros residenciais na Argélia; e a construção da ferrovia Bagdá-Hsaibah, no Iraque.	Fertilizantes; produtos químicos e carne bovina

Fonte: Petrobras'78: Relatórios Consolidados..., p. 28. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Em 1978, a Interbras comercializa pela primeira vez produtos químicos e petroquímicos desenvolvidos no Brasil. Dentro do setor de manufaturados, mantiveram-se

⁵²³ TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ...*, p. 105.

⁵²⁴ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p. 28.

⁵²⁵ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p. 28.

as negociações de alimentos e a atuação das empresas brasileiras nas obras de infraestrutura no mercado exterior.

Com a criação da Interbras contribuindo com a ampliação das vendas dos produtos nacionais no mercado internacional, principalmente nos que compunham a Opep, verificou-se que;

As exportações para países em desenvolvimento não exportadores de petróleo passaram de US\$ 1,3 bilhão em 1974 para US\$ 3,7 bilhões em 1979, e as exportações para os países exportadores de petróleo subiram de US\$ 460 milhões para 670 milhões no mesmo período⁵²⁶.

No final de 1979, a Interbras superou em 50,7% o montante registrado no ano anterior, destinando-se os embarques a 65 países⁵²⁷ a venda dos produtos brasileiros.

Por meio dos dados apresentados procuramos ampliar o debate em torno das fontes alternativas para o setor energético lideradas pela Petrobras, assim como a criação de duas importantes subsidiárias, que juntamente com a Estatal brasileira buscaram alcançar soluções em curto, médio e longo prazo para o País em termos de geração de energia. O objetivo seguinte será apresentar as pesquisas desenvolvidas no campo sísmico, geológico e geofísico desenvolvidos nessa época para descobrir novos poços de petróleo no território nacional, com vistas à conquista da autossuficiência energética dentro dos limites da plataforma continental brasileira.

3.3 – Plataforma Continental: Uma conquista da Petrobras e do Governo Brasileiro

Após a publicação da Lei nº 2004 a Petrobras S.A passou a operar em 3 de outubro de 1953, como uma empresa de monopólio 100% estatal, tendo como atribuições;

Art. 1º - Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II – A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no país, e bem assim o transporte, por

⁵²⁶ CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979) ..., p. 64.

⁵²⁷ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 29.

meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem;⁵²⁸

A Lei nº 2004 estabelecia que era responsabilidade da Petrobras todo o processo de pesquisa, produção, extração, transporte e refino, para fins do petróleo e seus derivados. Esse foi o motivo que levou Geisel, ainda como presidente da Estatal, a negar a proposta de abertura dos contratos de risco para empresas nacionais e estrangeiras atuarem no campo de pesquisa e exploração de novos poços de petróleo tanto em terra – *onshore* –, quanto no mar – *offshore* –, como verificado anteriormente.

Desde sua criação, a Estatal foi atuante durante os dez primeiros anos, operando em atividades exploratórias em *Tabuleiro dos Martins e Coqueiro Seco, em Alagoas (1957), Carmópolis, em Sergipe (1963) e Miranga, na Bahia (1965)*⁵²⁹. Mas, mesmo com as descobertas de poços terrestres, a empresa não conseguia *produzir óleo cru suficiente para atender a todos o consumo doméstico*⁵³⁰.

Durante as décadas de 1950 a 1970, a Petrobras chegou a produzir *mais de 10 milhões de metros cúbicos*⁵³¹ de petróleo. Entretanto, a partir de 1974, verificou-se nos *relatórios de atividades da Petrobras, estagnação no que diz respeito à produção de óleo cru, o mesmo ocorrendo com as reservas situadas em 1971 na casa de 136 milhões de metros cúbicos*⁵³².

Com a retração nas descobertas de novos poços terrestres, Leite observa que foram ampliadas *as discussões de nível técnico e, principalmente político, sobre as possibilidades do petróleo em terra, começaram a reforçar-se, no âmbito da Petrobras, os estudos e análises preliminares sobre o potencial da Plataforma Continental*⁵³³.

Entende-se que a questão sobre a plataforma continental teve registro pela primeira vez no Brasil, em 8 de novembro de 1950, sob o Decreto Nº 28.840 que estabelecia;

O Presidente da República, considerando que a plataforma submarina, que borda os continentes e ilhas e se prolonga sobre o alto mar, é um verdadeiro território submerso e constitui com as terras a que é adjacente, uma só unidade geográfica;

⁵²⁸ Legislação do Petróleo. Editado pelo Serviço de Relações Públicas Petróleo brasileiro S.A; Petrobras Jurisdicionada ao Ministério das Minas e Energia. Rio de Janeiro: Gráfica Barthel S.A, 3º edição, 1971, p. 15.

⁵²⁹ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas*: ..., p. 111.

⁵³⁰ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 185.

⁵³¹ CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 185.

⁵³² CARVALHO, Getúlio. *A Petrobrás*: ..., p. 185.

⁵³³ LEITE. Antônio Dias. *A Energia do Brasil*..., p. 177.

Considerando que o interesse da declaração da soberania, ou do domínio e jurisdição dos Estados, sobre a parte assim acrescida ao território nacional, tem avultado em consequência da possibilidade, cada vez maior da exploração, ou do aproveitamento das riquezas naturais aí encontradas⁵³⁴.

Observa-se que o Decreto acima traz como termo da época a plataforma submarina. Leite explica que o termo de plataforma continental surgiu após;

A Convenção de Genebra de 1958, realizada no âmbito das Nações Unidas, cujo título foi convenção sobre a Plataforma Continental. Onde, o leito do mar e o subsolo das regiões adjacentes às costas, mas situadas fora do mar territorial, até uma profundidade de 200 metros ou, além desse limite, até o ponto em que a profundidade das águas adjacentes permita o aproveitamento dos recursos naturais das referidas regiões⁵³⁵.

Após a Convenção de Genebra, os Estados passaram a usar o termo técnico científico de plataforma continental, cabendo aos mesmos o monopólio de explorar as riquezas minerais e animais do seu território, de forma a obrigar as embarcações estrangeiras a pedirem permissão para ultrapassar as fronteiras nacionais.

Em 26 de agosto de 1968, por meio do Decreto N° 63.164, é definida sua equivalência;

Parágrafo único. As expressões “plataforma submarina”, “plataforma continental” e “plataforma continental submarina”, são equivalentes para exprimir o objeto do presente Decreto.

Art. 4º. Sob a denominação de “pesquisa”, englobam-se todas as atividades, na plataforma continental submarina ou em águas do mar territorial ou interiores referentes a filmagem e gravação para fins científicos, estudo ou investigação litográfica, oceanográfica e de prospecção⁵³⁶.

O Decreto esclarece sobre o emprego da expressão da plataforma continental e suas variantes a partir de 1968.

A Petrobras, ao longo da década de 1960, estava investindo para melhorar seus resultados criando o CENPES. Esse Centro tinha por finalidade desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento e engenharia básica, ficando como atribuições a serem seguidas formar e qualificar a mão de obra necessária para as atividades de pesquisa e prospecção de petróleo⁵³⁷.

Em 1965 foi criado o Departamento de Exploração e Produção – DEXPRO –, sob o comando de Carlos Walter Marinho Campos, que tinha como responsabilidade avançar nos

⁵³⁴ Legislação do Petróleo. Editado pelo Serviço de Relações Públicas Petróleo brasileiro S.A.; ..., p. 253.

⁵³⁵ LEITE. Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 174.

⁵³⁶ Legislação do Petróleo. Editado pelo Serviço de Relações Públicas Petróleo brasileiro S.A.; ..., p. 257.

⁵³⁷ Vide página 109.

assuntos referentes ao aperfeiçoamento e melhorias nos campos da exploração e produção do petróleo, somando esforços e estudos com o CENPES no avanço da pesquisa geológica e geofísica para a prospecção na plataforma continental.

O Brasil teve como parâmetro a pesquisa desenvolvida no Golfo do México em torno do estudo e prospecção em plataforma continental, entre os anos de 1940 a 1950, avaliando as possíveis dificuldades que poderiam encontrar ao explorar *áreas distantes das costas resultando na descoberta de jazidas de petróleo de difícil extração no mar*⁵³⁸. A dificuldade em extrair o petróleo no mar levou as empresas a criarem;

(...) seus próprios centros de P&D e se associaram a instituições científicas, universidades e empresas detentoras de capacitação e conhecimentos para o desenvolvimento das inovações requeridas na exploração e produção offshore⁵³⁹.

Sob o Comando de Carlos Walter Marinho Campos, na DEXPRO, e os estudos desenvolvidos pelo CENPES, em 1967, foi apresentada *a primeira exposição sobre realizações e projetos de campo*⁵⁴⁰. No ano seguinte, a Petrobras contratou a *sonda Vinnegaroon, que foi para o litoral do Espírito Santo (...) seguindo depois para Sergipe, onde a perfuração resultou na descoberta do campo de Guaricema, o primeiro no mar*⁵⁴¹.

Após a perfuração do primeiro poço de petróleo *offshore* em 1968, no Espírito Santo e em Sergipe, foram encontrados na costa sergipana *óleo pela primeira vez na plataforma continental brasileira*⁵⁴². Todavia, demorou para a Petrobras encontrar novos poços de petróleo e, mesmo havendo investimentos *no litoral do Sul da Bahia, Espírito Santo e costa de São Paulo, as perfurações feitas também não deram em óleo*⁵⁴³.

Com os avanços das pesquisas na plataforma continental brasileira foi publicado o Decreto-Lei, em 25 de março de 1970, alterando os limites do mar territorial segundo o Art. 1º *O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha do baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras*⁵⁴⁴.

⁵³⁸ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 83.

⁵³⁹ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 83.

⁵⁴⁰ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 178.

⁵⁴¹ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 178.

⁵⁴² LIMA, Aroldo. *Petróleo no Brasil: ...*, p. 124.

⁵⁴³ LIMA, Aroldo. *Petróleo no Brasil: ...*, p. 125.

⁵⁴⁴ Legislação do Petróleo. Editado pelo Serviço de Relações Públicas Petróleo brasileiro S.A; ..., p. 261.

Esses avanços contaram também com a intervenção da política externa nacional.

Segundo Reis Filho;

Consoantes as tradições nacional-estatistas, o novo governo começou a vibrar acordes autonomistas. A orientação retomava, e ampliava, o que fizera o governo anterior, quando afirmava unilateralmente a extensão da soberania brasileira às duzentas milhas da costa, algo que nas relações internacionais ainda estava sujeito a controvérsias políticas e jurídicas⁵⁴⁵.

A exploração do campo de Guaricema foi iniciada em 1973, cinco anos depois de sua descoberta no litoral de Sergipe, e essa demora justifica-se pelo fato de que o País estava tendo um *aprendizado prático da produção no mar, para avançar nas planejadas explorações que se seguiam, uma vez que o baixo preço do barril de petróleo não justificava, em cálculos econômicos, investimentos em plataformas fixas*⁵⁴⁶.

Geisel apresentou a mesma argumentação com relação à demora entre a descoberta e a extração do petróleo que ocorria na Petrobras. Em discurso do dia 09 de outubro de 1975, ele explicou que;

Enquanto os preços do petróleo bruto eram moderados e relativamente baixos, a ponta de sua influência no balanço de pagamentos ser suportável, não tínhamos excepcional interesse imediato em descobrir todos os nossos recursos em petróleo, nem muito menos, em ativar em maior escala sua produção, mediante o emprego de meios financeiros superiores aos de nossas disponibilidades normais. Achávamos que, em muitos casos, era preferível sermos comedidos na produção de nossos campos de petróleo, a fim de lhes prolongarmos a vida útil. Como o presente de então não era crítico, preferíamos agir de maneira a não sacrificar o futuro⁵⁴⁷.

Entre os anos de 1973 e 1974, o que antes era feito de forma moderada, passou a ser prioridade para o Governo e para a Petrobras: a área de *exploração da plataforma submarina*⁵⁴⁸, com a determinação de descobrir e fazer os estudos sísmicos de possíveis campos petrolíferos, após 1973 foi verificado que os *investimentos em pesquisa cresceram entre 1973 e 1976, estabilizando-se a partir daí*⁵⁴⁹. Ressalta-se que, em 1974, as pesquisas sísmicas avançaram gerando resultados favoráveis;

O esforço preparatório das pesquisas no mar passou a produzir resultados seguidos. Depois do campo de Guaricema, no litoral de Sergipe, teve início uma sucessão de descobertas no mar, com as do campo de Garoupa (1974),

⁵⁴⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: ..., p. 96-97.

⁵⁴⁶ MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas*: ..., p. 113.

⁵⁴⁷ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 28.

⁵⁴⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil...*, p. 29.

⁵⁴⁹ LEITE. Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 224.

Namorado (1975), Cherne e Enchova (1976) e Pampo (1977). As reservas atingiram 622 milhões de barris provados até 1978, montante quase equivalente ao saldo remanescente, em 1973, de todas as descobertas nos vinte anos⁵⁵⁰.

Os avanços nas descobertas de novos poços de petróleo, e o início da exploração de forma ágil, era uma determinação do Governo descrita no documento do II PND, que desejava *reduzir o prazo entre a descoberta de um campo e o seu início de exploração comercial. Nos próximos dois a três anos, somente com os jazimento da já descoberta, será possível aumentar apreciavelmente a participação da produção nacional*⁵⁵¹.

Até o ano de 1975, o país não fabricava plataformas fixas e equipamentos utilizados para a exploração em águas rasas, *mas a partir daquele ano começou a construção no Brasil de plataformas fixas de produção, por meio de consórcios de firmas nacionais e estrangeiras*⁵⁵², nesse ínterim, iniciando a construção da Plataforma Petrobras IV que teria a capacidade de perfuração em lâmina d'água de 33 metros de profundidade;

Pelos Sistemas Provisórios de Produção, teve início no Brasil, por consórcio de firmas estrangeiras e nacionais, a construção das plataformas fixas para a produção de petróleo, através de sistemas definitivos. Em agosto de 1977, começou a produção de petróleo no campo de Enchova, através de um sistema provisório, com plataforma flutuante e árvore-de-natal seca.⁵⁵³

Esse foi o resultado da política nacional-desenvolvimentista que se pautava no *desenvolvimento tecnológico e científico tornando-se um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico nacional, mas, sobretudo, um fundamental instrumento de construção da grande potência*⁵⁵⁴.

O CENPES contribuiu para os avanços das pesquisas tecnológicas necessárias para aprimorar as técnicas de exploração em águas rasas na plataforma continental, respeitando as diretrizes do II PND e os avanços exploratórios. Para isso, o CENPES desenvolveu avaliações *geoquímicas das bacias da plataforma continental brasileira, tendo sido*

⁵⁵⁰ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 224.

⁵⁵¹ República Federativa do Brasil. *II PND: ...*, p. 82.

⁵⁵² MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: ...*, p. 113.

⁵⁵³ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993, p. 125.

⁵⁵⁴ BACELLOS, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da "Grande Estratégia" do governo Geisel: ...*, p. 53.

O mapa acima ilustra a projeção da exploração da Petrobras na plataforma continental, situada na região do litoral do Rio de Janeiro, assim como as instalações das plataformas petrolíferas e onde estavam localizados os campos de petróleo, na década de 1970.

Assim, de acordo com os relatórios da Petrobrás, os resultados exploratórios na plataforma continental brasileira ao longo dos anos de 1976 a 1978, foram:

Tabela 23 - Plataforma Continental - 1976 a 1978

Área	1.000 m ³	1.000 Barris	%
Plataforma Continental 1976	1.315	8.272	13,6
Plataforma Continental 1977	2.227	14.008	23,9
Plataforma Continental 1978	----	9.305	12,9
Total	3.542	31.585	50,4

Fonte: Dados retirados dos Relatórios da Petrobras de 1976, 1977 e 1978. O Relatório de 1978, não estava fornecendo a primeira informação. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Nos dados supracitados, nota-se que há variações da produção do petróleo *offshore*, entretanto, os investimentos estavam surtindo efeito. Portanto, no ano de 1977, a produção teve uma grande elevação quando comparadas aos anos 1976 e 1978.

o Governo intensificava suas expectativas sobre sua Estatal, ampliando sua meta com relação as atividades exploratórias. Na tabela abaixo pode-se analisar as atividades em bacias *onshore* no ano de 1979.

Tabela 24 - Bacia Sedimentares Terrestre - 1979

Localização das Bacias Terrestres
Alto Amazonas; Maranhão; Barreirinhas; Alagoas; Recôncavo; Paraná.
Total – 6

Fonte: Dados extraídos: Petrobras'79: Relatórios Consolidados..., p. 13.

A Petrobras ampliou suas áreas de exploração e prospecção de petróleo nas bacias que se estendem entre as regiões norte, nordeste e sul.

Em seguida, é possível observar os dados referentes à exploração na Plataforma Continental no mesmo ano.

Tabela 25 - Plataforma Continental - 1979

Localização das Bacias na Plataforma Continental
Foz do Amazonas; Pará-Maranhão; Piauí-Ceará; Potiguar; Bahia-Sul; Espírito Santo; Campos e Santos
Total – 8

Fonte: Dados extraídos: Petrobras'79: Relatórios Consolidados..., p. 13.

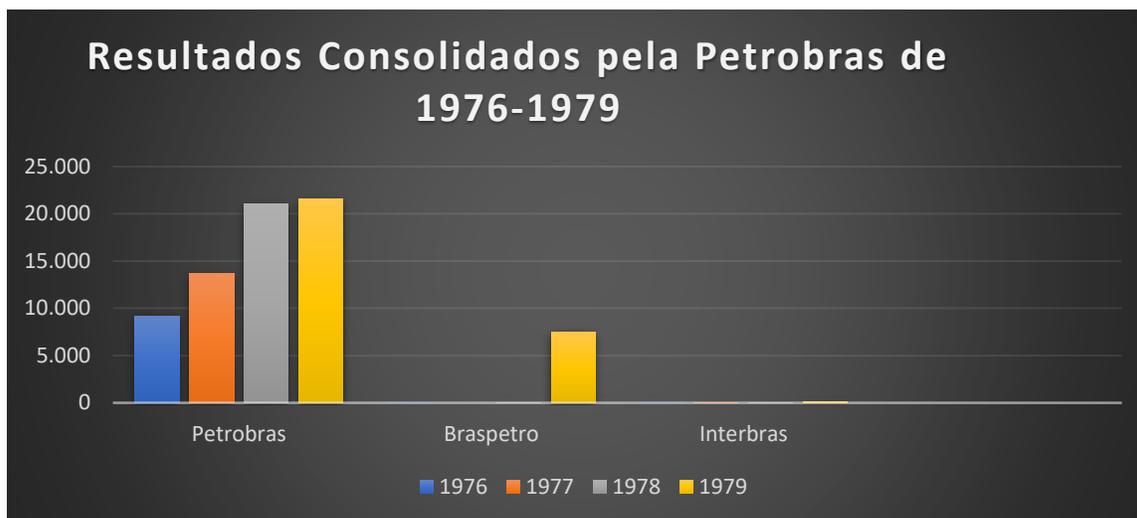
De acordo com as tabelas, organizadas com dados de relatórios da Petrobrás, torna-se evidente que as explorações oriundas de bacias marítimas ocorrem em maior escala que as terrestres, englobando as regiões norte, nordeste e sudeste.

Os resultados de uma política voltada para a pesquisa e tecnologia podem ser constatados onde elevou-se o número de bacias *onshore* e *offshore* exploradas somando em 1979 o total de 117, com incremento de 25% sobre o dado do ano anterior. No continente, o esforço exploratório concentrou-se nas Bacias de Alagoas/Sergipe e do Espírito Santo⁵⁵⁷. E o resultado alcançado na exploração da plataforma continental chegou a 75 locações exploratórias (64% no total). A Bacia de Campos continuou como palco do maior esforço exploratório, com 40 locações concluídas e 7 perfurações⁵⁵⁸. Tendo em vista esses dados, o os rendimentos da Petrobras entre os anos de 1976 a 1979, foram:

⁵⁵⁷ Petrobras'79: Relatórios Consolidados..., p. 14.

⁵⁵⁸ Petrobras'79: Relatórios Consolidados..., p. 14.

Tabela 26 - Resultados Consolidados da Petrobras - 1976-1979



Dados produzidos com base nos relatórios da Petrobras de 1976 a 1979. Esta tabela foi elaborada para esse trabalho.

Os valores alcançados pela Petrobras no ano de 1979 foi de *Cr\$ 21.566 milhões*⁵⁵⁹. Nota-se que o lucro bruto produzido pela Empresa, mesmo com a segunda crise do petróleo, manteve-se em crescimento. Os lucros da Braspetro e Interbras quase não ficam visíveis no gráfico devido a produção geral da Estatal, mas, agregaram valor e lucro à Petrobras e ao País, tendo a primeira obtido um lucro se *Cr\$ 7.514 milhões*⁵⁶⁰, e a segunda, um resultado de *Cr\$ 142 milhões*⁵⁶¹.

A Estatal contribuiu para o crescimento econômico nacional, adicionando à economia brasileira a soma de *Cr\$ 80 bilhões, representando 1,6% do valor estimado para o PIB*⁵⁶². E, no que tange ao desempenho *de suas atividades operacionais e de investimentos, a Petrobras aplicou Cr\$ 14,5 bilhões nas aquisições de bens e serviços no mercado interno, constituindo-se em expressivo apoio à indústria nacional*⁵⁶³.

Após a análise desses dados, é possível concluir que a Petrobras S.A. cumpriu com os objetivos traçados pelo Governo, por meio do II PND, que indicava;

Haverá esforço especial de reduzir o prazo entre a descoberta de um campo e o seu início de exploração comercial. Nos próximos dois a três anos,

⁵⁵⁹ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 34.

⁵⁶⁰ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 34.

⁵⁶¹ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 34.

⁵⁶² Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 12.

⁵⁶³ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 12.

somente com os jazimentos já descobertos, será possível aumentar apreciavelmente a participação da produção nacional do consumo⁵⁶⁴.

Esses resultados foram alcançados por intermédio dos centros de pesquisa – CENPES e DEXPRO – que conseguiram alcançar a meta estipulada pelo Governo Federal, como observada na citação acima, movimentando os setores econômicos e políticos após a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, causando impactos também na bolsa de valores, como descreve Cunha e Farias;

A bolsa de valores teve alta e investidores revisaram para cima a capacidade de endividamento do Brasil, mesmo havendo fontes técnicas indicando que a diminuição significativa da dependência do petróleo estrangeiro ainda estava longe de ser alcançada. O clima de euforia se reforçava com os estudos da própria Petrobras indicando que a produção nos novos campos poderia preencher 75% do consumo nacional dentro de 4 ou 5 anos⁵⁶⁵.

A meta de 75%, estipulada pelo Estatal, só fora alcançada a partir de 1990. Todavia, a esperança de um *aumento expressivo da autossuficiência estava próximo e ajudou aos decisores a conceber um quadro bem menos instável para a economia brasileira em médio prazo*⁵⁶⁶.

⁵⁶⁴ República Federativa do Brasil. *II PND*: ..., p. 82.

⁵⁶⁵ CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979). *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2011, vol.54, n.2, pp.46-69. ISSN 0034-7329. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292011000200003>.

⁵⁶⁶ CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979) ..., p. 52.

Considerações Finais

Ao longo dos três capítulos da Dissertação buscou-se apresentar e problematizar a política econômica-desenvolvimentista estabelecida pelo governo Geisel, a fim de manter o crescimento econômico e energético do país após a crise do petróleo de 1973.

Verificou-se, para tal, os meios utilizados pelo Governo para suprir o déficit energético, especialmente com a Petrobras e o desenvolvimento de programas secundários para a produção energética, como a utilização da gaseificação do carvão, do óleo de xisto e do Proálcool. Ademais, outros investimentos também ocorreram por intermédio da Braspetro – subsidiária da Petrobras – que atuava na pesquisa e extração do petróleo em território internacional desde 1972, o que contribuiu para a formulação dos contratos de cláusula de risco, iniciados no Brasil a partir de 1976, incitadas por suas experiências no exterior.

Esse tipo de contrato foi questionado quanto ao domínio do monopólio da exploração do petróleo em território nacional, segundo as normas da exploração e defesa da plataforma continental aprovadas na década de 1960. Entretanto, o Governo autorizou que empresas nacionais e estrangeiras pudessem participar desse tipo de contrato, e suas motivações foram os altos valores da exportação do petróleo e seus derivados após a crise de 1973, e os altos valores embutidos no preço do barril do petróleo internacional.

Além dos contratos de risco no Brasil, a Braspetro também favoreceu a criação de uma outra subsidiária para atuar em conjunto com a Petrobras. Em 1976, a Interbras iniciou seu programa de ampliar as relações comerciais entre o Brasil e os atores comerciais internacionais. Por intermédio de suas ações, produtos nacionais foram comercializados entre o Brasil e os países latinos, africanos e principalmente asiáticos. Sua atuação contribuiu para reduzir o déficit da balança comercial brasileira entre os anos de 1976 a 1979. Ainda observando as contribuições oriundas do sistema Petrobras, evidencia-se a evolução do programa voltado para a plataforma continental, que necessitou de um volume alto de investimento por parte do Governo brasileiro para que ocorressem as descobertas de petróleo no setor *offshore*.

Portanto, com a atuação da política externa brasileira, a Petrobras adquiriu investimentos necessários para desenvolver os estudos e prospecções nas bacias sedimentares. Os resultados foram positivos, pois o Governo e a Petrobras conseguiram diminuir o tempo de pesquisa e extração, ampliando a produção de barris de petróleo

alcançando o somatório de 622 milhões de barris provados até 1978, montante quase equivalente ao saldo remanescente, em 1973, de todas as descobertas nos vinte anos desde Lobato (742 milhões de barris)⁵⁶⁷.

Mesmo com um cenário não favorável para um desenvolvimento nacional nos moldes sugeridos pelo Presidente, e em meio a uma grave crise econômica dentro do sistema internacional que favorecia a prática protecionista de alguns países desenvolvidos, o governo Geisel manteve as aspirações de desenvolver o setor energético, como havia anunciado no discurso de posse, e nas definições elaboradas do II PND, investindo em *petróleo, energia e insumos básicos*⁵⁶⁸. Sua política nacional-desenvolvimentista permitiu que fossem descobertas *reservas conhecidas de petróleo aumentaram 44%*⁵⁶⁹.

Na avaliação de Fausto, a opção do Governo em optar por permanecer com a política desenvolvimentista estava pautada *em avaliações tanto econômicas quanto políticas. A insistência no crescimento mostrou como era forte a crença nos círculos dirigentes de que o Brasil era um país predestinado a crescer*⁵⁷⁰. Outra conclusão que ele apresenta sobre as medidas adotadas por Geisel durante um momento atípico na economia mundial é a de que *o II PND sofreu os azares da recessão internacional e da elevação da taxa de juros, tendo também um problema de fundo. Ele se adequava a um esquema de industrialização em via de ser superado nos países do Primeiro Mundo*⁵⁷¹. E finaliza acrescentando que, *a partir do II PND, alguns ganhos importantes foram alcançados na substituição de importações, especialmente do Petróleo*⁵⁷².

Com base nesses dados, é possível afirmar que o país avançou durante os anos de 1974 a 1979, em relação à pesquisa e tecnologia para os estudos sísmicos, geológicos e geofísicos. A Petrobras fez grandes descobertas de novos poços *offshore*, que até então pareciam ser apenas um sonho distante da realidade nacional. Essas conquistas se transformaram em legados que contribuíram para o avanço brasileiro até a presente data no campo do petróleo e das fontes alternativas da energia.

⁵⁶⁷ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil...*, p. 224.

⁵⁶⁸ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico...

⁵⁶⁹ GEISEL, Ernesto. Acervo de verbete Bibliográfico...

⁵⁷⁰ FAUSTO, Boris. *A História Concisa do Brasil...*, p. 274.

⁵⁷¹ FAUSTO, Boris. *A História Concisa do Brasil...*, p. 274.

⁵⁷² FAUSTO, Boris. *A História Concisa do Brasil...*, p. 275.

Skidmore, ao analisar a política desenvolvimentista empregada por Geisel explica que ela estava pautada em um *compromisso com projetos de investimentos públicos de larga escala*⁵⁷³, como os programas desenvolvidos pela Petrobras – como foram apresentados nessa dissertação. O Governo almejava *alcançar a autossuficiência em energia e aumentar as exportações. Mas todos esses projetos demandariam anos de investimentos antes de qualquer retorno significativo*⁵⁷⁴.

Contudo, averiguou-se nos capítulos I e III que os presidentes-gerais davam continuidade às agendas políticas-econômicas do Governo anterior, alterando questões pontuais para se adequarem à política doméstica e externa. As ações e medidas adotadas para a ampliação do setor energético tinham como metas resultados de médio e/a longo prazo.

Todavia, não há como dimensionar a crise energética que se instaurou durante a década de 1970 sem avaliar a perspectiva e os impactos que esta causou ao sistema internacional. No entendimento de Eric Hobsbawm sobre esse período, a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente⁵⁷⁵.

Outro ponto relevante, aludindo à perspectiva global de Hobsbawm, foi como ele diagnosticou a reação dos governantes, principalmente dos países em desenvolvimento – como era o caso do Brasil – sobre os impactos que a crise de 1973 poderia causar na economia e na política

O programa político da maioria dos governos na década de 1970, e as políticas da maioria dos Estados, baseavam-se na suposição de que os problemas da década de 1970 eram apenas temporários. Um ano ou dois trariam a volta da velha prosperidade e crescimento. Não havia necessidade de mudar os programas que haviam servido tão bem durante uma geração. Essencialmente, a história dessa década foi de governos comparando tempo – no caso de Estados de Terceiro Mundo e socialistas, muitas vezes pela entrada pesada no que esperavam fossem dívidas de curto prazo⁵⁷⁶.

⁵⁷³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985) ...*, p. 405.

⁵⁷⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985) ...*, p. 405.

⁵⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 393.

⁵⁷⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: ...*, p. 398.

Nas palavras de Hobsbawm, os governos latinos não tinham dimensão da extensão temporal da crise de 1973, acreditando que ela seria passageira, sem comprometer o crescimento econômico do País.

Com relação a esse período, o presidente Geisel, em discurso no ano de 1975, mesmo com a crise do petróleo, se referia ao legado do “milagre econômico”, vivenciado pelo Governo anterior, optando em manter os investimentos para o desenvolvimento nacional, abandonando a linha da estagnação e recessão. Outro ponto sobre o qual merece destaque é que o discurso do Presidente no ano seguinte mudou de tom – vide capítulo II - ao reconhecer que subestimou a duração da crise e seus efeitos. Logo, a partir desse mesmo ano, foi iniciada uma nova etapa para o desenvolvimento nacional, na qual se consentiu a abertura do País aos contratos de risco no território nacional e a Petrobras criou a Interbras. Com isso, nessa mesma época, o Presidente viajou a negócios para países estratégicos como Inglaterra, França e Japão.

Para Skidmore, em 1976, *o governo Geisel considerou a crise energética tão aguda que não se arreceou de violar um velho tabu nacionalista, firmando “contratos de risco” com firmas internacionais para a exploração de petróleo no Brasil*⁵⁷⁷. Geisel, em entrevista, reforçou que também não era favorável ao uso dos contratos de risco, mas que no final acabou concordando e foi à televisão anunciar a decisão de autorizar esse tipo de contrato⁵⁷⁸.

O golpe maior para a política nacional-desenvolvimentista do Governo foram as altas do petróleo iniciadas a partir de 1978, após a Conferência de Abu Dabi. Nesse encontro, *os países membros da OPEP decidiram aumentar de forma escalonada os preços do Petróleo, sendo de 5% a 1º de janeiro, a 1º de abril, de 2,294% a 1º de julho e de 2,691 a 1º de outubro*⁵⁷⁹. A escalonada de preços iniciada em 1978, acarretou fatores complicadores para as finanças da economia nacional brasileira.

Em 1979, o cenário internacional novamente pairou no campo das incertezas, em uma conjuntura na qual

Às pressões inflacionárias e à instabilidade nos mercados cambiais, onde o dólar norte-americano continuou sendo desvalorizado, verificou-se maior rigor na política monetária de diversos países, sobretudo no decorrer do

⁵⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985) ...*, p. 406.

⁵⁷⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel...*, p. 307.

⁵⁷⁹ Petrobras'78: *Relatórios Consolidados...*, p. 6.

segundo semestre, com elevação das taxas de juros, especialmente nos Estados Unidos, que se refletiu nas taxas do mercado do eurodólar. Esse quadro agravou-se a partir da eclosão da crise política do Irã⁵⁸⁰.

A crise no Irã⁵⁸¹ é tratada como a segunda crise do petróleo, na qual *a primeira crise havia provado a força da “arma do petróleo”*. *A segunda pusera nua a instabilidade política do Oriente Médio*⁵⁸². Porém, mesmo com aumento dos barris de petróleo a partir de 1978, o registro do *Produto Interno Bruto brasileiro expandiu-se à taxa aproximada de 6%*⁵⁸³ no ano de 1979. Todavia, os impactos causados pelo segundo choque do petróleo atingiram de forma negativa a economia, elevando os índices da *inflação interna no ano que atingiu 77,2%, o maior nível verificado nos últimos 15 anos*⁵⁸⁴. E mesmo com todos os esforços empreendidos pelo Governo e a Petrobras, a Balança Comercial constou um déficit *da ordem de US\$ 2,7 bilhões*⁵⁸⁵.

Os problemas que Fausto aponta em sua análise sob a gestão econômica do Governo estavam relacionados;

A relativa contenção da inflação que vinha sendo feita à custa de artifícios, entre eles o da oferta de bens produzidos pelas empresas estatais a preço abaixo do custo, o que tornava essas empresas cada vez mais deficitárias. A dívida externa crescia sem que fosse possível encontrar outra saída, para seu serviço, além da obtenção de novos empréstimos⁵⁸⁶.

Mesmo após todos os investimentos para a descoberta de novos poços de petróleo e da substituição do uso dele e de seus derivados, o Governo teve que investir para comprar o combustível em 1979, cujo preço *passou, no período, de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 11 bilhões. O aumento absoluto foi de US\$ 6,8 bilhões (correspondente a 162%)*⁵⁸⁷.

A contribuição da Estatal brasileira para minimizar os danos causados com a segunda crise do ouro negro foram constatadas em 1979, pelo aumento da produção e do consumo

⁵⁸⁰ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 6.

⁵⁸¹ A Crise do Irã foi a derrubada do xá em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX. Era a resposta ao programa relâmpago de modernização e industrialização empreendidos pelo xá, com base em sólido apoio dos EUA e na riqueza petrolífera do país, de valor multiplicado após 1973 pela revolução de preços da Opep. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: ...*, p. 440.

⁵⁸² VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris: ...*, p. 171.

⁵⁸³ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 7.

⁵⁸⁴ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 7.

⁵⁸⁵ Petrobras'79: *Relatórios Consolidados...*, p. 7.

⁵⁸⁶ FAUSTO, Boris. *A História Concisa do Brasil...*, p. 275.

⁵⁸⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris: ...*, p. 352.

interno de petróleo e álcool carburante, que passou a ser *de 65,4 milhões de m³, apresentando crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior, situando-se pouco acima da taxa de expansão do Produto Interno Bruto (6%)*⁵⁸⁸. Os investimentos feitos para ampliar e agilizar a extração do petróleo em poços *onshore* e *offshore*, proporcionaram uma produção de *9,4 milhões de m³ e, adicionado ao consumo de álcool anidro, da ordem de 2,2 milhões de m³, correspondeu a cerca de 18% da demanda nacional de petróleo*⁵⁸⁹. A estimativa foi de que a Empresa injetou na economia brasileira em 1979, a quantia de *Cr\$ 80 bilhões, representando 1,6% do valor estimado para o PIB*⁵⁹⁰.

Reis Filho, ao analisar também os resultados obtidos pelo governo Geisel, levanta a hipótese de que ele apresentou efeitos controversos. À medida que o crescimento econômico se manteve constante, apresentando *taxas relativamente elevadas: 8%, em 1974, 10%; em 1976; e 5%, em 1975, 1977 e 1978*⁵⁹¹, a *balança comercial apresentou déficits. No quinquênio, um buraco de cerca de US\$ 11 bilhões*⁵⁹².

Destarte, pode-se concluir que houve ganhos significativos com a política desenvolvimentista do Governo Geisel, e que foram importantes os investimentos tecnológicos e financeiros na Estatal.

Essa dissertação se pautou em três objetivos: o primeiro consistiu em compreender a trajetória da Política Econômica do Governo Geisel; o segundo em analisar as contribuições da política externa brasileira, para o desenvolvimento energético brasileiro; e o terceiro, em identificar e analisar as estratégias do Governo para o desenvolvimento da Petrobras, transformando-a em um instrumento de Poder em sua política de Estado.

Em consonância à problemática voltada a questionar se as estratégias utilizadas para o setor energético contribuíram para desenvolver a economia do país e fortalecer a política do presidente, verifica-se que, em parte, elas alcançaram os seus desígnios. Todavia, o Governo teve seu início e fim em meio a duas crises econômicas de grande peso, o que contribuiu para que o petróleo, a partir de 1973, tivesse o papel de “arma política” por meio da corrida e investimentos no setor por parte do governo Geisel.

⁵⁸⁸ Petrobras’79: *Relatórios Consolidados...*, p. 7.

⁵⁸⁹ Petrobras’79: *Relatórios Consolidados...*, p. 7.

⁵⁹⁰ Petrobras’79: *Relatórios Consolidados...*, p. 12.

⁵⁹¹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 122.

⁵⁹² REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: ...*, p. 122.

Sob os resultados correlacionados com as hipóteses elaboradas, averigua-se que a primeira hipótese – a política nacional-desenvolvimentista adotada pelo governo Geisel garantiu uma "certa" estabilidade econômica para o país – em parte se configurou correta, pois o PIB do Brasil chegou a 6%, retraindo com a segunda crise do petróleo em 1979. A segunda – a ação da política externa nacional contribuiu para a política nacional-desenvolvimentista – apresentou-se verdadeira, como foi verificado no capítulo II, ao se trabalhar as ações da política externa sob o comando do Ministro Azeredo, que propôs em comum acordo com o presidente Geisel, a política pragmática, ecumênica e responsável, investindo na ampliação das relações comerciais entre o Brasil com o mercado europeu, asiático, africano e latino americano. Já a terceira e última hipótese, a Petrobras foi uma aposta importante na construção de um cenário positivo para a política-estratégica desenvolvida pelo presidente Geisel, também se mostrou verdadeira, uma vez que se verificou os esforços empreendidos pelo governo e os dados que corresponderam ao avanço do setor.

Após as análises realizadas, cabe indicar a conclusão de Skidmore, ao discutir o fim da gestão do Presidente Geisel;

Somente no fim do governo Geisel é que se pode ver claramente o contraste entre suas maneiras públicas e o efeito líquido de sua administração. Em público, Geisel era o estereótipo de um alemão no Brasil – empertigado, rígido na expressão e completamente alheio ao toma-lá-dá-cá informal da política brasileira. No entanto, essa rigidez foi uma vantagem em suas relações com os militares. Sua insistência no cumprimento de ordens e missões, combinada com uma intrépida afirmação de autoridade, fez dele uma figura respeitada por seus camaradas⁵⁹³.

A partir de um recorte temático no setor energético, compreende-se que o governo Geisel, mesmo diante de um cenário de crise econômica mundial, por meio da dimensão desenvolvimentista, empreendeu esforços e manteve um considerável crescimento para o setor no período, sendo essas uma das principais marcas de sua gestão para a área.

⁵⁹³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985) ...*, p. 408.

Fontes

Assessoria das Relações Públicas da Presidência da República. *As alternativas do Brasil diante da crise do Petróleo*. Brasília: Editora Vecchi, 1976.

_____. *Viagem do Presidente Geisel à França: Registros históricos e repercussões*. Brasília, 1976.

_____. *Viagem do Presidente Geisel à Inglaterra: registros históricos e repercussões*. Brasília, 1976.

_____. *Viagem do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha: registros históricos e repercussões*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1978.

Câmara dos Deputados. Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Volume I, 1974.

_____. Mensagem presidencial na instalação da oitava legislatura, em 1º de março de 1975. *Resenha da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.4, 1975.

_____. Acervo de verbete Bibliográfico. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

Legislação do Petróleo. Editado pelo Serviço de Relações Públicas Petróleo brasileiro S.A; Petrobras Jurisdicionada ao Ministério das Minas e Energia. Rio de Janeiro: Gráfica Barthel S.A, 3º edição, 1971.

Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: mundorama, nº1, março, abril, maio e junho, 1974.

_____. *Resenha de política exterior do Brasil*. Brasília, 1975.

_____. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília. Out, nov. dez, 1975.

_____. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, jul./agosto/set, 1976.

_____. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, n. 16, jan./fev./mar, 1978.

_____. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília: Mundorama, n. 20, jan./fev./1 a 15 de março, 1979.

Petrobras'76: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1976.

Petrobras'77: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1977.

Petrobras'78: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1978.

Petrobras'79: *Relatórios Consolidados*. São Paulo: Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A, 1979.

República Federativa do Brasil. *II PND: II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1975.

VELOSSO, João Paulo dos Reis. *II PND: O II PND e as oportunidades do Brasil; a nova estratégia; razões para não perder o sono*. Brasília: IBGE, 1974.

Bibliografia

ARRUDA, A. *ESG: a história de sua doutrina*. Brasília: INL, 1980.

BACELLOS, João Miguel Villas-Bôas. *Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: Uma análise geopolítica*. Dissertação (mestrado) – Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Internacional, 2017.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos Antônio. *Teorias e Políticas do desenvolvimento latino-americano*. - 1, ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, pp. 47-92.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-42.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 – 1967*. Rio de Janeiro: editora Zahar editores, 1968.

BROTHERHOOD, Karina de C. *As Relações Político-Diplomáticas entre Brasil e EUA no Governo Geisel*. Rio de Janeiro: Biblioteca da UERJ, 2010.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Jorge. *Cartas a um jovem petroleiro: Viver com energia*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, 2001.

CARDOS, Ciro Flamarion. “História do Poder, História Política”. In: *Estudos Iberos - Americanos*. Porto Alegre, v. 23, n.1, pp. 123-141, 1997.

_____; BRIGNOLLI, Héctor. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro: e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

_____. “Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina”. In: (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 41-62.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: do Monopólio aos contratos de Risco*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____. *Petrobras: do monopólio aos contratos de risco*. Rev. adm. empresas. vol.20 no.2 São Paulo apr. /june, pp. 74-77,1980.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

COLLIER, David. “Introdução”. In: (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 11-24.

_____. “Resumo do modelo autoritário-burocrático”. In: (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 27-39.

CONANT, Melvin, GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CORRÊA, Fernanda das Graças. *O projeto do submarino nuclear brasileiro: uma história de ciência, tecnologia e soberania*. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora Ltda, 2010.

_____. *Ernesto Geisel e o Acordo do Século: a energia nuclear e o desenvolvimento brasileiro (1974-1979)*. São Paulo: Clube dos autores, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Militares na Política ou Política entre os Militares: uma falsa questão”. In: _____; BARBOSA, Jeferson R; GONÇALVES, Leandro P; VIANNA, Marly de A. G. *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp. 21-66.

CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. *As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979)*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2011, vol.54, n.2, pp.46-69. ISSN 0034-7329. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292011000200003>.

CUNHA, Thadeu Andrade da. *O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil*. Revista de informação legislativa, v. 32, n. 127, p. 223-232, jul./set. 1995.

CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras (O Petróleo é Nosso, o risco é deles?)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEFORGES, Philippe Moreau. *Problemas Estratégicos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FALCÃO, Armando. *Geisel: do Tenente ao Presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, v.1, pp. 61-90.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: USP, 2006.

FEROLLA, Sergio Xavier; METRI, Paulo. *Nem todo o petróleo é nosso*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub de. “Introdução”. In: _____. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORI, José Luís. “As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos Antônio. *Teorias e Políticas do desenvolvimento latino-americano*. - 1, ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, pp. 17-46.

FRANKENBERG, Günter. *Técnicas de Estado: perspectivas sobre o Estado de direito e o Estado de exceção*. Tradução de Gercelia Mendes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: o desenvolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora Unesp: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio; DANTAS, Ana; LUCAS, Luiz. *Petróleo: Reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. *Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança. Desenvolvimento e geopolítica*. Revista da Escola Superior de Guerra, [S.l.], v. 34, n. 70, p. 13-38, jan./abr. 2019.

GÓES, Walder. *O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

HAROLDO, Lima. *Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual*. Rio de Janeiro: Synergia, 2008.

HERMANN, Jennifer. “Reformas, endividamento externo e o ‘milagre’ econômico (1964-73)”. In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. *Problemas do desenvolvimento Latino-Americano: estudos de política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1967.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 130.

JORGE, Fernando. *Geisel: o presidente da abertura*. São Paulo: Cia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

LAGO, Luiz Aranha Correia do. *Milagre Econômico Brasileiro*. In: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

LAHUERTA, Milton. “O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia”. In: AGGIO, Alberto & _____. *Pensar o Século XX*. São Paulo: editora da Unesp. 2003, pp. 217-258.

LAMARÃO, Sérgio. Cruzada Democrática (Verbetes CPDOC). Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzada-democratica>>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, Renato L.do C.N. e. “O grupo permanente de mobilização industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós 1964”. In: (org.) MARTINS, Mônica de S. N; CAMPO, Pedro H. P; BRANDÃO, Rafael V. da M. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 71-102.

LESSA, Antônio Carlos M. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do Nacional-Desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)*. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Ciências Humanas; Departamento de História, 1994

LIMA, Maria R. S. *Instituições Democráticas e Política Exterior*. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 22, nº 2, pp. 265-303. jul./dez, 2000.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. “Transformações Econômicas no Período Militar (1964-1985)”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 56-67.

MARINHO JUNIOR, I. P. *Petróleo: política e poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MCNAMARA, Robert. *A Essência da Segurança: Reflexões de um Secretário de Defesa dos Estados Unidos*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “O processo de desenvolvimento econômico: anotações críticas ao ‘neo institucionalismo’ e ao ‘nacionalismo metodológico’”. In: (org.) BRANDÃO, Carlos A. *Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018, pp. 123-152.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2, ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MILZA, Pierre. “Política Interna e Política Externa”. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 365-400.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso: A luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal, 1947-1953, 1953-1981*. São Paulo: Editora IPSIS, 2004.

MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: IPEA: Petrobras, 2013.

MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; _____. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 28-37.

NOGUEIRA, J. Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PADRÓS, Enrique S. “Capitalismo, Prosperidade e Estado de bem-estar social”. In: (org.) REIS FILHO, Daniel A; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX. O tempo das crises: Revoluções, Fascismos e Guerras – v.2*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, pp. 227-266.

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma Breve História do Desenvolvimentismo no Brasil*. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, v.6, n.9, p.121-141, jul.- dez, 2011.

PICOLLO, Mônica. “Política Econômica em tempos de transição política: em busca do ‘milagre’ perdido”. In: (org.) MARTINS, Mônica de S. N; CAMPO, Pedro H. P; BRANDÃO, Rafael V. da M. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 259-284.

PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira: 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PINTO, Danielle Jacon A; BRAVO, Juliano dos Santos. *O realismo nas relações internacionais uma revisão da literatura*. Revista de Estudos Internacionais (REI). ISSN 2236-4811, Vol. 7 (2), p. 130-147, 2016.

PIRES, A; FERNÁNDEZ, E.F; BUENO, J. *Política energética para o Brasil: propostas para o crescimento sustentável*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PRADO, Luiz Carlos D; EARP, Fábio Sá. “O ‘Milagre’ Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4, 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 207-384.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”. In: _____. RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 7-17.

RÉMOND, Réne. Por uma História Presente. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 13-36.

_____. “Do Político”. In: _____. (org.). *Por uma História Política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 441-454.

RIBEIRO, Renato J. “Hobbes: o medo e a esperança”. In: WELFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2008, pp. 51-78.

ROSA, Luiz Pinguelli (org.). *Energia e crise*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1984.

SCHNEIDER, Ben Ross. *O Estado Desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas*. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SCHWUARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, Unesp, 2010.

SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVIA, Lígia Osório. “Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas 1944-1964”. In: (orgs.) BARBOSA, Jefferson Rodrigues...et al. *Militares e Política no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 67-104, 2018

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

STOPPINO, Mario. “Autoritarismo”. IN: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, p. 94-104.

TOSCANO, Daniella Maria B. *A influência do Sistema Petrobras sobre a Ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)*. Curitiba: Juruá, 2010.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris; de Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.